



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO MUSEU NACIONAL**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM LINGUÍSTICA E LÍNGUAS INDÍGENAS**

**PERCEPÇÕES DOS INDÍGENAS TICUNA SOBRE A ALFABETIZAÇÃO EM SUA  
LÍNGUA MATERNA: DESAFIOS E SIGNIFICADOS CULTURAIS NA  
COMUNIDADE DE FEIJOAL (BENJAMIN CONSTANT/AM)**

**Delmar Augustino Aiambu**



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO MUSEU NACIONAL**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM LINGUÍSTICA E LÍNGUAS INDÍGENAS**

**PERCEPÇÕES DOS INDÍGENAS TICUNA SOBRE A ALFABETIZAÇÃO EM SUA  
LÍNGUA MATERNA: DESAFIOS E SIGNIFICADOS CULTURAIS NA  
COMUNIDADE DE FEIJOAL (BENJAMIN CONSTANT/AM)**

Delmar Augustino Aiambu

Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Linguística e Línguas Indígenas.

**Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Peixoto**

**Rio de Janeiro**

**2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO MUSEU NACIONAL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM LINGUÍSTICA E LÍNGUAS INDÍGENAS**

**PERCEPÇÕES DOS INDÍGENAS TICUNA SOBRE A ALFABETIZAÇÃO EM SUA  
LÍNGUA MATERNA: DESAFIOS E SIGNIFICADOS CULTURAIS NA  
COMUNIDADE DE FEIJOAL/ (BENJAMIN CONSTANT/AM)**

Delmar Augustino Aiambu

Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Linguística e Línguas Indígenas.

**Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Peixoto**

Linha de pesquisa: Língua, Cultura e Sociedade.

**Rio de Janeiro**

**2025**

Aiambu, Delmar Augustino

**A288p**

Percepções dos indígenas ticuna sobre a alfabetização em sua língua materna: desafios e significados culturais na comunidade de Feijoal (Benjamin Constant/AM)/ Delmar Augustino Aiambu.--Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2025.

140f. : il. (color)

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Peixoto

Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional, Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas - PROFLLIND, 2025.

1. Línguas indígenas. 2. Educação escolar indígena. 3. Alfabetização indígena. 4. Língua Ticuna. 5. Representações socioculturais. I. Peixoto, Jaqueline dos Santos. II. Título.

**CDD 498**



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO MUSEU NACIONAL**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM LINGUÍSTICA E LÍNGUAS INDÍGENAS**

**PERCEPÇÕES DOS INDÍGENAS TICUNA SOBRE A ALFABETIZAÇÃO EM SUA  
LÍNGUA MATERNA: DESAFIOS E SIGNIFICADOS CULTURAIS NA  
COMUNIDADE DE FEIJOAL/ (BENJAMIN CONSTANT/AM)**

**Delmar Augustino Aiambu**

**Banca Examinadora**

---

Presidente: Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Peixoto – PROFLLID/UFRJ

---

Profa. Dra. Ana Paula Quadros Gomes – PROFLLIND/UFRJ

---

Profa. Dra. Katia Emmerick Andrade – UFRRJ

---

Profa. Dra. Beatriz Protti Christino – PROFLLIND/UFRJ

---

Profa. Dra. Maria de Fátima Sousa de Oliveira Barbosa – PROFLETRAS/UFRJ

## DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar a Tupana (Deus), pela argúcia e saber que tem me dado para que pudesse interatuar o meu mundo indígena com o mundo do tchoü, tomagü, tagucüã (não índio).

Aos meus avós que já não estão mais neste mundo, mas que me educaram com tanto carinho e amor para que eu pudesse viver com tanta veemência e insistência a minha cultura.

Aos meus líderes maiores que já não estão mais neste mundo em memória Pedro Inacio (Pocu), Nino Fernandes, Constantino Ramos, os velhos, jovens e crianças de minha comunidade de Feijoal.

Aos meus irmãos, Rumildo Belizario Aiambu, Alurdia Aiambo de Oliveira, Sueli Augustino Aiambo, Lucicleia Augustino Aiambo, Renato Augustino Aiambo, Nely, Tatiana Galdino Aiambo, Ludmila Galdino aiambo, e Inara Galdino Aiambo, que me apoiaram nos momentos de dificuldades.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas do Museu Nacional (PROFLLIND-MN), por possibilitar o meu crescimento acadêmico e profissional por meio do desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à Professora Jaqueline dos Santos Peixoto por ter aceitado me orientar neste trabalho. Sua orientação foi essencial para reformular o tema de pesquisa e estabelecer o formato do trabalho, dando início, de fato, ao desenvolvimento do projeto.

Professora Doutora Marília Facó, agradeço profundamente pela compreensão, paciência e apoio durante as etapas iniciais do trabalho.

A minha esposa Fatima Alves Pedrosa e aos meus filhos Michel Pedrosa Aiambu e Michele Pedrosa Aiambu, pela compreensão nos momentos de minha ausência no decorrer da realização deste trabalho.

Aos meus queridos pais, Bernardo Marculino Aiambu e Lucia Augustino Galdino, por ter me dado à vida e o mundo.

Aos meus colegas professores ticuna, funcionários e alunos da Escola Municipal Indígena Marechal Rondon da Aldeia Feijoal, município de Benjamim Constant, estado do Amazonas, que contribuíram muito no decorrer desta pesquisa.

## RESUMO

AIAMBU, Delmar Augustino. Percepções dos indígenas ticuna sobre a alfabetização em sua língua materna: desafios e significados culturais na comunidade de Feijoal (Benjamin Constant/AM). Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2025. 140f. Exame de Mestrado (Mestrado Profissional - PROFLIND) - Pós-Graduação em Linguística e Línguas Indígenas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem como objetivo compreender as percepções dos indígenas Ticuna da comunidade de Feijoal, localizada no município de Benjamin Constant/AM, sobre a alfabetização em sua língua materna, analisando os desafios enfrentados e os significados culturais atribuídos a esse processo. A pesquisa parte do reconhecimento da importância da alfabetização em língua materna como instrumento de valorização cultural, fortalecimento da identidade étnica e resistência frente à imposição da língua portuguesa como norma escolar dominante. Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa com base em entrevistas, observação participante e análise documental, envolvendo professores, alunos, lideranças e membros da comunidade escolar da Escola Municipal Indígena Marechal Rondon. O quadro teórico que orienta este trabalho fundamenta-se nos documentos oficiais que tratam das Políticas Públicas e dos Direitos Educacionais Indígenas no Brasil (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996a; BRASIL, 1996b; BRASIL, 1996c; BRASIL, 1998a; BRASIL, 1998b; BRASIL, 2001a; BRASIL, 2001b; BRASIL, 2014; BRASIL, [s.d.]; BRASIL, 2025), bem como nas abordagens pedagógicas que discutem a alfabetização em língua materna, a educação e a educação escolar em comunidades indígenas (MELIÀ, 1979; FREIRE, 1981; FREIRE, 1996). A investigação foi realizada na comunidade escolar com foco nos desafios culturais e educacionais enfrentados na prática da alfabetização indígena. Para aprofundar a compreensão dessas questões no contexto da Escola Marechal Rondon, foram conduzidas entrevistas estruturadas com os(as) professores(as) Aldeney, Josiane, Jocilene e Zacarias, todos pertencentes à etnia Ticuna e atuantes na referida escola, situada na aldeia Feijoal. As entrevistas buscaram captar percepções, vivências e dificuldades enfrentadas por esses educadores no processo de alfabetização em língua Ticuna, proporcionando uma escuta qualificada dos sujeitos diretamente envolvidos na prática pedagógica

cotidiana. A sistematização e análise das entrevistas revelam um panorama rico sobre a alfabetização em língua Ticuna e sua relação com a identidade cultural, os desafios educacionais, as relações comunitárias e as perspectivas de fortalecimento dessa prática. As falas dos professores indicam uma crítica ao modelo escolar hegemônico e apontam para um desejo coletivo de reexistência cultural por meio de uma escola que valorize os próprios saberes, práticas e necessidades locais. Em síntese, os dados evidenciam que, para os professores Ticuna da Escola Marechal Rondon, a alfabetização na língua materna é compreendida como um pilar fundamental para a preservação cultural. Contudo, seu fortalecimento exige investimentos estruturais, apoio institucional e políticas públicas sensíveis às especificidades dos povos indígenas. Mais do que uma política de inclusão, a educação bilíngue é concebida como uma estratégia de resistência e reexistência epistêmica, capaz de promover a autonomia cultural frente aos modelos educacionais de matriz colonial.

**Palavras- chave:** Educação escolar indígena; Alfabetização indígena; Língua Ticuna; Representações socioculturais.

## ABSTRACT

AIAMBU, Delmar Augustino. Perceptions of Ticuna indigenous people about literacy in their mother tongue: challenges and cultural meanings in the Feijoal community (Benjamin Constant/AM). Rio de Janeiro, August 28, 2025. 140f. Master's Exam (Professional Master's Degree - PROFLLIND) - Postgraduate in Linguistics and Indigenous Languages, Federal University of Rio de Janeiro.

This dissertation aims to understand the perceptions of the Ticuna Indigenous people from the Feijoal community, located in the municipality of Benjamin Constant/AM, regarding literacy in their mother tongue. It analyzes the challenges faced and the cultural meanings attributed to this process. The research acknowledges the importance of mother-tongue literacy as a tool for cultural valorization, strengthening ethnic identity, and resisting the imposition of Portuguese as the dominant school language. A qualitative approach was adopted, based on interviews, participant observation, and document analysis, involving teachers, students, community leaders, and members of the school community at Escola Municipal Indígena Marechal Rondon. The theoretical framework is grounded in official documents addressing Public Policies and Indigenous Educational Rights in Brazil (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996a; BRASIL, 1996b; BRASIL, 1996c; BRASIL, 1998a; BRASIL, 1998b; BRASIL, 2001a; BRASIL, 2001b; BRASIL, 2014; BRASIL, [n.d.]; BRASIL, 2025), as well as in pedagogical approaches that discuss mother-tongue literacy, education, and schooling in Indigenous communities (MELIÀ, 1979; FREIRE, 1981; FREIRE, 1996). The investigation was conducted within the school community, focusing on the cultural and educational challenges involved in Indigenous literacy practices. To deepen the understanding of these issues in the context of Escola Marechal Rondon, structured interviews were conducted with teachers Aldeney, Josiane, Jocilene, and Zacarias—all of whom are members of the Ticuna ethnic group and work at the school in the Feijoal village. The interviews sought to capture the perceptions, experiences, and difficulties faced by these educators in the process of Ticuna-language literacy, offering a qualified listening to those directly involved in everyday pedagogical practice. The systematization and analysis of the interviews reveal a rich panorama of Ticuna-language literacy and its relationship with cultural

identity, educational challenges, community relations, and prospects for strengthening this practice. The teachers' statements reflect a critique of the hegemonic school model and express a collective desire for cultural re-existence through a school that values local knowledge, practices, and needs. In summary, the data show that, for the Ticuna teachers at Escola Marechal Rondon, literacy in their mother tongue is understood as a fundamental pillar for cultural preservation. However, strengthening this practice requires structural investment, institutional support, and public policies that are sensitive to the specificities of Indigenous peoples. More than a policy of inclusion, bilingual education is conceived as a strategy of resistance and epistemic re-existence, capable of promoting cultural autonomy in the face of colonial-based educational models.

**Keywords:** Indigenous school education; Indigenous literacy; Ticuna language; Sociocultural representations.

## NORÜ IRAÄTCHI

AIAMBU, Delmar Augustino. Nhunhãcũ nüü i cua'gũü i taga norima i ngegu tagaca naca i norü ügü i ngu: Rũ nhuãcũ ya uü i wüitchigü i tatucumüwa i nua i Dauthitapeewa(Beyamiwa/AM).Riu de yaneruwa, 28 de agosto de 2025.140f. Ngugü naca i mestradu(Mestradu Meã cuü ngeü PROFLLIND) – Ngu poraü itagagüca i maiyugügawa, Univesidadi Fedral Riu de Janeiru.

AIAMBU.Delmar Augustinu. Nüü na cuagüüca i ticunagü na nhunhãcũ nagaca na ngeü: Poraãcũ tama nguüpaü na nhunhãcũ tacümaca i poraeü nuã Dautchitapeewa( Beyamiwa -AM).Riu di YaneiruwaXX de março di 2025. XX. Nguwa cüpetüü naca i Mestradu Profitonau- PROFLLIND)- Pos Graduatchaü i Nagagüca e maiyugügawa, Univesidadi Federau Riu di Yaneruwa. Nhã ngu i poraü rü nüü na ngema na cuü nüü na cuaêüüca i ticunagücüma nuã dautchitapeewa, i munitchipiu di benjamiwa amazonawa nhemani, nhunhãcũ nagaca na ngeü meã naca i dau na tama na nguüpaü i tacümagü nhaãpeena. Nhaã caaü rü nü na cuatchaü na nhuãcũ i ngeü tagaca i torü poraruü rü torü poüruü napeena tchoügüga ni ngepataüwa na poraütchii. Nhemaca ngaã ngu rü tama wüi iãweeniã rü caaüüwa rü, rü ngugüwa rü marü mugü ümatugüüwa, rü ngeêtaeruügüütawa rü ngeeruügüwa rü iãnemaã cuagüüwa rü nhumatchi ngepataüwa ya maretchauwa puracüëütawa nena uü. Rũ nhaã ngu na ngema i aicumama ümatüüwa nenaü ngeta nagu a uüwa nhuãcũ ta na puracüëü norü poügüruü i Tacucüãütawa ümatüü ( BRADIU, 1988; BRADIU a: BRADIU, 1996 b; BRADIU, 1996c; BRADIU, 1998 a; BRADIU, 1998 b. BRADIU, 2001 a; BRADIU, 2001 b BRADIU, 2014; BRADIU, 2014b; BRADIU, [ s.d ]; BRADIU, 2025) rü nhumatchi i caaüüwa i nhunhããcũ bueü i ngeü namaã i tagaca, rü ngu rü ngeêêta na nagaca na ngeü i mayugü( MELIÃ, 1979; FREIRE, 1981; FREIRE, 1996).Nhaã ngu rü na ngupetui nhuepataüwa i aicumama naca i tacüma na tama nüü rü oêü na nhuãcũ na ngupetüü i ngu i ticunagawa. Niaicumama aurima naca i ta caü i ngepataüwa ya Marechauwa rü aicumama tüü tcha caaügüü ya dae ngeêtaeruügü nuã aêgagüe: Aldeney, Josiane, Jocilene rü Zacarias rü guüma rü na puracüë ya Marechauwa nuã Dautchitapeewa. Ngema caaüwa rü aicumama nüü tchãcua i nitama na nguüpüaü na tagaca tüü ca ngeü ni aicumama meã i uü ninhema nhaã caaüü i nameätchi tagaca

tüü i ngueeu i guüguma.Nhema caaüwa rü aicumama nüü tacua ni naporaü i tagaca i ngueü nina poraeëü i tacüma, na tama na nguüpäaü nama i nuã daa iãnewa i nnhumatchi na i taêüü i na poraeü aûrima. Ngueetaeruügü rü aûrinma nagu ni purae ni tama na meü na tchoügaama taacügüü i nhueeü rü aicumama na poraeü nheta i ina yimaüwa ya nguepataü. Rü nhã caaüü rü aicumama i ngueêtaeruügü ya Marethauwa puracüeeü rü nüü ni cuâtchiegü naticunaga nana poraêü. Rü niaûrima na poraü na semedigüwa rü ena ngeta maiyugü irü togüüwa puracüü na nagu narü inüeü rü aicumama pora naca na üeü na guünema ya nguepataüwa na nguü i nagaca na ngueü i maiyugü na ngemaãcü i tüü na ngemaüca i pora napeena ngema mec i tchoügüarü.

**Dea aicumamaiüü:** Ngu maiyugüarü; Norima norü ügü tagaca i ngueeü; ticunaga; aicumama na tacümagü naporaãü.

## LISTA DE SIGLAS

AM – Amazonas

AMCIFU – Associação de Mulheres da Comunidade Indígena de Feijoal Úma'tüna

AMIT – Associação das Mulheres Indígenas Ticuna.

CGTT – Conselho Geral da Tribo Ticuna

FOCCIT – Federação das Organizações dos Caciques e Comunidades Indígenas Ticuna

ISA – Instituto Socioambiental

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OCIF – Organização da Comunidade Indígena Feijoal

OGPTB – Organização dos Professores Ticuna Bilingue

PNE – Plano Nacional de Educação

RCNEI – Referencial curricular nacional para as escolas indígenas

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

TEE – Territórios EtnoEducativos

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Dança do worecû ou dança da moça nova.....	35
Foto 2 – Pintura facial.....	36
Foto 3 – Porto antigo .....	45
Foto 4 – Porto Atual.....	46
Foto 5 – Escola Católica SPA.....	55

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -.Conversa rede social em língua materna.....	124
--	-----

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do estado do Amazonas (Brasil).....	31
Mapa 2 – Localização dos Ticuna.....	41
Mapa 3 – Terra Indígena Feijoal (AM, Brasil).....	42
Mapa 4 – Limite Terra indígena de Feijoal.....	45

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – ngewacaügüü dea ticunagawa (palavras novas na língua ticuna).....	65
Quadro 2 – Análise síntese comparativa das entrevistas.....	131

## SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	21
1 INTRODUÇÃO.....	23
1.1 Justificativa e Relevância do Estudo.....	24
1.2 Objetivos da Pesquisa.....	25
1.3 Questões de Pesquisa.....	25
1.4 Metodologia.....	27
1.5 Estrutura da Dissertação.....	27
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO POVO TICUNA.....	30
2.1 História e Origem do Povo Ticuna.....	35
2.2 Aspectos Socioculturais e Linguísticos do Povo Ticuna.....	38
2.3 O Território Ticuna em Feijoa/Benjamin (AM).....	41
3 ALFABETIZAÇÃO EM LÍNGUA MATERNA: FUNDAMENTOS E DESAFIOS.....	51
3.1 A Alfabetização em Língua Materna: Teorias e Práticas.....	57
3.2 Desafios da Alfabetização nas Comunidades Indígenas.....	61
3.3 Políticas Públicas de Educação Indígena no Brasil.....	68
4 PERCEPÇÕES DOS TICUNA SOBRE A ALFABETIZAÇÃO EM SUA LÍNGUA MATERNA.....	72
4.1 A Relação entre Língua Materna e Identidade Cultural.....	78
4.2. Expectativas e Dificuldades no Processo de Alfabetização.....	81
4.3 A Visão da Comunidade sobre o Ensino da Língua Ticuna nas Escolas.....	86
5 DESAFIOS CULTURAIS E EDUCACIONAIS NA PRÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA MARECHAL RONDON.....	90
5.1 Barreiras Culturais e Linguísticas no Ensino.....	107
5.2 O Papel dos Educadores e da Comunidade na Construção do Conhecimento.....	110
5.3 A Integração da Língua Ticuna com o Ensino de Línguas Nacionais.....	115
6 SIGNIFICADOS CULTURAIS DA ALFABETIZAÇÃO EM LÍNGUA MATERNA PARA OS TICUNA.....	118
6.1 A Alfabetização como Ferramenta de Resistência Cultural.....	120

<b>6.2 A Preservação e Valorização da Língua Ticuna.....</b>	<b>123</b>
<b>6.3 Impactos da Alfabetização nas Relações Intergeracionais.....</b>	<b>125</b>
<b>7 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>128</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>132</b>
<b>8.1 Contribuições do Estudo para a Educação Indígena.....</b>	<b>133</b>
<b>8.2 Sugestões para Futuras Pesquisas.....</b>	<b>134</b>
<b>Referências.....</b>	<b>135</b>

## PRÓLOGO

Como professor Ticuna, carrego comigo a memória de minha comunidade, suas histórias e sua língua, que pulsa viva em cada palavra que ensinamos e aprendemos. Cada aluno que se aproxima do conhecimento da nossa língua é uma ponte entre o passado e o futuro, e sinto um orgulho profundo em ver essas sementes germinarem. Esta dissertação nasce desse compromisso: compartilhar saberes, valorizar nossa cultura e oferecer caminhos para que nossas crianças e jovens encontrem na língua Ticuna não apenas palavras, mas a própria essência de nossa identidade.

Lembro com nitidez do dia em que entrei pela primeira vez em uma sala de aula. Era uma construção simples, de madeira, com o chão de terra batida e os bancos feitos por mãos da própria comunidade. Eu ainda era criança, mas aquele momento acendeu algo dentro de mim. Os olhos atentos dos mais velhos, que nos acompanhavam com esperança, me ensinaram que aprender não era apenas um ato individual — era um compromisso coletivo com nossa história, nossa língua e nossa cultura Ticuna.

Minha trajetória como professor indígena começou muito antes de eu receber qualquer certificado. Começou nas rodas de conversa com os mais velhos, ouvindo histórias que não estavam escritas em livros, mas que carregavam séculos de sabedoria. Lembro de minha avó, sentada sob a sombra de uma samaumeira, contando sobre os espíritos da floresta e os ensinamentos que os animais nos trazem. Cada palavra dela era uma aula — e eu era seu aluno mais atento.

Hoje, como professor indígena, carrego com orgulho essa missão. Ensinar não é apenas transmitir conhecimento, mas fortalecer raízes. Cada aula que ministro é uma forma de manter viva a língua Ticuna, de honrar os ensinamentos dos nossos ancestrais e de garantir que as futuras gerações conheçam e valorizem quem são.

Minha trajetória começou com pequenos gestos: ajudar os mais novos a escrever seus nomes em Ticuna, contar histórias que ouvi dos mais velhos à beira do rio, e traduzir o mundo exterior para que ele fizesse sentido dentro da nossa cosmovisão. Com o tempo, percebi que ser professor era mais do que uma profissão — era um ato de resistência, de amor e de preservação.

O orgulho de ensinar vem da certeza de que cada palavra dita em nossa língua é uma semente plantada. E meu compromisso é continuar semeando, mesmo diante dos desafios, porque sei que a educação é uma das formas mais poderosas de manter viva a alma de um povo.

Mais tarde, quando comecei a ensinar na escola da comunidade, senti o peso e a beleza dessa responsabilidade. A primeira vez que entrei como professor, vi nos olhos dos alunos o mesmo brilho que eu tinha quando era criança. Ensinar a língua Ticuna, explicar os significados dos nossos cantos, mostrar que nossa cultura é viva e forte — tudo isso me enche de orgulho. Não é apenas ensinar gramática ou matemática, é formar jovens que conhecem suas raízes e caminham com firmeza.

Uma memória que guardo com carinho é de um projeto que fizemos com os alunos para registrar os nomes das plantas medicinais em Ticuna. Fomos à floresta com os mais velhos, anotamos os nomes, os usos, e depois criamos um pequeno livro artesanal. Ver os alunos se encantando com o conhecimento dos anciãos e percebendo que aquilo também era ciência — nossa ciência — foi profundamente emocionante.

Ser professor indígena é resistir, é cuidar, é celebrar. É saber que cada aula é uma ponte entre o passado e o futuro. E é por isso que sigo firme, com o coração cheio de orgulho e o compromisso renovado a cada dia: manter viva a língua Ticuna, fortalecer nossa cultura e mostrar que o saber indígena é essencial para o mundo.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar como os processos de alfabetização na língua materna Ticuna, considerando como essa prática contribui para a construção e afirmação da identidade cultural e linguística do povo Ticuna na região do Alto Solimões, estado do Amazonas. A relevância do trabalho reside em promover o reconhecimento e valorização das línguas indígenas como elemento fundamental para a preservação cultural, além de discutir a importância da alfabetização na língua materna como ferramenta para fortalecer a identidade e o pertencimento dos jovens e crianças Ticuna, respeitando sua cultura e promovendo a educação indígena de forma contextualizada e significativa. Abordamos neste trabalho tanto a escrita e quanto a oralidade da língua Ticuna, o interesse é mostrar o que essa língua representa enquanto construção de minha relação social com o grande líder Pedro Inacio (pocu) para identificação e afirmação do “ego” ticuna

A alfabetização em língua materna é um direito fundamental e um elemento essencial para a valorização cultural e o fortalecimento das identidades indígenas. No caso do povo Ticuna, um dos maiores grupos indígenas do Brasil, a educação na língua nativa representa não apenas um meio de aprendizado, mas também um instrumento de preservação dos saberes ancestrais e das tradições comunitárias. No entanto, a implementação de processos educativos bilíngues enfrenta desafios significativos, especialmente em contextos onde as políticas públicas nem sempre consideram as especificidades culturais e linguísticas desses povos.

Este estudo tem como objetivo compreender as percepções dos indígenas Ticuna da comunidade de Feijoal, localizada no município de Benjamin Constant (AM), sobre a alfabetização em sua língua materna. A pesquisa busca explorar os desafios enfrentados nesse processo, bem como os significados culturais atribuídos à educação bilíngue, considerando a relação entre escola, comunidade e identidade.

A partir de uma abordagem qualitativa, o trabalho analisa relatos e experiências dos próprios Ticuna sobre a importância da alfabetização em sua língua, as dificuldades estruturais e metodológicas envolvidas e as implicações desse processo para a manutenção da cultura e da autonomia da comunidade. Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre políticas educacionais voltadas para os povos

indígenas e para o fortalecimento das práticas pedagógicas que respeitam e valorizam a diversidade linguística e cultural do Brasil.

### **1.1 Justificativa e Relevância do Estudo**

A alfabetização em língua materna é um elemento essencial para a preservação cultural e a promoção da identidade de um povo. No contexto dos indígenas Ticuna, a aprendizagem da leitura e escrita em sua língua originária não apenas permite a aquisição do conhecimento formal, mas também fortalece os laços comunitários e a transmissão de saberes ancestrais. Diante desse cenário, este estudo busca compreender as percepções dos indígenas Ticuna sobre a alfabetização em sua língua materna, considerando os desafios enfrentados e os significados culturais atribuídos a esse processo na comunidade de Feijoal, situada no município de Benjamin Constant, Amazonas.

A relevância deste estudo se justifica pelo fato de que, embora existam políticas públicas voltadas à educação indígena, muitos desafios persistem, como a escassez de materiais didáticos adequados, a formação de professores bilíngues e a valorização da cultura local no currículo escolar. Além disso, a imposição de uma língua dominante pode gerar impactos negativos na identidade cultural dos indígenas, dificultando a manutenção de suas tradições e modos de vida.

Compreender a percepção dos próprios Ticuna sobre a alfabetização em sua língua materna permite não apenas identificar as dificuldades encontradas, mas também propor alternativas que respeitem e valorizem suas especificidades culturais. Dessa forma, esta pesquisa contribui para o debate sobre educação indígena no Brasil, ressaltando a importância de estratégias pedagógicas que promovam uma educação intercultural e bilíngue, assegurando o direito dos povos indígenas ao ensino em sua própria língua.

Além disso, este estudo possui um caráter social significativo, pois busca ampliar o diálogo entre educadores, gestores e a comunidade Ticuna, fornecendo subsídios para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas e efetivas. A valorização da alfabetização em língua materna pode favorecer não apenas a permanência

escolar, mas também o fortalecimento da identidade cultural e a resistência frente aos desafios impostos pela sociedade contemporânea.

## **1.2 Objetivos da Pesquisa**

Este estudo tem como objetivo compreender as percepções dos indígenas Ticuna da comunidade de Feijoal, localizada no município de Benjamin Constant (AM), sobre a alfabetização em sua língua materna. A pesquisa busca explorar os desafios enfrentados nesse processo, bem como os significados culturais atribuídos à educação bilíngue, considerando a relação entre escola, comunidade e identidade.

A partir de uma abordagem qualitativa, o trabalho analisa relatos e experiências dos próprios Ticuna sobre a importância da alfabetização em sua língua, as dificuldades estruturais e metodológicas envolvidas e as implicações desse processo para a manutenção da cultura e da autonomia da comunidade. Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre políticas educacionais voltadas para os povos indígenas e para o fortalecimento das práticas pedagógicas que respeitam e valorizam a diversidade linguística e cultural do Brasil.

## **1.3 Questões de Pesquisa**

Aqui estão algumas possíveis questões de pesquisa para esse tema:

1. Quais são as percepções dos indígenas Ticuna sobre a alfabetização em sua língua materna na comunidade de Feijoal?
2. Quais desafios a comunidade Ticuna enfrenta na implementação da alfabetização na língua Ticuna?
3. De que forma a alfabetização em Ticuna impacta a identidade cultural e a valorização da língua entre os membros da comunidade?
4. Como os indígenas Ticuna avaliam o ensino bilíngue em relação ao desenvolvimento acadêmico e social das crianças?

5. Quais são as expectativas da comunidade de Feijoal em relação à alfabetização em sua língua materna e ao ensino do português?
6. Que papel os mais velhos e líderes comunitários desempenham na manutenção e transmissão da língua Ticuna no contexto escolar?
7. Como as políticas educacionais e materiais didáticos influenciam a eficácia da alfabetização em Ticuna na comunidade?
8. Quais estratégias podem ser adotadas para fortalecer a alfabetização em Ticuna e garantir a preservação da língua na comunidade?

## **1.4 Metodologia**

Para investigar as percepções dos indígenas Ticuna sobre a alfabetização em sua língua materna na comunidade de Feijoal, Benjamin Constant/AM, é recomendável adotar uma metodologia qualitativa com enfoque etnográfico. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada das experiências, desafios e significados culturais associados à alfabetização na língua Ticuna.

### **Procedimentos sugeridos:**

1. Observação Participante: Imersão na comunidade de Feijoal para observar e participar das práticas cotidianas relacionadas à alfabetização e uso da língua Ticuna, capturando nuances culturais e sociais.
2. Entrevistas Semiestruturadas: Realização de entrevistas com membros da comunidade, incluindo líderes, educadores, pais e alunos, para coletar perspectivas diversas sobre a alfabetização na língua materna.
3. Grupos Focais: Promoção de discussões em grupo para explorar coletivamente os desafios e significados culturais atribuídos à alfabetização em Ticuna.
4. Análise Documental: Exame de materiais didáticos, currículos e políticas educacionais locais para entender como a alfabetização em Ticuna é estruturada e implementada.

Ao aplicar essa metodologia, espera-se compreender profundamente as percepções dos Ticuna sobre a alfabetização em sua língua materna, identificando desafios e significados culturais específicos da comunidade de Feijoal.

## **1.5 Estrutura da Dissertação**

Esta dissertação está organizada em sete capítulos, além das considerações finais, com o objetivo de apresentar de forma clara e articulada o percurso teórico, metodológico e analítico da pesquisa realizada. Cada capítulo cumpre uma função específica na construção do trabalho, permitindo ao leitor acompanhar, de maneira gradual, os fundamentos que orientam o estudo, os contextos socioculturais

envolvidos, as contribuições dos participantes e as reflexões decorrentes da análise dos dados.

A seguir, é apresentada uma síntese do conteúdo de cada capítulo, indicando como eles se articulam para responder aos objetivos e às questões propostas na introdução e contribuir para o debate sobre a alfabetização em língua materna em contextos indígenas, especialmente na comunidade Ticuna da aldeia Feijoal.

Na **Introdução**, são apresentados a justificativa da pesquisa, seus objetivos, questões norteadoras e a metodologia adotada, destacando a relevância do estudo em um contexto de apagamento linguístico e desafios pedagógicos nas escolas indígenas.

O **Capítulo 2** contextualiza o povo Ticuna, abordando sua história, cultura, aspectos linguísticos e o território de Feijoal, ressaltando o bilinguismo como realidade cotidiana e o papel central da língua na construção da identidade coletiva.

No **Capítulo 3**, discute-se a alfabetização em língua materna a partir de uma perspectiva teórica e crítica, analisando políticas públicas voltadas à educação indígena no Brasil e os desafios enfrentados, como a falta de materiais didáticos próprios, formação de professores bilíngues e conflitos entre saberes tradicionais e currículos nacionais.

O **Capítulo 4** apresenta as percepções dos Ticuna sobre o processo de alfabetização: muitos o enxergam como essencial para manter viva a cultura e a língua, mas também relatam dificuldades como a desvalorização da língua Ticuna nas escolas, a influência crescente do português e a limitação de recursos pedagógicos.

O **Capítulo 5** enfoca os desafios enfrentados na prática educacional, especialmente na Escola Marechal Rondon. Aponta-se a tensão entre a cultura oral Ticuna e a escrita escolar, a escassez de professores fluentes na língua materna, além do esforço comunitário para integrar o ensino formal aos saberes tradicionais.

No **Capítulo 6**, são analisados os significados culturais atribuídos à alfabetização em língua materna. Para os Ticuna, alfabetizar-se em sua própria língua representa uma forma de resistência cultural, promoção da autoestima coletiva, preservação intergeracional do idioma e reafirmação da identidade étnica.

O **Capítulo 7** apresenta a análise dos dados e as principais discussões da pesquisa, consolidando as vozes dos participantes e evidenciando a complexidade do processo de alfabetização bilíngue no contexto indígena.

Nas **Considerações Finais**, conclui que a alfabetização em língua Ticuna é vista pela comunidade não apenas como um direito, mas como uma necessidade cultural urgente. A valorização da língua materna na escola depende da atuação articulada entre comunidade, educadores, órgãos públicos e políticas inclusivas, que respeitem a especificidade das culturas indígenas e incentivem a formação de professores indígenas comprometidos com o ensino bilíngue.

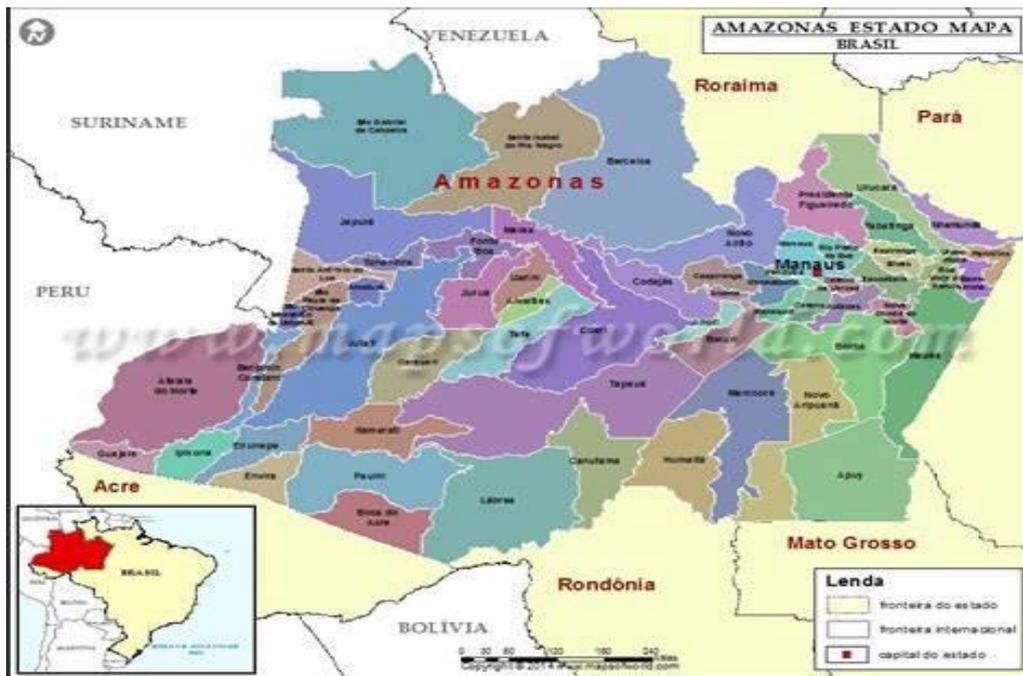
## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO POVO TICUNA

O povo Ticuna é um dos maiores grupos indígenas do Brasil, com população superior a 50 mil pessoas distribuídas entre Brasil, Colômbia e Peru. No Brasil, vivem principalmente na região do Alto Solimões, no estado do Amazonas. Tradicionalmente, os Ticuna mantiveram-se relativamente isolados de outros povos indígenas da região, e sua língua é considerada isolada, ou seja, não possui relação comprovada com nenhuma das grandes famílias linguísticas sul-americanas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2025).

Os Ticuna preservam uma tradição cultural vibrante, marcada por cerimônias que celebram ritos de transição. Uma das mais emblemáticas é a chamada **Festa da Moça Nova** (ou *Worecūtchiga*), um rito de iniciação que marca o ingresso das meninas na puberdade. Durante o ritual, elas passam por um período de reclusão e participam de danças coletivas, cantos cerimoniais e recebem ensinamentos valiosos dos mais velhos da comunidade. Historicamente, os Ticuna sofreram intensos processos de contato e exploração, principalmente durante o período colonial e o ciclo da borracha. Eles enfrentaram conflitos com invasores não indígenas, como seringueiros, madeireiros e pescadores comerciais, que ameaçaram seus territórios e modos de vida.

A Mapa 1, a seguir, mostra o estado do Amazonas, estado em que está localizada a população ticuna do lado brasileiro da região da tríplice fronteira.

Mapa 1 – Localização do estado do Amazonas (Brasil)



Fonte: MAPSOFWORLD (2025)

Atualmente, os Ticuna lutam pela preservação de sua cultura e direitos territoriais. Apesar dos desafios, como a pressão de atividades ilegais e dificuldades no acesso a serviços básicos, eles conseguiram importantes conquistas, incluindo a demarcação de terras indígenas e a valorização de sua língua e identidade. Além disso, muitas comunidades Ticuna têm investido na educação bilíngue e no fortalecimento de sua economia por meio do artesanato e do turismo sustentável (FUNAI, 2024).

O povo Ticuna está entre os grupos indígenas mais numerosos da Amazônia e vive em uma região que atravessa as fronteiras do Brasil, Colômbia e Peru, nas margens do Rio Solimões. Ao longo da história, enfrentou conflitos com invasores como seringueiros, madeireiros e pescadores, o que reforçou sua luta pela defesa dos territórios tradicionais e pela continuidade de seus modos de vida. Essa resistência se expressa também na preservação da língua ticuna, ainda amplamente falada em diversas comunidades do estado do Amazonas. Outro aspecto marcante da identidade ticuna é sua produção artística, que se manifesta em esculturas, grafismos, máscaras e cestarias, revelando uma rica herança cultural e a força simbólica de seus saberes tradicionais (TRIBO INDÍGENA TICUNA, 2015).

É destaques as máscaras cerimoniais, os bastões e estatuetas esculpidas em madeira, a pintura com entrecascas de árvores; a cestaria, cerâmica e tecelagem; colares em tucumã, além de inúmeras cosmologias e tradições orais milenares mantidas pelas gerações.

A história do povo Ticuna carrega marcas profundas deixadas pela chegada de seringueiros, pescadores e madeireiros à região do rio Solimões. Esses homens, movidos pelo desejo de explorar as riquezas da floresta, impuseram aos Ticuna uma dura realidade. Muitos indígenas, sem acesso à alfabetização, eram forçados a trabalhar em regime de quase escravidão. Em troca de jornadas exaustivas — que incluíam a extração da seiva durante o ciclo da borracha e a retirada de madeira em áreas remotas da mata e nas cabeceiras dos igarapés — recebiam apenas migalhas de alimento. Os patrões dominavam o território e os indígenas eram obrigados a se submeter a esse sistema injusto, justamente nas terras onde hoje se encontra o território demarcado do Feijoal, próximo ao município de Benjamin Constant, no Amazonas.

Os trabalhadores nunca pagavam suas dívidas, ficavam cada vez mais miseráveis. O capataz, que era aconselhado por Carvalho, explorava agressivamente os pobres Ticuna para que entregassem tudo do seu trabalho, como a borracha, a caça, o peixe, frutas e raízes como a macaxeira, além da madeira. Em troca, recebiam apenas tabaco, cachaça, açúcar, rapadura e, às vezes, facões e machados para o trabalho pesado. Isso se alastrou por mais ou menos cinco décadas, até chegar aos meados dos anos de 1960 e 1970, quando um missionário vindo do Sudeste — especificamente do estado de Minas Gerais —, o padre santo Irmão José Francisco, que vagara pela costa da América Latina, chegou ao coração da Amazônia. (A TERCEIRA MARGEM, Parte CLXI, Foz do Breu, AC / Manaus, AM – Parte XXXVII, [s.d.]).

A missão dos padres era explorar a região amazônica e retornar ao seu estado. Na região da tríplice fronteira, o padre santo passou pelo Alto Solimões divulgando as missões entre os Ticuna. A missão era libertar os indígenas da escravidão, principalmente das mãos dos grandes patrões. (REIS E SILVA, 2021)

Então com o surgimento de uma nova ideologia messiânica 80% dos ticuna que estavam escravizadas se agarraram nessa nova ideologia de libertação da escravatura e se aderiram uma nova ideologia messiânica. (POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, [s.d.]

A nova ideologia explorou psicologicamente os ticuna e em toda região próxima à fronteira muita pessoas foram se ajuntando formando aldeias morando próxima uma das outras principalmente próxima a uma cruz de 6 a 8 metros, pintado de vermelha para seguir a missão de salvar as almas perdidas.

Essa prática se alastrou rapidamente para diversas famílias, que se ajuntaram e formaram várias aldeias grandes, como Umariáçu, Belém do Solimões, Porto Cordeirinho. Uma das aldeias foi Feijoal, que se destacou por assimilar a nova ideologia: 90% da população se associou a essa missão. A religião explorava ideologias segundo as quais todos os indígenas deveriam abandonar sua cultura, crenças e língua. Desde que pagassem imposto à religião, suas almas seriam salvas. Aqueles que não pagavam eram explorados psicologicamente e ouviam que estavam condenados a queimar no inferno. Essa prática ainda está ativa até os dias de hoje e, entre meados dos anos 1980 e 1990, surgiram novas religiões evangélicas e católicas que também se adentraram na aldeia. (POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, [s.d.])

Nos anos de 1980, os Ticuna de Feijoal e de outras aldeias maiores passaram a ter mais contato com os não indígenas, o que deu início a uma nova ideologia: a luta pelos seus direitos à educação, à saúde e ao território. (POVO MAGÜTA, [s.d.])

Realizaram muitas reuniões em diversas aldeias onde discutia sobre os movimentos indígenas, direito a educação, direito a saúde e direito ao território, Feijoal foi uma das aldeias onde se iniciou a discutir o que vamos enfrentar futuramente conquistar direito a educação onde teriam que ter uma escola e professor indígenas da própria aldeia. (POVO MAGÜTA, [s.d.])

Hoje muitos anciões que iniciaram o movimento não estão mais entre-nos que iniciaram as primeiras ideologias de ter a educação na aldeia como seu Elson Felix, Nino Fernandes, Constantino Ramos Lopes, Pedro Inacio, Getulio Moçambite, Cecilio Torre entre outros.

Adelino Florentino, de 86 anos, era tutelado pela Igreja Católica, onde os professores vinham de outros estados e até de países europeus, como a Itália. A Igreja determinava um currículo eurocêntrico, com uma educação que não valorizava a língua materna nem a cultura, sendo ensinada apenas a língua nacional, o português. Os alunos eram pressionados a esquecer sua língua nativa e obrigados a falar somente o português. Essa prática durou até o início dos anos 1980, quando surgiu uma nova ideologia de luta por território e saúde. Com a demarcação do território, quase todas as práticas católicas de educação entraram em declínio, e muitos

aldeamentos não indígenas entraram em conflito com os Ticuna, à medida que as demarcações avançavam.(FLORENTINO, 2019)

Em Feijóal nos de 1970 a 1980 a educação indígena era tutelada pela igreja, passou nas mãos de SEMED de São Paulo de Olivença e por fim passou ao município de Benjamin Constant nos anos 90, as condições de estrutura física de ensino eram péssimas o professor indígena não eram remunerados eram apenas gratificados pelos próprios pais e responsáveis dos alunos, a estrutura física da escola era de péssima qualidade de madeira, teto de palha e chão de terra batida de vez em quando piso de paxiúba (palmeira da região) os currículos eram de acordo com a igreja sem a língua materna e explorava a mão de obra dos alunos. (**História e Memória dos Tikuna do Alto Solimões**. Museu Magüta, Benjamin Constant (AM), 2019. Projeto de extensão coordenado por Benedito Pena Maciel. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/category/etnias/tikuna/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

A língua materna ticuna entrou no currículo nos anos 90 com o surgimento de movimento indígena em prol da educação indígena, principalmente a Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngue (OGPTB), após várias discussões da OGPTB com SEMED do município por fim foi aceita na grade curricular do município como disciplina em papel, mas na prática estava longe de tornar a realidade, mas sim como complementar de carga horária.

Na aldeia não tinha professor específico para assumir a disciplina de língua materna, então a OGPTB iniciou a formar professores magistério indígena para assumirem a sala de aula em várias disciplina inclusive a língua materna e posterior formar professores indígenas em nível superior com graduação específica em todas as áreas.

Nesse mesmo ano muitos movimentos indígenas foram criados com apoio como Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), Federação das Organizações dos Caciques e Comunidades Indígenas Ticuna FOCCIT, Associação das Mulheres Indígenas Ticuna. AMIT entre outros.

## 2.1 História e Origem do Povo Ticuna

O povo Ticuna é um dos maiores grupos indígenas da Amazônia, com uma população estimada em cerca de 50 mil pessoas, distribuídas entre Brasil, Colômbia e Peru. No Brasil, vivem predominantemente às margens do rio Solimões, no estado do Amazonas (ACUÑA, 1994).

### Origem e História

Acredita-se que os Ticuna sejam um dos povos indígenas mais antigos da região amazônica. Ao contrário de muitas outras etnias da região, cujas línguas pertencem às famílias Tupi ou Arawak, o idioma Ticuna é classificado como uma língua isolada, sem parentesco direto confirmado com outras línguas conhecidas. No entanto, estudiosos apontam uma possível relação com a extinta língua Yurí, hipótese que daria origem à proposta de uma família linguística Ticuna–Yurí (WIKIPEDIA, 2024).

Os Ticuna eram tradicionalmente um povo isolado, vivendo em pequenas aldeias no interior da floresta. No entanto, com a chegada dos colonizadores europeus no século XVII, passaram a sofrer ataques e tentativas de escravização. Durante séculos, resistiram à colonização e mantiveram sua identidade cultural, apesar da intensa exploração e das epidemias trazidas pelos europeus.

### Cultura e Tradições

Possuímos uma cultura rica e única, marcada por rituais de passagem, arte corporal e mitologia própria. Um dos rituais mais importantes é a Festa da Moça Nova, que marca a passagem da menina para a fase adulta. Durante esse ritual, a jovem passa um período em reclusão, aprendendo conhecimentos tradicionais com as mulheres mais velhas da comunidade.

Foto 1 – Dança do worecû ou dança da moça nova



Fonte: Fotografia do autor, 2013

Também somos conhecidos por pinturas corporais, feitas com jenipapo e urucum, que carregam significados espirituais e sociais. As máscaras e artesanatos de madeira e palha são muito valorizados e expressam sua cosmovisão.

Foto 2 – Pintura facial.



Fonte: Fotografia do autor, 2013

#### Desafios e Atualidade

Atualmente, enfrentamos desafios como o desmatamento, a exploração ilegal de recursos naturais e a invasão de terras. No entanto, continuemos lutando pela preservação de territórios e cultura, promovendo a educação bilíngue e valorizando as tradições.

O Povo sempre ocupou parte das terras da Colômbia, do Peru e do Brasil, de acordo com informações do Instituto Socioambiental (ISA). Configuram o mais numeroso povo indígena na Amazônia brasileira, com aproximadamente 56 mil indígenas especificamente na região do Alto Solimões.

O termo Ticuna foi atribuído a esse povo por seus vizinhos. Na língua tupi, “**taco-uma**”, que significa “*homens pintados de preto*”, faz referência à tradição ticuna de pintura corporal com tinta à base de jenipapo.

A trajetória do povo Ticuna foi profundamente marcada pela presença violenta de seringueiros, pescadores e madeireiros na região do rio Solimões. Foi apenas na década de 1990 que houve o reconhecimento oficial da maior parte de seus territórios tradicionais (SILVA; SOUZA, 2024).

Firmam que corpos celestes como a Lua e o Sol são seres vivos, cujos humores e atitudes interferem no destino humano; e os mitos a eles relacionados integram a

cosmovisão que explica a origem e o devir do Universo, e dizem respeito a fatos da vida cotidiana relacionados com a cultura material.

## **2.2 Aspectos Socioculturais e Linguísticos do Povo Ticuna**

Como dito em diferentes momentos deste trabalho, o povo Ticuna é um dos grupos indígenas mais numerosos da Amazônia brasileira, com presença também na Colômbia e no Peru. Possuímos uma cultura rica e singular, marcada por tradições, crenças e um idioma próprio que os diferencia dos demais povos indígenas da região.

### **Aspectos Socioculturais**

**Organização Social**, nós vivemos em comunidades organizadas em clãs, onde o respeito aos mais velhos e às tradições é fundamental. A transmissão do conhecimento ocorre principalmente de forma oral.

**Rituais e Festas**, um dos rituais mais importantes é a Festa da Moça Nova, que marca a passagem da infância para a vida adulta das meninas. Envolvem danças, pinturas corporais, cantos e ensinamentos sobre os papéis na comunidade.

**Artesanato e Expressão Cultural**, nós somos conhecidos por ter habilidade na confecção de máscaras de tururi (fibra vegetal), cestarias, entalhes em madeira e pinturas corporais feitas com jenipapo e urucum.

**Crenças e Espiritualidade**, as crenças são baseadas em uma forte relação com a natureza e seres espirituais. O xamanismo tem grande importância, e os pajés desempenham papel central na cura e nos rituais espirituais.

**Economia e Sustento** a subsistência do povo Ticuna está ligada à pesca, agricultura (mandioca, banana e milho) e ao extrativismo. Muitos também comercializam artesanatos e participam do turismo cultural.

### **Aspectos Linguísticos**

A língua Ticuna é uma língua isolada, ou seja, não pertence a nenhuma família linguística conhecida. É uma das poucas línguas indígenas que ainda são faladas por grande parte da população, embora o português esteja cada vez mais presente (STEVANOVICH; STAVROS; VALE, 2022).

**Escrita e Educação**, nós possuímos um sistema de escrita próprio, e há materiais didáticos desenvolvidos para ensinar a língua nas escolas indígenas,

incentivando a preservação. O Ticuna dispõe de seu próprio sistema de escrita, que adota o alfabeto latino adaptado para representar características fonéticas da língua, como a tonalidade e nasalização. No Brasil, essa ortografia foi desenvolvida por meio de ações da FUNAI e do Ministério da Educação, enquanto no Peru usa-se uma versão próxima, com diferenças ortográficas regionais<sup>1</sup>. Há também uma produção significativa de materiais didáticos em Ticuna — livros escolares, narrativas tradicionais transcritas e cartilhas — usados no ensino bilíngue nas escolas indígenas. Os docentes, maioria nativos, utilizam esses recursos para alfabetizar crianças Ticuna, integrando saberes tradicionais ao currículo<sup>2</sup>.

Bilinguismo, muitos Ticunas falam tanto sua língua nativa quanto o português, especialmente os mais jovens que frequentam escolas não indígenas ou vivem próximos a áreas urbanas.

Tradição Oral, histórias, mitos e conhecimentos são passados de geração em geração por meio da oralidade, o que mantém viva a identidade cultural do povo. Embora o Censo Demográfico de 2022 não disponha de dados específicos sobre a língua Ticuna, ele revela que 84,9% dos indígenas de 15 anos ou mais eram alfabetizados em português — um salto em relação aos 76,6% registrados em 2010, mas ainda abaixo da média nacional de 93,0% . Esse contexto sugere que, mesmo existindo um forte contato com o português, diversas comunidades linguísticas indígenas, como a Ticuna, mantêm sua língua materna, especialmente em ambientes rurais e aldeamentos.

Nos enfrentamos desafios como a pressão sobre as terras e a influência crescente da cultura não indígena, mas seguimos resistindo e preservando a identidade por meio da língua e das tradições.

A relevância de que a língua ticuna deve ser valorizada seja na nossa família entre nós ticuna, quanto na escola pelos educadores ticuna e os não índios. Assim poderemos dizer que continuaremos resistindo incentivando nossos filhos a continuar usando a língua ticuna no dia a dia da aldeia. Nós ticuna manteremos vivos os nossos costumes e as práticas culturais buscando a ressignificação de nossa identidade. Segundo Soares (2008):

Tipologicamente, o Ticuna é uma língua nominativo-acusativa. Apresenta flexibilidade na ordem dos constituintes maiores de uma sentença, sendo que a chamada ordem Sujeito Objeto Verbo (SOV) –

<sup>1</sup> Fonte: [radios.ebc.com.br/4riu.ufam.edu.br/4lsjaguar.blogspot.com/4pt.wikipedia.org](https://radios.ebc.com.br/4riu.ufam.edu.br/4lsjaguar.blogspot.com/4pt.wikipedia.org). Acesso em: 4 jul. 2025.

<sup>2</sup> FUNAI; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Ticuna language and alphabet*. Disponível em: <https://omniglot.com/writing/ticuna.htm/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

analisada como derivada ou não - é, em si, suficiente para a explicitação de funções sintáticas.<sup>3</sup>

Segundo a autora, o ensino da língua na aldeia não segue uma estrutura definida, como a ordem sujeito–objeto–verbo (SOV), sendo feito de maneira aleatória e desorganizada. Essas estratégias lembram antigas práticas repressivas, como a proibição imposta pela Igreja, nos anos de 1960, que vetava o uso da língua Ticuna entre os alunos na escola. “Essa proibição me marcou profundamente enquanto educador”, relata o senhor Crispiano Ouvidio Mendes, de 87 anos. **(História e Memória dos Tikuna do Alto Solimões**. Museu Magüta, Benjamin Constant (AM), 2019.)

Hoje começo a refletir sobre o que o colonizador fazia para exterminar a nossa cultura, proibindo o uso da nossa língua. Por mais que a Constituição Federal/88 já garantia aos povos indígenas o direito a uma educação diferenciada, com os processos próprios de aprendizagem, continua a ideia de uma educação assimilacionista nas nossas escolas indígenas.

Vejo a importância da persistência e resistência na conquista dessa luta seja na educação escolar, nas questões de demarcação de território e que precisa ser entendida a relevância dessas questões pelos poderes públicos para a preservação da nossa cultura.

Há décadas que fomos explorados linguisticamente pela entrada de outra cultura diferente como forma de se comunicar de dialogar publicamente. Apesar da forte imposição cultural dos não indígenas e da entrada violenta de religiões externas nas aldeias, a língua Ticuna tem resistido tanto no ambiente escolar quanto na vida comunitária. As crianças continuam utilizando sua língua materna no convívio com amigos e colegas, demonstrando persistência em aprender a ler e escrever em Ticuna nas escolas indígenas. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), essa prática fortalece a identidade cultural e contribui para a preservação da língua, mesmo diante do crescente contato com o português (ISA, 2008)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Fonte: **Instituto Socioambiental (ISA)**. *Língua Ticuna*. In: *Povos Indígenas no Brasil – Verbete Ticuna*. São Paulo: ISA, 6 out. 2008. 67 p. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB\\_verbetes/ticuna/lingua\\_ticuna\(1\).pdf](https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/ticuna/lingua_ticuna(1).pdf). Acesso em: 3 jul. 2025.

<sup>4</sup> INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Língua Ticuna*. Povos Indígenas no Brasil. São Paulo: ISA, 2008. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB\\_verbetes/ticuna/lingua\\_ticuna\(1\).pdf](https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/ticuna/lingua_ticuna(1).pdf). Acesso em: 3 jul. 2025.

### 2.3 Território Ticuna em Feijoal/Benjamin (AM)

A Terra Indígena Ticuna de Feijoal está localizada no município de Benjamin Constant, no estado do Amazonas, Brasil. Esta terra indígena é habitada predominantemente pelo povo Ticuna, que se autodenomina Magüta, e é considerada a etnia mais numerosa da Amazônia brasileira.

O Mapa 2 abaixo mostra a localização da população ticuna no território brasileiro.

Mapa 2 – Localização dos Ticuna

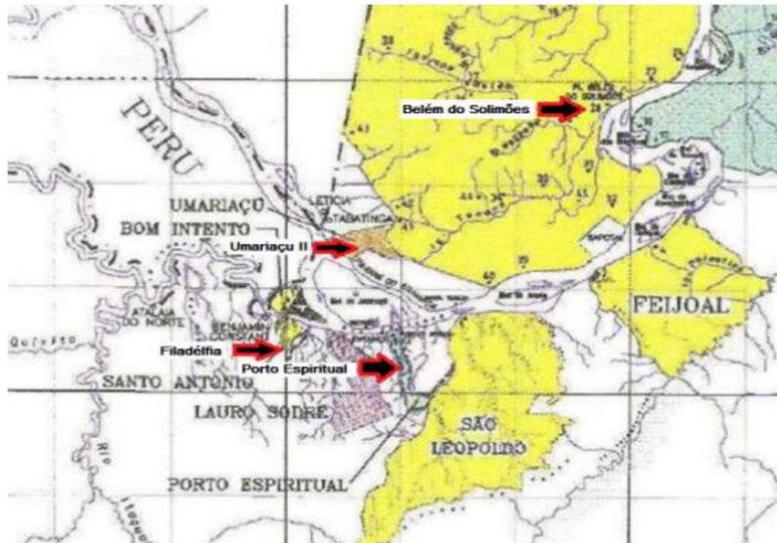


Fonte: GRUPOTICUNANAESCOLA2016<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> *Tribo Ticuna: agosto 2016*. 25 ago. 2016. Disponível em: <https://grupoticunanaescola2016.blogspot.com/2016/08/>. Acesso em: Dia Mês 2025. <https://grupoticunanaescola2016>.

O próximo mapa (Mapa 3) identifica a Terra Indígena Feijoal, localizada no município de Benjamin Constant, no estado do Amazonas.

Mapa 3 – Terra Indígena Feijoal (AM, Brasil)



Fonte: **GRUPOTICUNANAESCOLA2016**<sup>6</sup>.

A Terra Indígena Ticuna de Feijoal abrange uma área significativa que se estende por partes dos municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença. De acordo com dados de 2011, a população residente nessa terra indígena era de aproximadamente 4.510 pessoas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2024).

A Terra Indígena Tikuna de Feijoal foi homologada oficialmente em 5 de janeiro de 1996 pelo Decreto Presidencial, publicado no Diário Oficial da União em 8 de janeiro do mesmo ano (BRASIL, 1996). Desde sua homologação, entidades como a Associação de Mulheres da Comunidade Indígena de Feijoal Üma'tüna (AMCIFU) e a Organização da Comunidade Indígena Feijoal (OCIF) têm atuado na região, promovendo iniciativas voltadas ao fortalecimento cultural e ao desenvolvimento sustentável das comunidades Ticuna (Terras Indígenas no Brasil, s.d.).

<sup>6</sup> Grupoticunana escoa 2016 [blog]. Disponível em: <https://grupoticunanaescola2016.blogspot.com/>. Acesso em: 08 jul. 2025.

A região enfrenta desafios ambientais, como o desmatamento e focos de calor, que representam ameaças ao meio ambiente e às comunidades indígenas locais. De acordo com dados disponíveis, até o ano 2000, houve um desmatamento total de 1.414 hectares na Terra Indígena Ticuna de Feijoal, aumentando para 1.902 hectares até 2023 (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2024).

A Terra Indígena Ticuna de Feijoal desempenha um papel crucial na preservação da cultura Ticuna e na proteção ambiental da região do Alto Solimões, sendo essencial o apoio contínuo de organizações governamentais e não governamentais para assegurar o bem-estar e os direitos dessas comunidades.

Nos relatos Pacheco de Oliveira (2015), o aldeamento Feijoal localiza-se em um barranco à margem direita do Solimões, logo abaixo do igarapé do Noaca em terras que pertenciam anteriormente ao município de São Paulo de Olivença, mas que hoje pertencem a Benjamin Constant. Próximo ao lugarejo denominado Sapotal, segundo informantes, naquele local não teria existido anteriormente aldeia alguma, havendo, no entanto, várias famílias Ticuna dispersas habitando entre o Igarapé Noaca e suas imediações.

João Pacheco de Oliveira (2015, p.104) baseia-se na discussão de Curt Nimuendaju, que confirma esse fato indicando quatro casas Tikuna entre o igarapé Noaca e igarapé São Jorge; ele registra também uma fazenda e outros pontos do proprietário daquelas terras.

A Terra Indígena Tikuna de Feijoal abrange territórios habitados majoritariamente pelos Ticuna, além de comunidades peruanas e colombianas, somando cerca de 4.510 habitantes, segundo dados do portal Terras Indígenas no Brasil<sup>7</sup>. Localizada originalmente no município de São Paulo de Olivença e atualmente no de Benjamin Constant (AM), a TI possui uma área total de aproximadamente 46.200 hectares.

Essa terra foi oficialmente reconhecida e homologada pelo governo brasileiro por meio do Decreto de 5 de janeiro de 1996 (sem número), publicado no *Diário Oficial da União* em 8 de janeiro de 1996, sob a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso<sup>8</sup>. Desde então, a região tem sido palco de atuação de organizações indígenas dedicadas ao fortalecimento cultural e ao desenvolvimento sustentável,

---

<sup>7</sup> Disponível em [www2.camara.leg.br/11terrasindigenas.org.br/11meuvademeconline.com.br/11](http://www2.camara.leg.br/11terrasindigenas.org.br/11meuvademeconline.com.br/11). Acesso em: 3 jul. 2025.

<sup>8</sup> Disponível em [camara.leg.br/7planalto.gov.br/7terrasindigenas.org.br/7](http://camara.leg.br/7planalto.gov.br/7terrasindigenas.org.br/7). Acesso em: 3 jul, 2025.

como a Associação de Mulheres da Comunidade Indígena de Feijoal Üma'tüna (Amcifu) e a Organização da Comunidade Indígena Feijoal (OCIF)<sup>9</sup>.

De acordo com João Pacheco de Oliveira (2015), um informante relatou que anteriormente não havia aldeia estabelecida na região onde hoje está localizada a comunidade de Feijoal. No entanto, diversas famílias Ticuna passaram a se dispersar e ocupar o entorno do Igarapé Noaca e suas imediações. Não há consenso sobre quando exatamente teve início o processo de aglomeração dessas famílias, mas muitos moradores mencionam que, cerca de dez anos antes do relato, já existia um pequeno agrupamento de casas no local. A chegada dessas famílias foi motivada, em parte, por fatores como as inundações em outras áreas e pela dependência do antigo barracão. Outro elemento importante para o processo migratório foi a pregação de cunho milenarista promovida pelo irmão José, que chegou a fincar uma Santa Cruz no local, gesto simbólico que impulsionou a fixação definitiva de moradores em Feijoal. (Pacheco de Oliveira, 2015, p. 104).

Observa-se que o mapeamento apresentado abaixo destaca apenas algumas das aldeias já incluídas na área demarcada. No entanto, há indícios da existência de outras comunidades que não estão representadas. No mapa, são visíveis as principais localidades, como a Comunidade Feijoal, Cidade Nova, Nova Canaã, Porto Alegre e Deus Me Ajude.

O Mapa 4 detalha região Ticuna, incluindo a Terra Indígena Tikuna de Feijoal (destacada em branco) e áreas próximas como Benjamin Constant, Igarapé Noaca e o Rio Solimões.

---

<sup>9</sup> Disponível em [terrasindigenas.org.br](http://terrasindigenas.org.br). Acesso em 3 jul. 2025.

Mapa 4 – Limite Terra indígena de Feijoal



Fonte – SKILTON, 2020

Na Terra Indígena Feijoal, há bastante população, tem aglomerado, na área que ela abrange estão situadas cinco aldeias: Deus me ajude; Porto Alegre; Nova Canaã; Feijoal; e Cidade Nova.

Trata-se de uma área indígena que vem se desenvolvendo de forma notável, impulsionada pelas próprias famílias. A comunidade conta atualmente com três instituições de ensino: uma escola municipal, uma escola estadual e uma creche. Também está presente o Instituto Ngutapa, que surgiu a partir da Associação de Mulheres Indígenas Ticuna (AMIT), fundada em 2006, e reestruturada como instituto em 2022 para promover ações voltadas à valorização cultural, educação e juventude indígena (REDE ARTESOL, 2022). No campo da mobilização juvenil, atua o Departamento de Articulação dos Jovens Indígenas Magüta do Alto Solimões, vinculado ao Instituto, fortalecendo a participação política e cultural da juventude indígena. A comunidade também abriga diversas expressões religiosas, entre elas: a Missão Evangélica, Assembleia de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Adventista do Sétimo Dia e Igreja Cruzada Católica Apostólica Evangélica. A infraestrutura local inclui um mini-hospital (posto de saúde), duas quadras cobertas de concreto, uma usina termelétrica, um auditório público, entre outros equipamentos comunitários que evidenciam o crescimento da região.

A comunidade passou por um processo de crescimento e desenvolvimento a partir do ano de 1990. A partir desse período, foi implantada a energia elétrica, que passou a funcionar 24 horas por dia, possibilitando a chegada de recursos tecnológicos como internet via Starlink, geladeiras, televisores, ventiladores, ferros elétricos, entre outros. Antes, as cinco aldeias atualmente vinculadas à comunidade Feijoal não existiam. Hoje, cada uma delas busca meios de garantir o acesso a seus direitos territoriais e aos benefícios que lhes são devidos, procurando reconhecimento e contato com as instituições responsáveis.

Os Mapas 3 e 4 apresentam, respectivamente, a imagem do porto antigo e do porto atual da comunidade indígena de Feijoal, localizada no município de Benjamin Constant, Amazonas. Essas imagens permitem visualizar as transformações na infraestrutura portuária ao longo do tempo, refletindo o processo de crescimento e adaptação da comunidade às novas demandas sociais, econômicas e logísticas da região.

Foto 3 – Porto antigo



Fonte: BODANZKY; GAUER, 1981.

Foto 4 – Porto Atual



Fonte: Fotografia do autor, 2025

A primeira fotografia mostra o antigo porto da comunidade de Feijoal no ano de 1964, enquanto a segunda registra o porto atual, em 2025. Ao longo desse período, é visível o crescimento significativo da área, hoje marcada por um maior adensamento populacional e presença de diversas residências. O local tornou-se mais movimentado e passou a receber pessoas de outras cidades, incluindo profissionais como médicos, enfermeiros e trabalhadores vinculados ao governo municipal e estadual. A população local tem buscado se desenvolver com recursos próprios, demonstrando esforço e dedicação. Muitos estudantes da comunidade conquistaram formação em nível superior, com graduação e pós-graduação, e hoje atuam em funções importantes, como a de professores, entre outras áreas.

Feijoal teve sua origem no local conhecido como Aljubarrota, fundado pelo caboclo Dautchitape'e e pelos indígenas Ticuna. A referência à região significa "ponta de terra firme", uma referência geográfica ao território. Antes da chegada dos Ticuna, a área era habitada pelos índios Omáguas, uma tribo guerreira que mantinha constantes conflitos com os Ticuna. Naquela época, a região era considerada perigosa, pois os Omáguas atacavam quem se aproximasse utilizando arco e flechas.

Naquela época, os Ticuna já se organizavam segundo sua própria governança interna, respeitando a hierarquia social e promovendo valores como o respeito mútuo, o compartilhamento de conhecimentos, alimentos e a divisão clânica dentro da aldeia. Como destaca Oliveira, esse exemplo foi retirado dos estudos de Curt Nimuendajú.

A estrutura Tukuna é de tipo dual, entendendo-se por isso estar ela dividida em metades ( moieties ), claramente observáveis graças ao

fato de essa dicotomia se expressar em termos naturais através do «dualismo» Plantas/Aves; ou graças a projeção da Cultura na Natureza- que se processa no universo tribal desses índios do alto Rio Solirões (Pacheco de Oliveira, 1964, p.232)

O autor afirma que os Ticuna sempre foram organizados desde o início, com sua governança interna estruturada e respeitada de acordo com sua cosmologia.

Com o passar do tempo, os Ticunas entraram em conflito com o povo valente, os “omáguas”, que foram dizimados por epidemias contagiosas que exterminaram todos os moradores do local. Essas doenças teriam surgido a partir de um grupo de aves chamadas capitão do mato (Aumatchii), cujo canto deixava os índios alienados, fazendo-os cair mortos no chão. Desde então, o povo foi desaparecendo e as terras foram ficando tomadas por matagal ao redor do local.

Entre os anos de 1935 e 1946, a comunidade Feijoal foi tomada. Inicialmente, ali morava uma família não indígena, mas essa não foi a fundadora da comunidade. A fundação de Feijoal ocorreu em 1946. O nome Feijoal surgiu da palavra “feijão”, pois no verão havia uma praia em frente à comunidade onde os moradores plantavam muito feijão para seu sustento. Foi por causa dessa plantação que a comunidade recebeu o nome de Feijoal, nome esse dado por Frei Jeremias.

Em 31 de outubro de 1988, os magütagü ticuna retomaram a luta para convencer o governo do estado a demarcar o território, fortalecendo a consciência da comunidade Ticuna sobre seu direito à terra.

No dia 15 de abril de 1986, a comunidade Ticuna de Feijoal recebeu o título de demarcação da terra, território que havia sido ocupado por séculos pelos Omáguas e madeireiros. Os Ticuna não buscam enriquecer com essa terra, mas sim garantir uma vida digna, preservando sua história de resistência, mantendo viva sua cultura e reconquistando seu território. A manutenção e preservação da identidade Ticuna são, portanto, de extrema importância.

A aldeia começou com seu primeiro líder, ou melhor, seu primeiro nuã ãpata, um agricultor plantador de feijão, conhecido pelos Ticuna de düa. Um não indígena, grande agricultor, lutou intensamente em favor dos magütagü, defendendo-os de seus inimigos e buscando parcerias para o cultivo das plantações de roça, por volta de 1919.

A Aldeia Feijoal começou com duas famílias que vieram da cabeceira do igarapé, fugindo de maus-tratos de patrões. Entre 1930 e 1940, a Aldeia Feijoal

Dautchitapee já contava com aproximadamente 40 famílias, totalizando cerca de 100 indivíduos. Aos poucos, o número de moradores foi aumentando. As casas das famílias eram construídas próximas umas das outras devido à influência da religião messiânica do missionário vidente José da Cruz, denominada Irmandade Cruzada.

A primeira casa construída foi a do primeiro naiätünaca, o senhor Andre, conhecido pelos magütägü como Yuücü (paje). Em seguida, foram construídas as casas dos fiéis da Igreja Cruzada Católica Apostólica Evangélica, incluindo a do José Felix, pai do Elson Felix, conhecido como Capitão, além das casas de Cecilio Felix e Adelino. Esses moradores vieram fugindo dos índios omagua. Ao chegarem, os magütägü se ajudavam mutuamente na construção de suas casas, demonstrando grande união. Essa união é considerada fundamental para a preservação da cultura.

Após a construção das casas, foi erguida a Igreja Cruzada Católica Apostólica Evangélica, em 1972, seguida pela Igreja Católica, construída em 1975, e pelo Posto Indígena da FUNAI, em 1985.

## ORIGEM DO NOME FEIJOAL DAUTCHITAPEE

A aldeia Feijoal, conhecida pelos Ticuna como Dautchitapee, que significa “Ponta de terra firme”, teve sua origem associada à presença de uma extensa praia na região, por volta das décadas de 1920 e 1930. Nessa praia, os moradores cultivavam diferentes tipos de feijão — especialmente o preto e o comum — atividade fundamental para sua alimentação. A área também era rica em peixes e servia como ponto de coleta de água e lavagem de roupas, com pequenos poços naturais espalhados ao redor. Com o tempo, a praia foi desaparecendo, mas seu papel foi marcante na escolha do nome da comunidade. Foi o missionário Frei Jeremias quem deu o nome Feijoal, em referência ao cultivo predominante no local.

A aldeia se formou inicialmente com duas famílias que chegaram fugindo de maus-tratos de patrões. Por volta de 1930 a 1940, a comunidade já contava com cerca de 40 famílias, totalizando aproximadamente 100 pessoas. As casas eram construídas próximas umas das outras, em um gesto coletivo de solidariedade e união entre os moradores. Essa organização era influenciada, em parte, pela presença da religião messiânica da Irmandade Cruzada, liderada pelo vidente José da Cruz. Essa

religiosidade comunitária ajudou a moldar os laços sociais e espirituais da aldeia. A Igreja Cruzada Católica Apostólica Evangélica foi construída em 1972, seguida pela Igreja Católica em 1975, e pelo Posto Indígena da FUNAI em 1985.

O primeiro líder reconhecido da aldeia foi chamado *naiätünaca*, e o primeiro a ocupar essa função foi o senhor Andre, também conhecido como *Yuücü*, um respeitado pajé. Com o tempo, a função de liderança passou a ser nomeada como *ûperuü*, e posteriormente como capitão. A liderança era central na organização social, e os capitães eram figuras respeitadas e temidas por sua rigidez e compromisso com a ordem da comunidade.

Entre os primeiros moradores e líderes da aldeia estão nomes como: *Mecüracü* (Manuel Florentino), o primeiro *ûperuü*; José Felix, conhecido como *ai* (do clã da onça); Elson Felix, José Demétrio, Adelino, Deusdete Felix, Hortencio, Dionizio Aiambo, Getulio Moambite, Elias Abelaz, Teodolino, José Farias, Dalice Feli, Nazildo Aicate e Celia Farias.

Entre os marcos importantes da história local está a retomada da luta pelos direitos territoriais. Em 31 de outubro de 1988, um grupo de lideranças *magütägü* Ticuna organizou-se para buscar, junto ao governo do estado, o reconhecimento e a demarcação da terra indígena. Esse momento representou um passo decisivo na valorização dos direitos do povo Ticuna, refletindo uma crescente consciência da importância da terra para sua identidade e sobrevivência cultural.

Ao longo do tempo, a comunidade de Feijoal consolidou-se não apenas como um espaço físico de moradia, mas também como um símbolo de resistência, união e continuidade das tradições Ticuna.

O termo utilizado para se referir ao líder era *ûperuü*, e, posteriormente, passou-se a utilizar a palavra capitão. Naquela época, a organização comunitária era marcada por um forte respeito à figura do capitão, cuja autoridade era amplamente reconhecida. A população demonstrava consideração e também certo receio diante da rigidez com que ele exercia sua liderança.

### 3 ALFABETIZAÇÃO EM LÍNGUA MATERNA: FUNDAMENTOS E DESAFIOS

A alfabetização em língua materna é um dos pilares fundamentais da educação, sendo essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural dos indivíduos. O processo de alfabetização vai além da mera decodificação de símbolos gráficos; trata-se da construção de significados, da apropriação da linguagem escrita e da capacidade de interpretar e produzir textos em diferentes contextos.

A alfabetização em língua materna fundamenta-se em uma série de habilidades cognitivas e linguísticas que se inter-relacionam no processo de aprendizagem. Um dos elementos centrais é a consciência fonológica, que se refere à capacidade de perceber e manipular os sons da fala. Essa habilidade é essencial porque possibilita à criança compreender a correspondência entre fonemas e grafemas, facilitando assim a internalização do princípio alfabético — ou seja, o entendimento de que as letras representam sons e que essa relação é a base para ler e escrever.

Entretanto, o processo de alfabetização não se limita ao domínio técnico da leitura e da escrita. Ele se amplia quando consideramos o conceito de letramento, que diz respeito à capacidade de utilizar a linguagem escrita de forma significativa em diferentes contextos sociais. Enquanto a alfabetização garante o acesso ao sistema da escrita, o letramento possibilita a sua apropriação como prática social, permitindo ao sujeito interagir criticamente com o mundo ao seu redor.

Dessa forma, a alfabetização em língua materna deve ser compreendida como um processo integrado, no qual o desenvolvimento da consciência fonológica, a assimilação do princípio alfabético e a vivência de práticas de letramento se articulam na formação de leitores e escritores capazes de compreender e produzir textos em contextos diversos.

#### Desafios da Alfabetização

O processo de alfabetização enfrenta diversos desafios que se manifestam em diferentes dimensões. Em nível individual, algumas crianças apresentam dificuldades específicas no desenvolvimento da leitura e da escrita, o que exige estratégias diferenciadas de ensino e, muitas vezes, apoio pedagógico especializado. No entanto, essas dificuldades não podem ser analisadas de forma isolada, pois estão

frequentemente entrelaçadas com fatores sociais e econômicos. A desigualdade social, por exemplo, limita o acesso a materiais de leitura e a ambientes alfabetizadores adequados, impactando diretamente o ritmo e a qualidade da aprendizagem.

Outro fator crucial é a formação docente. A capacitação contínua dos professores é essencial para garantir uma alfabetização eficaz. Educadores bem preparados têm mais condições de identificar as necessidades dos alunos, adaptar suas práticas e aplicar metodologias sensíveis às realidades locais. Nesse contexto, o uso da tecnologia surge como um recurso promissor, oferecendo novas possibilidades para o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita. No entanto, sua implementação também traz desafios, como o acesso desigual a dispositivos digitais e a necessidade de reconfigurar métodos tradicionais para se adequarem a um contexto educacional mais dinâmico e híbrido.

Assim, promover uma alfabetização significativa e inclusiva requer a articulação entre apoio individualizado, políticas públicas que enfrentem as desigualdades, investimento na formação docente e o uso consciente das tecnologias educacionais.

A alfabetização em língua materna é um processo complexo e essencial para a inserção do indivíduo na sociedade. Para que seja eficaz, é necessário investir em metodologias adequadas, na formação docente e na criação de ambientes alfabetizadores que proporcionem o contato significativo com a leitura e a escrita. O enfrentamento dos desafios requer políticas educacionais sólidas e o envolvimento de toda a comunidade escolar.

A alfabetização, a partir de 1930, ganhou amplitude dentro do contexto das políticas públicas educacionais, momento em que o governo demonstrou preocupação com a promoção do desenvolvimento social, considerando a importância de todo cidadão saber ler e escrever. Logo após a Revolução de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (em 14 de novembro de 1930), e com a Constituição de 1934, a educação passou a ser reconhecida como direito de todos e dever do Estado. Assim Magda Soares (2018) destaca que: “Avaliações nacionais e internacionais têm mostrado que os estudantes brasileiros apresentam grande dificuldade para compreender e interpretar textos”<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> SOARES, Magda Becker. *A alfabetização e o letramento no Brasil, segundo Magda Soares* [entrevista]. Revista Pátio Ensino Fundamental, n. 85, 2018. Publicada no portal Desafios da Educação. Disponível em: <https://posts.desafiosdaeducacao.com.br/alfabetizacao-letramento/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

O contexto histórico da alfabetização tornou-se importante para o desenvolvimento das sociedades e, com o passar dos anos, fez-se necessária, para um melhor entendimento e esclarecimento nas maneiras de olhar e pensar, a educação brasileira, trazendo junto com ela as práticas pedagógicas.

Baseado na minha vivência direta, já que sou morador da comunidade de Feijoal e testemunho os efeitos de diferentes práticas governamentais e comunitárias ao longo dos anos posso afirmar que atualmente praticamente todos os Ticuna da comunidade de Feijoal mantêm sua identidade cultural e continuam sendo falantes da língua materna. No entanto, nem sempre foi assim. Durante a chegada dos missionários católicos europeus — o primeiro contato da comunidade com não indígenas — houve uma tentativa sistemática de apagamento cultural. A missão da Igreja Católica era fazer com que os indígenas abandonassem seus costumes, crenças e, principalmente, sua língua.

Na escola, os alunos eram obrigados a obedecer a uma imposição cultural de base eurocêntrica: não podiam falar em sua língua materna, eram forçados a usar uniforme escolar e, além disso, os pais eram pressionados a comprá-los, independentemente de sua condição financeira. Esse processo de colonização simbólica teve grande impacto na vida comunitária, ainda que, com o tempo, os Ticuna tenham resistido e conseguido preservar sua identidade linguística e cultural.

Durante o período de atuação dos missionários na comunidade, os professores — geralmente vinculados à missão da Igreja — eram obrigados a cumprir as diretrizes religiosas com rigor, refletindo um modelo disciplinar centrado na obediência e na moral cristã. A estrutura pedagógica era marcada por uma rigidez normativa: o currículo formal se limitava a poucas disciplinas, geralmente três, enquanto grande parte da jornada escolar era preenchida com atividades consideradas formativas sob a ótica missionária.

As atividades realizadas na comunidade escolar incluíam a limpeza do entorno da escola, o cultivo de hortas — com plantio de verduras e manutenção dos canteiros — e a obrigação constante de manter o espaço limpo. Essas ações não apenas reforçavam a disciplina e o valor moral do trabalho, mas também faziam parte de um projeto civilizatório imposto aos povos indígenas, no qual a educação formal era utilizada como instrumento de controle cultural e apagamento da identidade.

Essa prática perdurou por décadas, até que, por volta dos anos 1980, os missionários se afastaram da comunidade por questões de saúde. Sem alguém para

continuar o trabalho, um jovem de aproximadamente 20 anos chamado Crispiano Ouidio Mendes, que não tinha formação escolar formal, mas compreendia um pouco de português, foi indicado para assumir a sala de aula. Esse educador tornou-se o primeiro professor local. Embora seguisse as orientações dos missionários, sua atuação era diferente, pois usava mais a língua materna e ensinava parcialmente com o apoio de uma cartilha em português.

Durante cerca de cinco anos, esse professor atuou sem salário, recebendo apenas kits de alimentação e, ocasionalmente, materiais de primeiros socorros oferecidos pelos missionários. As famílias dos alunos também colaboravam, contribuindo com o que tinham em casa, como farinha, banana, carne, peixe e, eventualmente, bebidas tradicionais.

Apesar de a alfabetização ser comumente realizada na escola indígena a maioria dos pais já inicia esse processo em casa com seus filhos, possibilitando o contato com a prática do ato de ler. O início da alfabetização no ambiente familiar indígena, antes mesmo da escolarização formal, causa um primeiro contato da criança com o "ato de ler" no sentido mais amplo — isto é, com a leitura do mundo (como defende Paulo Freire). Isso favorece uma leitura mais crítica e contextualizada das palavras no futuro, pois a criança já vem desenvolvendo uma percepção do mundo e das relações que o compõem. Assim, em concordância com o autor Paulo Freire (1988), que em seu livro “A importância do ato de ler” expressa que:

[...] o ato de ler [...] não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas [...] se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1988, p. 11-12).

Pode-se dizer, então, que as práticas de leituras aceleram o processo de construção da alfabetização em língua ticuna e através da escrita e fala nos comunicamos uns com os outros, mantendo esse intercâmbio social e indispensável ao mundo.

No início da década de 1990, diversos movimentos indígenas passaram a contar com o apoio de indigenistas que criticavam a atuação de missionários na educação escolar indígena. As críticas se concentravam, sobretudo, na metodologia

de ensino imposta, na ausência de remuneração para os professores indígenas e na ocorrência de trabalho forçado nas escolas. Há ainda registros de acusações mais graves. Segundo relato de um usuário da plataforma Reddit, missionários da organização *New Tribes Mission Brasil* foram denunciados, na época, por práticas de “escravidão, exploração sexual e tráfico de crianças indígenas” (REDDIT, 2023).

Desde então, as lideranças de Feijoal realizaram diversas reuniões com representantes da FUNAI para discutir a implementação do ensino na comunidade, solicitando a construção de uma escola e a presença de professores. Após sucessivas conversas, a FUNAI propôs inicialmente utilizar uma casa já existente como sala de aula. O capitão da comunidade cedeu um espaço onde tradicionalmente era realizada a cerimônia da moça nova, marcando simbolicamente o início de uma nova era para a educação local. Atendendo às reivindicações da comunidade, a FUNAI designou três professores indígenas, contratados na modalidade de professores leigos. A própria comunidade foi responsável por escolher aqueles que possuíam escolaridade equivalente à segunda ou terceira série do ensino fundamental para assumirem as funções docentes.

Estes professores trabalhavam há mês até anos sem ter salário, o currículo quem determinava era prelazia baseada na religiosidade as disciplinas que trabalhavam eram cartilha em português e religião, mas não tinha a linha materna, se passaram umas décadas até chegar os movimentos indígenas chamados de CGTT e OGPTB.

Foto 5 – Escola Católica SPA



Fonte: arquivo da prelazia de Feijoaal.

Atualmente, temos mais liberdade e o direito de falar nossa língua materna na escola municipal indígena Marechal Rondon, no convívio diário, sem a obrigação de repor o que foi perdido ao longo de muitas décadas. A língua materna é a principal expressão de nossa identidade, sendo altamente valorizada pela comunidade, enquanto a língua portuguesa ocupa um papel secundário.

Na escola, a língua materna já é uma disciplina que tem carga horária de 4 horas diárias e 20 horas semanais, iniciando na alfabetização ao ensino fundamental I e II até no ensino médio.

A dislexia, a dificuldade de reconhecer letras e a dificuldade de compreensão textual são algumas das dificuldades de aprendizagem na alfabetização em língua ticuna, outro fator que dificulta o aprendizado é a falta de formação inicial do professor na área de linguística o que dificulta o ensino de língua materna.

Em todas as escolas indígenas do Brasil, a falta de recursos pedagógicos é uma realidade. O Estado não investe adequadamente no ensino indígena, resultando na ausência de materiais específicos para a alfabetização das crianças. Além disso, o contexto das salas de aula é muitas vezes precário, com turmas numerosas, situações de indisciplina e o uso exclusivo de material didático em língua portuguesa, o que dificulta ainda mais o processo de aprendizagem.

Para ensinar a língua materna, o professor deve desenvolver atividades contextualizadas, que permitam que o aluno desenvolva seu próprio conhecimento linguístico. Assim, a língua ticuna está presente no contexto de brincadeiras nas diferentes esferas nas brincadeiras. Nesse sentido, relato a história de cada uma delas

trazendo a escrita da língua ticuna, mostrando que a língua faz parte de todo contexto cultural, seja no nome das brincadeiras e dos rituais.

Portanto, ao falar sobre a alfabetização na infância e sobre minhas tradições e costumes como Ticuna, creio que estou narrando a fase mais significativa da minha vida. Significativa porque foi a partir da educação adquirida pelo exemplo dos meus pais que pude perceber o quanto ela foi valiosa nas caminhadas que tenho feito pelo mundo afora. Em meio a inúmeras diversidades culturais, meu ego Ticuna resistia com todas as suas especificidades, enfrentando situações completamente diferentes, marcadas por um preconceito forte — que ainda hoje persiste. Foi necessário incorporar alguns conceitos do *tchoügü* (branco), passar a me vestir como eles, comportar-me como eles e falar a língua portuguesa

### **3.1 A Alfabetização em Língua Materna: Teorias e Práticas**

A alfabetização em língua materna é um dos processos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social de uma criança. Ela envolve não apenas a aquisição do sistema de escrita, mas também a compreensão e produção de textos em diversos contextos comunicativos. Diversas teorias educacionais buscam explicar e orientar as práticas pedagógicas nesse campo, proporcionando metodologias eficazes para a formação de leitores e escritores proficientes.

#### Teorias da Alfabetização

As teorias de alfabetização apresentadas neste trabalho estão fundamentadas na obra de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, especialmente em *Psicogênese da língua escrita* (1985), que marcou um avanço significativo na compreensão do processo de aquisição da escrita. As autoras demonstram que a criança constrói ativamente seu conhecimento sobre a linguagem escrita, passando por diferentes níveis de compreensão até alcançar a escrita alfabética convencional. Essa perspectiva contribui para repensar práticas pedagógicas, valorizando o percurso cognitivo do aprendiz.

1. Teoria Cognitivista: Considera que a aprendizagem da língua escrita é um processo ativo no qual a criança constrói o conhecimento com base em suas interações e experiências. Jean Piaget e Lev Vygotsky são alguns dos principais teóricos que influenciam essa abordagem, enfatizando a importância do desenvolvimento cognitivo e do papel social na aprendizagem.
2. Teoria Construtivista: Baseada nas ideias de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, essa teoria postula que a criança não apenas memoriza e repete símbolos, mas também formula hipóteses sobre o funcionamento da escrita. O professor deve atuar como mediador, incentivando a reflexão e a investigação.
3. Teoria Sociocultural: Defende que a alfabetização está inserida em um contexto social e cultural. A escrita deve ser ensinada por meio de situações reais de uso, garantindo que os alunos compreendam a funcionalidade da linguagem escrita na sociedade.

### Práticas Pedagógicas

Para garantir uma alfabetização significativa, é essencial adotar estratégias que respeitem o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos. Algumas abordagens eficazes incluem:

- Uso de Textos Autênticos: Trabalhar com gêneros textuais diversos, como contos, fábulas, reportagens e bilhetes, para contextualizar a leitura e escrita.
- Jogos e Brincadeiras: Atividades lúdicas, como bingo de letras e formação de palavras, estimulam o interesse pela aprendizagem.
- Produção de Textos: Incentivar os alunos a escreverem suas próprias histórias, bilhetes e diários, promovendo a autonomia na escrita.
- Interação Oral: Conversas e debates são fundamentais para desenvolver a compreensão e expressão oral, habilidades que contribuem para a escrita.
- Uso de Tecnologias: Aplicativos, jogos educativos e recursos multimodais podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

A alfabetização em língua materna é um processo dinâmico e desafiador, que exige a integração de diferentes abordagens teóricas e metodológicas. O papel do educador é essencial para criar um ambiente alfabetizador rico e estimulante, permitindo que os alunos desenvolvam plenamente suas habilidades de leitura e

escrita. Assim, a alfabetização se torna um instrumento de inclusão e emancipação social, garantindo o acesso ao conhecimento e à participação cidadã.

Considerando que a fase da alfabetização é um período essencial para a apropriação da língua materna no contexto escolar, apresentamos uma discussão acerca da prática pedagógica dos professores entrevistada que atuam no Ensino Fundamental I. O objetivo deste texto é refletir sobre os métodos usados para alfabetização e as possíveis relações com algumas concepções teóricas que direcionam as práticas de leitura e escrita na língua ticuna na escola

A partir da análise dos dados parciais do estudo, infere-se que o ensino de língua materna dos entrevistados, especialmente em relação à opção didática por métodos de alfabetização, é direcionado por concepções teóricas de língua/linguagem subjacentes às práticas de letramento escolar. Em relação à prática pedagógica, identificou-se o foco no ensino-aprendizagem da gramática, o que implica na forma de trabalho com a leitura e a escrita, que muitas vezes é descontextualizado da realidade social e cultural dos alunos em processo de alfabetização.

Como explicamos anteriormente, este trabalho tem como objetivo descrever e interpretar os enfoques dados pelos professores alfabetizadores Ticuna em relação à alfabetização na língua materna, analisando as conexões entre teorias educacionais e práticas pedagógicas. Busca-se compreender como esse processo contribui para a construção e afirmação da identidade cultural e linguística do povo Ticuna, especialmente na comunidade de Feijoal (Benjamin Constant/AM), no contexto do Alto Solimões, estado do Amazonas. A partir das percepções dos próprios indígenas Ticuna, pretende-se ainda identificar os desafios enfrentados e os significados culturais atribuídos à alfabetização em sua língua originária.

A prática pedagógica na comunidade de Feijoal enfrenta diversos desafios, especialmente no que diz respeito à compreensão da escrita por parte dos alunos. Entre os principais obstáculos estão o despreparo de profissionais, a escassez de material didático na língua ticuna, espaços físicos inadequados e horários insuficientes para o desenvolvimento pleno das atividades escolares. Os materiais didáticos disponíveis são, em sua maioria, fornecidos pelo MEC e redigidos exclusivamente em língua portuguesa, o que dificulta a aprendizagem dos estudantes indígenas. Apesar disso, alguns professores buscam adaptar e contextualizar os conteúdos, ainda que muitas vezes o tempo e as condições não sejam suficientes para garantir um ensino de qualidade.

Na escola da aldeia de Feijoal, a língua materna já vem incluída desde alfabetização até anos finais do Ensino médio, as crianças do ensino básico falam em língua materna com seus colegas em casa com seus familiares e a língua portuguesa fica em segundo plano.

Há uma significativa carência de profissionais com formação específica em linguística para apoiar os professores nas escolas indígenas. Embora o ensino se baseie em teorias, é comum que os profissionais tenham formação em áreas diversas, como Letras (língua portuguesa), Matemática e outras, sem domínio da língua materna ticuna. Muitos desses educadores acabam atuando nas escolas indígenas sem o preparo necessário para trabalhar com a língua e cultura local. A formação pedagógica tradicional não contempla o ensino da língua ticuna nem orientações específicas para o trabalho em escolas indígenas, o que gera dificuldades para os professores, que frequentemente se sentem perdidos ao lidar com turmas do ensino fundamental compostas por alunos indígenas.

Em todas as escolas indígenas, a situação é semelhante: às vezes, a escola recebe livros enviados pelo MEC, por intermédio da SEMED, mas nunca recebe material didático em língua Ticuna. Isso ocorre porque ainda não existem livros específicos voltados para as crianças Ticuna. Embora haja diversos artigos publicados sobre o tema, eles estão fora da realidade vivida pelos indígenas e são insuficientes para serem utilizados de forma eficaz em sala de aula.

Muitas vezes, os profissionais tentam adaptar os materiais disponíveis, utilizando livros em língua portuguesa e recriando atividades. Procuram textos como lendas e mitos em português e tentam traduzi-los e contextualizá-los para a língua materna Ticuna. No entanto, esse processo acaba dificultando a aprendizagem e o desenvolvimento do letramento das crianças. Em diversas ocasiões, a escola propõe projetos para a produção de material didático em língua Ticuna e os encaminha à SEMED, mas esses projetos podem passar semanas ou até anos sem qualquer retorno positivo ou concretização.

A prática pedagógica na aldeia muitas vezes se desenvolve por meio da contextualização de textos em língua portuguesa, acompanhada de atividades de tradução para a língua materna. A produção textual dos alunos é corrigida e devolvida como parte de avaliações coletivas. Essa metodologia tem sido utilizada ao longo dos anos nas escolas indígenas da comunidade, que também têm buscado elaborar seu

próprio material didático. No entanto, a falta de apoio financeiro tem impedido a realização plena desses projetos.

Os profissionais que atuam com as crianças realizam planejamento coletivo para a disciplina de língua materna, utilizando conteúdos extraídos de livros de língua portuguesa e adaptando-os de acordo com a idade e série dos alunos. Trabalham conceitos como vogais, formação de palavras e produção textual na língua materna, explorando diversos gêneros textuais, como lendas, histórias e mitologia indígena. Devido à falta de material didático específico em língua materna, que persiste até hoje, esses educadores recorrem ao conhecimento acadêmico adquirido para desenvolver estratégias que auxiliem as crianças a fortalecer sua identidade cultural e a cultivar o hábito da escrita desde a infância.

Quando “na prática a teoria é outra”, isto é, quando não se aplicam as teorias acadêmico-educacionais estudadas nas formações inicial e continuada, o que de fato se apresenta na prática pedagógica?

A alfabetização em língua materna é o processo de aprender a codificar e decodificar os sons da fala em letras, para poder ler e escrever. Trata-se de uma etapa fundamental na formação escolar e social do indivíduo. Segundo Marília Facó Soares (Museu Nacional/UFRJ, 2001, p. 373), é importante mostrar como é possível ultrapassar o espaço formal da escola, integrando os saberes formais e não formais.

A autora também afirma que, apesar de no papel os ensinamentos parecerem simples, já naquela época era evidente que não seria tão fácil conseguir materiais didáticos adequados para trabalhar a língua Ticuna.

### **3.2 Desafios da Alfabetização nas Comunidades Indígenas**

A alfabetização em comunidades indígenas apresenta desafios específicos que envolvem fatores culturais, linguísticos, sociais e políticos. O processo de ensino e aprendizagem na comunidade deve considerar suas particularidades para garantir uma educação de qualidade e respeitosa às suas tradições.

### A Diversidade Linguística

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), no Brasil existem cerca de 154 línguas e dialetos falados. Essa diversidade linguística representa um grande desafio, pois muitas escolas utilizam o português como língua principal de ensino, o que pode dificultar o aprendizado das crianças indígenas que falam apenas sua língua materna. Além disso, a falta de materiais didáticos bilíngues contribui para essa dificuldade

### Conflitos entre Educação Tradicional e Escolarização

A comunidade indígena de Feijoal possui formas próprias de transmissão do conhecimento, baseadas na oralidade, na convivência com a natureza e nos ensinamentos dos mais velhos. A introdução de um modelo de alfabetização ocidental pode entrar em conflito com essas práticas tradicionais, gerando resistência por parte da comunidade.

### Falta de Formação para Educadores Indígenas

A capacitação de professores que atuam em escola municipal indígena Marechal Rondon é um desafio constante. Muitos professores não são indígenas e não conhecem a realidade e a cultura do povo ticuna que irão ensinar. Além disso, há escassez de cursos de formação específicos para educadores não indígenas, dificultando a implementação de uma educação diferenciada e contextualizada.

### Infraestrutura e Recursos Didáticos

A escola indígena Marechal Rondon enfrenta problemas de infraestrutura, como falta de salas de aula adequadas, material pedagógico insuficiente e acesso precário a tecnologias educacionais. Essas dificuldades impactam diretamente a qualidade do ensino e tornam a alfabetização ainda mais desafiadora.

### Políticas Públicas e Valorização da Cultura Indígena

A legislação brasileira reconhece o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural. No entanto, a implementação dessas políticas ainda encontra obstáculos, como a falta de investimentos e o não cumprimento de diretrizes que garantam o respeito às culturas indígenas.

### Caminhos para Superar os Desafios

Para garantir uma alfabetização eficaz na comunidade indígena Feijoal, é fundamental:

- Produzir materiais didáticos bilíngues e contextualizados.
- Valorizar e integrar os saberes tradicionais no currículo escolar.
- Oferecer formação específica para professores indígenas e não indígenas.
- Melhorar a infraestrutura da escola indígena Marechal Rondon.
- Fortalecer políticas públicas que respeitem e promovam a diversidade cultural dos povos indígenas.

A alfabetização nas comunidades indígenas deve ir além do ensino da leitura e da escrita em português. É necessário promover uma educação que respeite as identidades culturais, fortaleça as línguas indígenas e contribua para o desenvolvimento dessas comunidades de forma autônoma e sustentável.

Refletir sobre o processo da leitura e da escrita na alfabetização em língua ticuna como foco nas concepções e desafios dos professores alfabetizadores, requer uma retomada histórica e conceitual sobre a alfabetização no Brasil para que possamos melhor compreender a sua materialidade ao longo dos anos e assim situar o lugar ocupado nos dias atuais.

Nesse sentido, Boto (2011) esclarece que estudar a alfabetização se torna importante por ser um dos instrumentos mais significativos na área da educação e alerta para a necessidade de pensar os conceitos de escola e debruçar pedagogicamente sobre os conhecimentos inerentes a leitura e escrita. Nas suas palavras afirma: “como compreender a educação moderna sem conceber a habilidade da leitura como requisito de um repertório intrínseco à própria constituição da modernidade? Aliás, em um país como o Brasil, estudar a alfabetização é um dever” (BOTO, 2011, p. 1).

Em vista disso, ao retornamos a conjuntura da história da alfabetização no Brasil, um ponto basilar que se destaca é que a educação escolar deve ser de acesso de todos (BRASIL, 1988).

Por volta desse final do século XX, é possível perceber um olhar mais cuidadoso referente à educação, onde emergiram a ideia e sua importância na relação social com a sociedade, havendo esse contato vivo com o ensino e perceber a sua significação. Nessa direção, Pires, Ferreira e Lima (2010), afirmam que:

O final do século XX foi um período de descobertas. Começa-se a ter consciência de que não basta somente alfabetizar, mas que é preciso viabilizar as pessoas a oportunidade do contato com as diversas práticas sociais de leitura e escrita. Isso mudou no século XXI, quando esse conhecimento passou a ser exigência, ou seja, o mundo letrado moveu-se para a escola, passando a fazer parte da alfabetização do novo século, contribuindo para a que a comunicação evoluísse. Os profissionais da educação então passaram a buscar novas competências para ensinar (PIRES; FERREIRA; LIMA; 2010, p. 4).

Diante do exposto, observa-se que os profissionais passaram a buscar novas metodologias, novas estratégias para ensiná-lo. E com isso percebemos que essa travessia de ensinar foi decorrendo de forma acelerada, no sentido de haver uma maior preocupação ao que estava se ensinando e assim avaliar suas práticas educacionais.

Neste campo, para Soares (1985, p.20), a alfabetização é “em seu sentido próprio, específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e de escrita”. Para ela, esse processo de alfabetizar é o sujeito que já consegue ler e escrever; ainda de acordo com sua concepção, a criança aprende através da utilização dessa prática, ou seja, escrevendo, copiando e transcrevendo o que é ensinado.

Em continuidade dessa reflexão da autora acima, “alfabetiza-se significa adquirir habilidades de codificar língua oral e língua escrita (escrever) e decodificar a língua escrita da língua oral (ler)” (SOARES, 1985, p.20). Desta maneira, alfabetização seria essa representação de fonemas e grafemas na construção social, onde surge esse processo de compreensão/expressão de significados das palavras.

Sendo assim, as escolas das comunidades indígenas enfrentam muitos desafios, e um dos desafios é lutar e unir para procurar os meios para alcançar a qualidade de ensino da alfabetização.

Dando continuidade a essa reflexão, destaca-se o quão desafiador é trabalhar com a língua ticuna nas escolas da aldeia, conforme afirma Alvino:

Na língua dos Ticunas, todos os sons podem ser representados pelas, letras do alfabeto português, salvo as poucas exceções feitas para aquelas palavras que obedecem a fonética peculiar daquele idioma. Para tais casos nós faremos uso de alguns grupos consonantais que mais aproximadamente exprimem o som das ditas palavras, valendo-nos também dos exemplos de outras línguas em que mais correntemente aparece o som dessas palavras. (Alvino, 1945 p.20)

Diante do exposto, observa-se que os profissionais indígenas passaram a buscar novas metodologias na escola, motivados pela escassez de materiais didáticos específicos em língua ticuna.

A tabela a seguir apresenta a prática de adaptação de um texto do E23 (47<sup>a</sup>, 2025, professor), demonstrando o processo de contextualização e tradução para a língua ticuna.

Quadro 1 – ngewacaügüü dea ticunagawa (palavras novas na língua ticuna)

Televisão Dawenüruü	Bola cugütaeruü	Ônibus Gaüguruü	Desodorante Tipacüüruü	Apagado Rü cana pi
Geladeira gaueêruü	Bom dia Numãê	Ar condicionado Gaumatchiaruü	Perfume Pumara	Ventilador Buanüneruü
Lava roupa yautchiruruü	Boa noite numãê	Gelo Dea arü gaupütaü	Celular Deagüruü	Mochila Poperaarü nuruü
Boa tarde Numãê	Café watchiüne	Microfone Dearuü	Álbum de foto Natchicünaã arü nuruü	Torneira Deaarü yauyaeruü
Fogão Gueruü	Refrigerante maicuratchiü	Lápis Wüitaerü	Batedeira Baeruü	Computador Wüetaeruü
Lâmpada Omü	Cerveja ngaruü	Caneta Wüetaeruü	Esmalte tchaupatüruü	Radio Paetaeruü
Avião ãpeatüne	Tinta tchauetaeruü	DVD ngotchicünaeruü	Óculos de grau Meã nawa tüü ca dauruü	Carro Bundi
Sofá Toruü	Calcinha ngeätatchipara	Quadro negro Wüetaeruü	Bicicleta Budintchicü	Sala Nguetchhica
Cueca Yatüät6uü	Motor muturu	Balieira Ngue ngütchicune	Drone Yautchipetaruü daunawa	Revolver Marau

Há preocupação com a construção de novas palavras na língua ticuna, porque muitas palavras, nomes de objetos, por exemplo, não existiam antes, então é preciso criar nomes em ticuna. Os alunos junto com professores buscam alternativas no sentido de propor a criação de um dicionário na língua ticuna, já com palavras novas em Ticuna.

A tabela acima evidencia as dificuldades enfrentadas na organização e no planejamento coletivo do material didático na língua Ticuna, ainda que já existam propostas com alguns nomes nessa língua. Nesse contexto, acredito que a criação de materiais com palavras novas representa uma importante forma de resistência ao desaparecimento da língua. No entanto, para que isso se concretize, é fundamental o nosso empenho e dedicação.

Manter viva a língua ticuna, diante das coisas que mudam é um grande desafio, pois ela acompanha essa mudança cultural do mundo moderno. Conforme RCNEI (1998), este deve permitir o fortalecimento das línguas e das culturas, contribuindo para a melhoria das práticas comunicativas e sociais reais, e não só representar os discursos legais e institucionais sobre bilinguismo e educação escolar indígena”.

A falta de material didático específico na língua indígena é um dos impasses que o professor indígena se depara com o ensino da língua materna.

As dificuldades que vivemos para construir esta escola diferenciada é que não temos livros diferentes. Os que temos são iguais aos da cidade e não falam de nossos povos indígenas. Este problema pode ser superado através da produção de livros nossos (BRASIL, 1998, p. 59).

Dessa forma, torna-se urgente a produção de material didático específico para a escola indígena de Feijoal, preferencialmente elaborado por membros da própria comunidade, que detêm o conhecimento da realidade local e são falantes nativos da língua.

As aulas de língua materna na Escola Municipal Indígena Marechal Rondon têm uma carga horária de quatro horas diárias, totalizando vinte horas semanais. Essa intensidade contribui significativamente para o desenvolvimento da escrita e a produção de textos em diversos gêneros linguísticos a partir do terceiro ano do Ensino Fundamental I. Nessa fase, as crianças já demonstram capacidade de pensar, refletir e dialogar com os colegas em sala de aula, conforme orientações do RCNEI (1998).

Nesta fase, os alunos devem aumentar a capacidade de conhecimento nas duas línguas, escrever textos maiores com palavras que já conhecem, usar estas palavras em diálogos em diversas situações diferentes. Geraldo Aiwá, professor Apurinã, AM” (RCNEI, 1998, p. 53)

Nesse sentido, a elaboração de material didático em língua Ticuna representa uma necessidade urgente para a escola indígena de Feijoal. A produção desse material deve partir da própria comunidade, que conhece profundamente a realidade local, é falante da língua, e detém o conhecimento sobre a mitologia, a cosmovisão, a ancestralidade e o direito a uma educação de qualidade.

Na aldeia de Feijoal vivem indígenas, não indígenas e estrangeiros provenientes da Colômbia e do Peru. Atualmente, há duas escolas na comunidade que oferecem o ensino da alfabetização. Os pais e responsáveis matriculam seus filhos tanto na creche quanto no Ensino Fundamental I, onde a língua Ticuna já está inserida no currículo. No entanto, muitas crianças entre 4 e 10 anos não conseguem se alfabetizar adequadamente. Isso ocorre, em parte, porque alguns pais não apoiam o ensino da língua Ticuna, acreditando que a língua materna possa atrasar o desenvolvimento escolar de seus filhos. Em continuidade dessa reflexão acima, Paulo Freire (1981, p. 79) afirma “ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, rodeados pelo mundo”.

Diante do exposto, observa-se a necessidade de buscar, junto aos pais e responsáveis, novas metodologias e estratégias para o ensino. Precisamos do apoio coletivo para fortalecer a prática pedagógica e promover o equilíbrio e a equidade na escola. Inspirados na afirmação de Paulo Freire — de que ninguém se educa sozinho, mas sim em diálogo com o outro e com o mundo — adotamos a proposta de ensinar e incentivar os alunos a escreverem em língua Ticuna, além de conhecerem, desde cedo, sua história, mitologia e realidade. No entanto, enfrentamos muitas dificuldades, como a falta de material pedagógico adequado e a ausência de profissionais formados especificamente em língua indígena Ticuna. Outro desafio é a localização geográfica da comunidade, que está distante dos centros urbanos, o que dificulta o acesso até mesmo aos materiais escolares mais básicos, como papel e pincel. Apesar desses obstáculos, é essencial manter uma postura positiva e seguir empenhados em melhorar o ensino da língua Ticuna em nossa comunidade.

Dessa forma, é importante destacar que toda essa trajetória representa um desafio para a educação indígena, especialmente para o professor indígena, que

enfrenta dificuldades para obter o material didático necessário para o trabalho. Outro ponto a ser discutido atualmente é a falta de tecnologia nas escolas indígenas. Isso envolve um preparo físico e psicológico, já que o professor precisa adaptar o ambiente de sua casa, lidar com as tecnologias e se preparar para atuar diante de uma tela. Além disso, há outras implicações, como o acesso à internet, que muitas vezes apresenta baixa qualidade. Por fim, sua rotina é completamente alterada, tornando necessária a readaptação às novas metodologias de ensino.

É fundamental compreender que as dificuldades enfrentadas pela criança indígena na aprendizagem vão além do simples manuseio de equipamentos tecnológicos ou do acesso limitado a recursos. Elas carregam consigo impactos culturais e sociais profundos, pois cada obstáculo pode afetar a forma como a criança se relaciona com seu conhecimento, sua língua e sua identidade. Reconhecer essas barreiras é, portanto, reconhecer a necessidade de práticas educativas sensíveis às especificidades culturais e sociais de cada comunidade, fortalecendo a aprendizagem de maneira inclusiva e respeitosa.

No início, enfrentamos grandes dificuldades relacionadas à infraestrutura inadequada, à falta de profissionais qualificados e à ausência de materiais específicos para trabalhar. Além disso, havia o desafio de ensinar os alunos a conhecer novos métodos de aprendizagem, como o uso da tecnologia e a escrita básica baseada na interculturalidade, conforme enfatiza o RCNEI:

O diálogo respeitoso entre a realidade dos próprios alunos e os conhecimentos vindos de diversas culturas humanas é a realização da interculturalidade, e a escola indígena deve tornar possível essa relação entre a educação escolar e a própria vida em sua dinâmica histórica (RCNEI, 1998, p.54)

### **3.3 Políticas Públicas de Educação Indígena no Brasil**

As Políticas Públicas de Educação Indígena no Brasil são voltadas para garantir o direito dos povos indígenas a uma educação específica, diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária, respeitando suas culturas e modos de vida. Essas políticas estão fundamentadas na Constituição de 1988 e em legislações posteriores. Aqui estão alguns dos principais marcos:

#### 1. Constituição Federal de 1988

- Reconhece os direitos dos povos indígenas à sua organização social, costumes, línguas e tradições (Art. 231).
- Determina que o ensino fundamental deve ser ministrado também em língua indígena (Art. 210).

#### 2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996

- Define que a educação indígena deve ser intercultural e bilíngue, respeitando os processos próprios de ensino-aprendizagem.
- Permite a organização de escolas indígenas conforme a cultura de cada povo.

#### 3. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (Resolução CNE/CEB nº 5/2012)

- Estabelecem que o currículo deve considerar os saberes e práticas tradicionais indígenas.
- Definem a formação de professores indígenas como essencial para fortalecer as escolas indígenas.

#### 4. FUNAI e MEC – Apoio à Educação Indígena

- O Ministério da Educação (MEC) apoia a criação de escolas indígenas, formação de professores indígenas e produção de materiais didáticos bilíngues.
- A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) colabora na defesa dos direitos educacionais indígenas.

#### 5. Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005/2014)

- Inclui metas específicas para ampliar o acesso e a qualidade da educação indígena.

#### 6. Desafios e Avanços

Apesar dos avanços, ainda há desafios como:

Falta de infraestrutura adequada em escolas indígenas.

Necessidade de mais formação para professores indígenas.

Reconhecimento das línguas indígenas nos materiais didáticos.

A Educação Indígena no Brasil tem como objetivo fundamental promover um equilíbrio entre a valorização e preservação das culturas dos povos originários e a garantia do acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas especificidades culturais, linguísticas e sociais (Política Nacional de Educação Escolar Indígena –

PNEEI; Resolução CNE/CEB nº 3/1999; Decreto nº 5.051/2004). Essa modalidade educativa busca assegurar que as comunidades indígenas possam fortalecer sua identidade e saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que oferecem aos seus membros oportunidades de desenvolvimento acadêmico e social, possibilitando sua participação plena na sociedade brasileira contemporânea. Dessa forma, a educação indígena se configura como um espaço de diálogo intercultural, reconhecimento dos direitos étnicos e promoção da diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Duas vertentes políticas foram adotadas pelo Estado na aplicabilidade da legislação educacional aos indígenas no processo educacional brasileiro: a primeira, de dominação por meio da integração e homogeneização cultural, e a segunda, de pluralismo cultural, garantida a partir da Constituição de 1988. O que permitiu a superação da concepção de Educação Escolar Indígena como tarefa assistencial do Estado, até então vigente sob a responsabilidade do órgão indigenista, FUNAI, para uma concepção de Educação Escolar Indígena como direito subjetivo dos sujeitos e cidadãos individuais e coletivos indígenas. O novo Governo extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, medida vista como retrocesso, pois pulverizou os recursos para a implementação de políticas públicas educacionais direcionadas aos povos indígenas.

Entre as reformulações na legislação que tratam da educação indígena, destaca-se o Decreto nº 6.861, de setembro de 2009, que instituiu os chamados “territórios etnoeducacionais”, estabelecendo uma nova base administrativa para o planejamento e a gestão das políticas e ações voltadas à educação escolar indígena no país.

Os territórios etnoeducacionais são espaços geográficos que agrupam diferentes comunidades indígenas com base em critérios como afinidade étnica, linguística, cultural, histórica, ambiental e de organização social. Esses territórios não correspondem necessariamente às divisões político-administrativas dos estados e municípios, mas sim às realidades socioculturais dos povos indígenas.

A identificação dos territórios etnoeducacionais é realizada por meio de consulta e diálogo com as comunidades indígenas, organizações representativas, lideranças locais, educadores indígenas e instituições envolvidas com a educação escolar indígena. Esse processo visa garantir o respeito à diversidade e à autonomia dos povos na definição de suas formas próprias de organização educacional.

O Decreto nº 6.861/2009, juntamente com as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) e pela Constituição Federal de 1988, fundamenta o reconhecimento da educação indígena como uma modalidade específica e diferenciada, que deve respeitar os modos próprios de ser, viver e aprender de cada povo, promovendo uma educação bilíngue, intercultural e comunitária.

A lei de diretrizes e Base da Educação Nacional, de 1996 determina que: A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, LDB) parágrafo único § 4º.

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, todas terá ensino de qualidade e Por determinação da LDB, as creches atenderão crianças de zero a três anos, ficando a faixa de 4 a 6 para a pré-escola, e deverão adotar objetivos educacionais, transformando-se em instituições de educação, segundo as diretrizes curriculares nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação. Essa determinação segue a melhor pedagogia, porque é nessa idade, precisamente, que os estímulos educativos têm maior poder de influência sobre a formação da personalidade e o desenvolvimento da criança. Trata -se de um tempo que não pode estar descuidado ou mal orientado. Esse é um dos temas importantes para o PNE (BRASIL, 2021).

Segundo o Ministério da Educação (MEC), diversas ações são promovidas para apoiar os sistemas de ensino indígena, como a formação de professores, a qualificação da infraestrutura escolar, a construção de escolas, a produção de material didático e o incentivo à participação social. O objetivo é fortalecer a educação escolar indígena e garantir o direito dos povos indígenas à educação de qualidade (BRASIL. 2025).

## **4 PERCEPÇÕES DOS TICUNA SOBRE A ALFABETIZAÇÃO EM SUA LÍNGUA MATERNA**

Os Ticuna, um dos maiores grupos indígenas do Brasil em número populacional, localizados principalmente na região do Alto Solimões, no estado do Amazonas, possuem uma tradição cultural e linguística extremamente rica e complexa. A língua Ticuna, pertencente a uma família linguística isolada, representa não apenas um meio de comunicação, mas também um elemento essencial da identidade, da memória coletiva e da transmissão de saberes ancestrais.

Nesse contexto, a alfabetização na língua materna Ticuna assume um papel central no processo de valorização cultural e fortalecimento da educação escolar indígena. Promover a aprendizagem inicial na língua nativa contribui para o enraizamento dos estudantes em sua própria cultura, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de aprendizagem em outros campos do conhecimento. Além disso, reforça a autonomia pedagógica das comunidades e respeita os princípios da interculturalidade e do bilinguismo previstos na legislação brasileira.

Portanto, a alfabetização em Ticuna não é apenas uma estratégia educacional, mas um ato político e cultural de resistência e afirmação da identidade indígena frente aos processos históricos de exclusão e apagamento.

### **Importância da Alfabetização na Língua Materna**

A alfabetização na língua materna é essencial para a valorização da cultura Ticuna e para a construção de um ensino mais significativo. Muitos Ticuna acreditam que a educação em sua língua nativa contribui para a manutenção de seus costumes e para a autonomia de sua comunidade. Além disso, aprender a ler e escrever em Ticuna fortalece a autoestima dos alunos e possibilita uma melhor compreensão dos conteúdos educacionais (BRASIL, 1998; MELIÀ, 1979).

### Desafios da Alfabetização em Ticuna

Apesar dos avanços e benefícios associados à alfabetização em língua Ticuna, ainda persistem diversos desafios significativos. Entre os principais obstáculos estão a escassez de materiais didáticos específicos e a falta de professores devidamente capacitados para atuar em contextos bilíngues e interculturais. Soma-se a isso a constante pressão para que os povos indígenas priorizem o aprendizado da língua portuguesa, seja por exigências do sistema educacional brasileiro, seja pela necessidade de interação com a sociedade envolvente. Esse cenário pode favorecer um processo de substituição linguística, no qual a língua Ticuna gradualmente perde espaço para o português, ameaçando a preservação da identidade cultural e dos saberes tradicionais da comunidade.

Conforme Paulo Freire (1996) destaca, a educação deve ser um processo de valorização da cultura e da linguagem do educando, onde o ensino da língua materna é fundamental para o fortalecimento da identidade e da consciência crítica, permitindo que o educando se reconheça como sujeito ativo no seu contexto social e cultural.

### Percepções da Comunidade

A comunidade Ticuna apresenta percepções variadas acerca da alfabetização em sua língua materna. Para muitos, essa prática é vista como um instrumento fundamental para o fortalecimento da identidade cultural, garantindo que as novas gerações preservem e perpetuem a fala do Ticuna, mantendo vivos seus saberes, tradições e formas de expressão próprias. Por outro lado, há também preocupações legítimas expressas por alguns membros da comunidade, especialmente no que diz respeito à inserção dos jovens no mercado de trabalho, onde o domínio da língua portuguesa se mostra imprescindível para a comunicação e a ampliação de oportunidades.

Diante desse cenário, muitos líderes comunitários e educadores indígenas defendem a adoção de um modelo bilíngue de ensino, que promova o equilíbrio entre o aprendizado do Ticuna e do português. Essa abordagem busca assegurar que os estudantes desenvolvam competências sólidas em ambas as línguas, valorizando e preservando sua identidade cultural sem comprometer a capacidade de atuar em contextos sociais mais amplos. Como Paulo Freire (1996, p. 48) destaca, “não existe ensino sem pesquisa, não existe pesquisa sem ensino”, enfatizando a importância de uma educação crítica que valorize o conhecimento do educando e o contexto cultural onde ele está inserido. Dessa forma, a educação bilíngue fortalece a autonomia dos povos indígenas, conciliando a valorização de suas raízes com as demandas do mundo contemporâneo.

#### Iniciativas e Caminhos para o Futuro

Algumas iniciativas governamentais e organizações indígenas têm trabalhado para promover a alfabetização em Ticuna. A produção de materiais didáticos bilíngues, a formação de professores indígenas e a implementação de políticas educacionais específicas são estratégias que têm sido adotadas para garantir que os Ticuna tenham acesso a uma educação de qualidade em sua própria língua.

O reconhecimento da importância da língua Ticuna dentro e fora das comunidades indígenas é fundamental para o sucesso da alfabetização. Valorizar e respeitar o direito dos povos indígenas à educação em sua língua materna contribui para a preservação de sua cultura e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.

Nos dias atuais, os Ticuna continuam na luta por uma educação escolar diferenciada que seja efetivada em suas escolas e para que estas possam se tornar um espaço de formação de pessoas que expressem sua cultura e possam afirmar sua identidade. É esperado ainda que esses repasses dos saberes na escola Ticuna ocorram a partir do diálogo entre o “conhecimento ocidental” e o “conhecimento Ticuna”, que tem a língua Ticuna como língua materna e o Português como segunda língua que precisou aprender, e com as dificuldades de uso deste escrevo esse trabalho com o que podemos chamar de “percepções dos ticuna sobre alfabetização”.

A pesquisa foi conduzida sob uma perspectiva qualitativa, fundamentando-se metodologicamente nos conceitos de Vygotsky (2010). Nessa abordagem, o professor não é visto como uma fonte única e exclusiva do saber, mas sim como um mediador

do processo educativo. Seu papel é valorizar as potencialidades presentes nos contextos cotidianos e promover a sociabilidade e a interação social, elementos essenciais para a construção e o uso coletivo do conhecimento.

Desse modo, a contação de histórias e mitologias em sala de aula oferece valiosas oportunidades para incorporar elementos artísticos, linguísticos, estéticos e narrativos, contribuindo para a formação da identidade criativa dos alunos e para o desenvolvimento da escrita. Essa prática, com sua autenticidade e riqueza cultural, favorece o processo de ensino-aprendizagem ao direcionar a atenção dos estudantes para novas formas de compreensão, estimulando a observação crítica de diferentes contextos e realidades. Conforme destaca Vygotsky (2010, p. 115), “a linguagem é a ferramenta mais poderosa do desenvolvimento mental, pois media o pensamento e a interação social”. Assim, a mediação cultural e social, presente na contação de histórias, é fundamental para a construção do conhecimento.

Durante muito tempo, falar ou escrever em língua Ticuna com os alunos era uma prática negligenciada. Isso se justificava, segundo alguns, pela necessidade de os estudantes dominarem prioritariamente a leitura e a escrita da língua portuguesa. A alfabetização em português foi imposta como única via de acesso ao conhecimento escolar, em um processo marcado por exclusão linguística e cultural.

A percepção dos Ticuna sobre a alfabetização foi profundamente impactada pela chegada da língua portuguesa nas aldeias, principalmente por meio da atuação de missionários religiosos. Por muitos anos, isso contribuiu para o enfraquecimento do uso da língua materna, que quase foi esquecida em alguns contextos. No entanto, esse cenário tem se transformado significativamente. Atualmente, há uma valorização crescente da língua Ticuna, com o envolvimento direto de pais, anciãos e especialistas tradicionais na transmissão da cultura, da linguagem e dos conhecimentos ancestrais.

Na escola, por muito tempo, o português foi tratado como a primeira e única língua. Todos os materiais didáticos estavam escritos em português, o que dificultava a compreensão dos alunos, especialmente os que tinham o Ticuna como língua de uso cotidiano. Essa prática, ao invés de fortalecer a aprendizagem, afastava os estudantes do conteúdo escolar e da sua própria identidade cultural. Como aponta o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998), a escola indígena deve considerar a língua materna como base do processo educativo, respeitando os saberes tradicionais e promovendo a interculturalidade.

A proposta das escolas indígenas deve estar centrada na preservação da língua, das tradições e dos costumes dos povos originários. Caso contrário, as escolas continuarão a funcionar como instrumentos de assimilação cultural, reproduzindo um modelo que vem sendo imposto desde o processo de colonização — uma “bola de neve” que se arrasta há décadas desde os primeiros contatos com a sociedade não indígena. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), é dever do Estado garantir às comunidades indígenas uma educação bilíngue e intercultural que respeite a diversidade étnica e linguística, valorizando suas tradições.

A ausência de materiais didáticos em língua Ticuna tem sido uma das principais dificuldades enfrentadas pelas escolas indígenas. Outro obstáculo importante é a escassez de profissionais que falem e escrevam fluentemente em Ticuna. Durante muitos anos, não havia professores capacitados para registrar por escrito os saberes tradicionais, as histórias orais, a arte, os conhecimentos medicinais dos anciãos — saberes que, em muitos casos, oferecem soluções para problemas de saúde que nem mesmo a medicina ocidental consegue tratar.

É urgente reescrever a história, a memória e os conhecimentos milenares do povo Ticuna em sua própria língua. Colocar esses saberes no papel é uma forma de valorizá-los e transmiti-los às futuras gerações. Como lembra Paulo Freire (1996), ensinar exige respeito à autonomia do educando e reconhecimento de seus saberes prévios: “Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”.

A falta de professores com formação específica em linguística e metodologias de alfabetização em língua Ticuna tem afetado diretamente o processo de ensino. Muitos docentes indígenas não tiveram, em sua infância, acesso a cursos que os capacitassem para ensinar a leitura e a escrita da sua própria língua. Isso contribui para que muitas crianças sintam vergonha ou medo de escrever, por não se sentirem apoiadas no processo de aprendizagem.

A priorização do português nas famílias também é um fator que dificulta a alfabetização em Ticuna. Muitos pais aconselham seus filhos a falar apenas português, acreditando que isso garantirá melhores oportunidades no futuro. Essa orientação, embora compreensível diante da realidade socioeconômica, acaba relegando a língua materna a um papel secundário — especialmente na comunidade de Feijoal, onde a língua Ticuna enfrenta resistência mesmo dentro das famílias. Segundo Vygotsky (2010), a linguagem é o principal instrumento de mediação no

desenvolvimento do pensamento e da consciência. Assim, excluir a língua materna do processo educativo é comprometer o desenvolvimento integral da criança.

Sem materiais didáticos específicos — como apostilas, livros paradidáticos e atividades em Ticuna —, o aprendizado da língua materna sofre grandes prejuízos. A ausência desses recursos atrasa o desenvolvimento linguístico e enfraquece o vínculo dos alunos com sua própria cultura.

Apesar desses desafios, a comunidade Ticuna tem dado passos importantes rumo à valorização da sua língua e de sua cultura. Pais, artistas e educadores têm promovido ações significativas de resgate cultural, com foco nas crianças. Músicas tradicionais, narrativas orais e produções em língua materna — como gramáticas, poesias e contos — estão sendo incorporadas ao cotidiano escolar. Isso representa um avanço fundamental na construção de uma educação mais sensível, identitária e comprometida com o futuro das novas gerações.

Desse modo, o educando indígena tem a oportunidade de desenvolver tanto a oralidade quanto a escrita a partir de situações reais de uso. O ensino de gramática nas aulas de língua materna ainda gera muitos questionamentos. Cabe à escola abordar esse conteúdo de forma que os aprendizes adquiram habilidades para utilizá-lo conforme as diferentes situações comunicativas. Nesse sentido, entende-se a gramática no ensino não apenas como um conjunto de regras normativas, mas como um conhecimento sobre o funcionamento da língua que auxilia o falante a refletir sobre os recursos linguísticos disponíveis e a escolher, de forma consciente, aqueles mais adequados a cada contexto. Parte-se do princípio de que a gramática não deve ser entendida como uma verdade única, perfeita e definitiva, mas sim como um instrumento flexível, vinculado ao contexto e à prática social da linguagem. Portanto, ensinar música, história e gramática por meio de frases isoladas não é suficiente para garantir um aprendizado significativo, especialmente no contexto da educação indígena, que valoriza a oralidade, a coletividade e os saberes tradicionais. É essencial utilizar textos completos — como narrativas orais, cantos, histórias e mitologias indígenas — como base para a construção do conhecimento. Essa abordagem não apenas contextualiza o ensino de conteúdos formais, como também valoriza a cultura do estudante indígena, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e respeitoso com sua identidade.

Essa prática pedagógica dialoga com a perspectiva sociocultural de Vygotsky (2010), que compreende o desenvolvimento cognitivo como resultado da interação

social e do uso da linguagem como ferramenta mediadora. Ao trabalhar com textos vivos da cultura indígena, o professor atua como mediador entre os conhecimentos escolares e os saberes comunitários, possibilitando que o aluno desenvolva competências linguísticas e textuais a partir de práticas reais de uso da língua, tanto em português quanto em sua língua materna. Assim, a escola não apenas ensina regras gramaticais, mas promove a formação de sujeitos críticos, conscientes e enraizados em sua própria cultura.

#### **4.1 A Relação entre Língua Materna e Identidade Cultural**

A língua materna desempenha um papel essencial na formação da identidade cultural de um indivíduo. Ela não é apenas um meio de comunicação, mas também um veículo que carrega valores, crenças, tradições e histórias de um povo. Desde os primeiros anos de vida, a língua materna molda a maneira como pensamos, expressamos sentimentos e interagimos com o mundo ao nosso redor. (TEENSOURA, 2023)

##### **A Língua como Expressão da Cultura**

Cada idioma reflete a cultura de sua comunidade de falantes. As palavras, expressões e formas de comunicação de um povo revelam aspectos únicos de sua visão de mundo. Por exemplo, algumas línguas possuem palavras específicas para descrever sentimentos ou fenômenos naturais que não encontram tradução exata em outros idiomas. Isso evidencia como a linguagem é intrinsecamente ligada à identidade e à experiência coletiva de uma comunidade. (TA CONTRATADO [s.d]))

##### **Preservação da Identidade por Meio da Língua**

A manutenção da língua materna é fundamental para a preservação da identidade cultural. Quando um idioma é perdido, junto com ele desaparecem conhecimentos tradicionais, modos de vida e perspectivas únicas sobre o mundo. É por isso que a valorização e o ensino da língua materna são tão importantes, especialmente em comunidades minoritárias ou em risco de desaparecimento linguístico. (UNESCO, 2019)

## Impacto da Globalização na Língua e Identidade

A globalização trouxe desafios para a preservação das línguas maternas, especialmente com a disseminação de idiomas dominantes como o inglês. Muitas pessoas acabam substituindo sua língua materna pelo idioma globalmente predominante, o que pode resultar na perda de parte de sua identidade cultural. No entanto, iniciativas como a educação bilíngue e políticas de valorização linguística têm contribuído para a manutenção das línguas originárias e regionais.

A língua materna é um elemento fundamental na construção da identidade cultural de um indivíduo e de toda uma coletividade. Ela conecta as pessoas às suas raízes, reforça os laços comunitários e serve como veículo de transmissão de valores, histórias e modos de vida. Preservar e valorizar a diversidade linguística, portanto, é também preservar a riqueza cultural da humanidade em sua pluralidade e profundidade.

No caso do povo Ticuna, quando um ancião se expressa em sua língua ancestral, ele não apenas comunica palavras — ele evoca saberes milenares, transmite ensinamentos que ultrapassam a oralidade convencional. Sua fala carrega vibrações, assobios, ritmos e significados simbólicos que só fazem sentido dentro do universo cultural ticuna. Cada expressão é carregada de sentidos que revelam uma forma única de ser, viver e compreender o mundo.

Nesse sentido, Bartomeu Melià (2007) afirma que "a língua é a forma mais profunda e completa de expressão de uma cultura", pois nela estão contidos os modos de pensar, de sentir e de se relacionar com o mundo. Valorizar a língua Ticuna, portanto, é reconhecer a sabedoria viva que reside na memória dos mais velhos e garantir que ela siga ecoando nas futuras gerações como um patrimônio imaterial insubstituível.

A perda da língua materna não representa apenas um empobrecimento cultural, mas um rompimento profundo com a cosmovisão de um povo. Quando um jovem indígena deixa de falar a língua de seus ancestrais, perde não apenas palavras, mas conexões com sua história, suas rezas, seus cantos e sua espiritualidade. A língua é mais do que comunicação: é a manifestação viva de um modo de ser, de perceber e se relacionar com o mundo. Preservá-la é preservar a essência coletiva de uma comunidade. Hoje, muitos jovens vêm redescobrendo suas línguas e tradições por meio das escolas indígenas, universidades e da própria escolarização, que antes

afastava as novas gerações de suas raízes linguísticas, mas agora pode tornar-se um caminho de fortalecimento cultural e afirmação identitária.

A língua portuguesa chegou às comunidades indígenas como uma força dominante, muitas vezes desconsiderando e sobrepondo-se às línguas originárias. Esse processo de imposição linguística foi agravado pela chegada de tecnologias como televisão, rádio, internet e celulares, que, apesar de oferecerem possibilidades de comunicação e acesso à informação, também contribuíram para o enfraquecimento das línguas indígenas dentro das aldeias.

A inclusão digital dos povos indígenas pode proporcionar instrumentos valiosos para transformar a realidade de suas aldeias e impulsionar o desenvolvimento de seus territórios. No entanto, essa inclusão precisa ser conduzida com sensibilidade às especificidades culturais e linguísticas, garantindo que os processos tecnológicos não reproduzam modelos colonizadores que apaguem identidades, mas sim valorizem saberes e formas próprias de existência.

As ideias e práticas trazidas por instituições externas, muitas vezes, chegam às aldeias sem considerar as diferenças que nos constituem como povos. Como se fôssemos todos iguais, sem línguas próprias, sem culturas distintas, sem modos de vida particulares. Essa homogeneização é um reflexo do desrespeito histórico da sociedade dominante, e é um procedimento impensável que precisa ser urgentemente repensado.

Nesse sentido, as escolas têm um papel fundamental: devem incluir em seus currículos a história, os saberes e as identidades indígenas como parte legítima do conhecimento escolar. Valorizar a língua Ticuna deve ser um compromisso tanto das famílias quanto das instituições de ensino. Essa valorização precisa ocorrer dentro das casas, entre os Ticuna, e também nas escolas, por parte de educadores indígenas e não indígenas.

Somente assim poderemos afirmar que continuamos resistindo. Ao incentivar nossos filhos a usar a língua Ticuna no cotidiano da aldeia, estamos mantendo vivos nossos costumes, nossas práticas culturais e, principalmente, ressignificando nossa identidade diante dos desafios contemporâneos. A resistência linguística é também uma forma de afirmação política, social e espiritual do nosso povo.

A proibição do uso da língua Ticuna nas escolas, imposta durante décadas, deixou marcas profundas nas vivências escolares de muitas pessoas indígenas, especialmente quando foram obrigadas a abandonar sua língua materna e esquecer

aspectos fundamentais de sua cultura. Essa realidade leva à reflexão sobre as estratégias utilizadas historicamente pelos colonizadores para desarticular os saberes e identidades indígenas, sobretudo por meio da repressão linguística e do silenciamento cultural. Embora a Constituição Federal de 1988 assegure o direito a uma educação bilíngue, intercultural e diferenciada, que respeite os processos próprios de aprendizagem e organização social dos povos indígenas, ainda é comum encontrar, nas escolas indígenas, práticas pedagógicas baseadas em lógicas assimilacionistas. Essas práticas desconsideram a riqueza das identidades indígenas e mantêm um modelo educativo centrado na visão ocidental, impedindo o protagonismo dos povos originários na construção e valorização de seus próprios conhecimentos.

#### **4.2. Expectativas e Dificuldades no Processo de Alfabetização**

O processo de alfabetização representa uma etapa fundamental na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental. Ele vai além da simples aquisição das habilidades de leitura e escrita, abrangendo também o desenvolvimento do pensamento crítico, da compreensão textual e da capacidade de interpretar e produzir sentidos a partir dos diversos textos com os quais a criança entra em contato.

##### **Expectativas no Processo de Alfabetização**

As expectativas em relação à alfabetização são diversas e variam entre professores, pais e alunos. Entre as principais expectativas, destacam-se:

1. Domínio do Sistema Alfabético: Espera-se que a criança compreenda a relação entre fonemas e grafemas, reconhecendo e formando palavras.
2. Leitura com Compreensão: Não basta decodificar palavras, é essencial que o aluno compreenda o que está lendo.
3. Produção de Texto: Habilidade de escrever palavras, frases e pequenos textos coerentes.
4. Desenvolvimento do Interesse pela Leitura: Criar o hábito e o gosto pela leitura desde cedo.
5. Participação Ativa: Espera-se que os alunos sejam ativos no processo de aprendizagem, interagindo com os textos e exercitando suas habilidades.

## Dificuldades no Processo de Alfabetização

Apesar das expectativas, muitas dificuldades podem surgir durante a alfabetização. As dificuldades mencionadas a seguir na alfabetização infantil são amplamente reconhecidas na literatura educacional. Diversos estudos apontam para desafios comuns enfrentados por crianças nesse processo. Algumas das mais comuns incluem:

1. Dificuldade na Associação Entre Sons e Letras: Algumas crianças encontram dificuldades para compreender a relação entre fonemas e grafemas.
2. Problemas na Discriminação Visual e Auditiva: Questões como confundir letras parecidas (b/d, p/q) ou não identificar corretamente os sons das palavras.
3. Falta de Estímulo Familiar: Crianças que não têm contato com livros e leitura em casa podem encontrar mais dificuldades.
4. Dificuldades Cognitivas: Algumas crianças apresentam transtornos de aprendizagem, como a dislexia, que interferem no processo.
5. Metodologias Pouco Eficientes: O uso de métodos de ensino inadequados pode dificultar o progresso dos alunos.
6. Fatores Emocionais e Sociais: Baixa autoestima, ansiedade e problemas familiares podem impactar diretamente o desempenho na alfabetização.

## Como Superar as Dificuldades?

Para minimizar as dificuldades no processo de alfabetização, algumas estratégias podem ser adotadas:

- Uso de métodos lúdicos e interativos para tornar a aprendizagem mais atraente.
- Adaptação do ensino às necessidades individuais dos alunos.
- Encorajamento da leitura em diferentes contextos, incluindo família e escola.
- Apoio especializado para crianças com dificuldades específicas.
- Ambiente escolar acolhedor e motivador.

O sucesso no processo de alfabetização depende da colaboração entre educadores, família e alunos, garantindo que cada criança tenha o suporte necessário para desenvolver plenamente suas habilidades de leitura e escrita.

É mais comum do que se imagina alguns alunos indígenas apresentarem dificuldades na aprendizagem no início da fase escolar e estas se arrastarem pelas

séries seguintes. Esses alunos quando não atingem os resultados esperados pelas escolas são apontados por alguns educadores como portadores de “algum tipo de transtorno ou dificuldade”

Durante o processo de alfabetização a criança indígena tem acesso ao “mundo” do conhecimento formal com português padrão. Além de proporcionar condições para que a criança apreenda esse conhecimento, a escola deve se tornar um espaço de aprendizagem que permita à criança expandir e desenvolver novas formas de relações com o mundo.

Antigamente, o ensino às crianças era transmitido desde cedo por meio da convivência nas atividades diárias, como caça, pesca, produção de artesanato e rituais tradicionais, possibilitando uma aprendizagem rápida e natural. Atualmente, essa transmissão enfrenta dificuldades devido à influência de culturas externas, como a televisão e a internet, que interferem no processo educacional e podem atrasar a alfabetização das crianças indígenas.

É fundamental garantir o direito à educação bilíngue no contexto indígena, assegurando que os alunos possam utilizar sua própria língua. A inclusão da língua indígena nos conteúdos pedagógicos contribui significativamente para a melhoria do aprendizado e para a valorização da identidade cultural dos estudantes.

É fundamental que o professor saiba utilizar corretamente as ferramentas disponíveis, garantindo que a educação oferecida atenda às necessidades dos alunos, sem desconsiderar a língua e a cultura como elementos essenciais para um aprendizado mais significativo.

Por muitos anos, a escola enfrentou dificuldades para motivar os alunos a valorizarem a língua ticuna. Passavam-se meses sem sucesso, pois muitas crianças chegavam à escola com disciplina rígida e orientações recebidas em casa, muitas vezes influenciadas por crenças religiosas que desestimulavam a prática da própria cultura, incluindo o uso da língua materna. Assim, os alunos preferiam se comunicar em português, acreditando que a língua ticuna seria um atraso.

Após várias reuniões pedagógicas e intervenções por meio de projetos, chegou-se a uma solução simples, mas eficaz. Durante uma dessas reuniões, um professor sugeriu: “Que tal trabalhar música com os alunos em língua ticuna, avaliando seu desenvolvimento por meio dessa metodologia?” A proposta foi aceita por todos.

A partir daí, passou-se a trabalhar com músicas tradicionais apresentadas por artistas locais ticuna. Aos finais de semana, realizavam-se saraus de música tradicional, abrangendo diversos gêneros musicais. Essa prática contribuiu significativamente para o desenvolvimento das habilidades motoras dos alunos e incentivou a melhoria da escrita em língua ticuna. Além disso, algumas turmas passaram a se apresentar na escola para a comunidade escolar durante esses eventos.

Os resultados foram bastante positivos, pois todas as letras das músicas eram transcritas em língua ticuna. Essa metodologia despertou o interesse de muitas crianças pela escrita em sua língua materna. Ao longo do acompanhamento, observou-se uma melhora considerável na escrita e um crescente entusiasmo dos alunos em escrever em ticuna.

A aplicação de técnicas específicas na alfabetização tem motivado as crianças a gostarem de ler e escrever em sua língua materna, despertando o interesse e o prazer pela aprendizagem nesse idioma. Como resultado, muitas crianças da mesma faixa etária passaram a produzir textos e até músicas em sua língua indígena, demonstrando maior fluência e autonomia. Essa aproximação entre teoria e prática tem beneficiado tanto as escolas quanto os alunos, especialmente diante dos desafios impostos pela globalização.

As dificuldades de alfabetização na escola podem ser causadas por diversos fatores, tais como problemas de saúde, dificuldades na fala e na linguagem, questões emocionais, além de problemas financeiros e familiares. No caso dos estudantes indígenas, particularmente os Ticuna, essas dificuldades são potencializadas por desafios específicos, como a descontinuidade no uso da língua materna, a influência das tradições orais em oposição à escrita formal, a escassez de materiais didáticos apropriados em língua indígena, e a necessidade de conciliar o aprendizado do português com a preservação da cultura e identidade própria.

Nos últimos anos, os profissionais da Escola Municipal Indígena Marechal Rondon participaram de oficinas e jornadas pedagógicas com o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino. Desde então, os alunos passaram a participar ativamente das aulas de línguas e a vivenciar a cultura por meio das festividades organizadas pela escola.

Ao longo desse período, a escola tem apresentado avanços significativos na alfabetização em língua ticuna, valorizando a cultura local. Os estudantes aprendem

a produzir textos em língua materna, além de conhecerem mitologia, lendas indígenas ticunas, gramáticas e conjugação verbal. Com esses avanços, a língua ticuna vem ganhando espaço na escola, e muitos profissionais já se sentem mais seguros para trabalhar de forma livre, aprimorando suas metodologias a partir dos materiais disponíveis.

Atualmente, são realizadas produções textuais, estudos de gramática e verbos em sala de aula, o que tem contribuído para a melhora no desempenho dos alunos. Muitos deles já demonstram fluência na leitura e na escrita da língua ticuna. Entretanto, ainda há um número significativo de estudantes que apresentam resistência, principalmente devido a questões culturais.

Além disso, muitos alunos não indígenas enfrentam dificuldades para acompanhar o ritmo da turma, pois não estão familiarizados com a língua e se sentem desamparados, uma vez que os professores, em geral, não têm experiência prévia em trabalhar com essa diversidade linguística.

Segundo relato de um professor indígena de 43 anos da escola Marechal Rondon, ele motiva seus alunos por meio da música em língua materna e dos mitos indígenas ticunas.

Bitchinü tutchuru  
 Bitchinü tutchuru  
 Bitchinü tutchuru  
 Bitchinü tutchuru  
 Bitchinü tutchuru  
 Ngeru, ngeru, ngeru....tchiiiiii

Essa técnica de cântico da mitologia indígena ajuda os alunos a trabalharem coletivamente a leitura e a escrita, desenvolvendo a psicologia da criança com a música, promovendo a alfabetização inclusiva e equitativa na escola, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Conforme Gardner (1993), a música é uma das inteligências múltiplas que contribuem para o aprendizado e desenvolvimento cognitivo, enquanto Ferreiro e Teberosk (1985) destacam que práticas lúdicas e artísticas, como a música, facilitam o processo de alfabetização e o interesse das crianças pela escrita.

### **4.3 A Visão da Comunidade sobre o Ensino da Língua Ticuna nas Escolas**

O ensino da língua Ticuna nas escolas tem ganhado crescente relevância para as comunidades indígenas, especialmente na região do Alto Solimões, no estado do Amazonas. Considerada uma das línguas indígenas mais faladas no Brasil, a Ticuna representa não apenas um meio de comunicação, mas um elemento essencial da identidade cultural e da memória coletiva do povo Ticuna. A inclusão da língua nos currículos escolares constitui um avanço significativo na valorização e preservação do patrimônio linguístico e cultural dessas comunidades, fortalecendo sua autonomia e reafirmando o direito à educação diferenciada e bilíngue.

#### **Percepção da Comunidade**

A comunidade Ticuna tem expressado diferentes perspectivas em relação ao ensino da língua nativa nas escolas. De um lado, muitos líderes e anciãos defendem a valorização e o fortalecimento do Ticuna como forma de garantir sua preservação entre as novas gerações. Para eles, a língua é um componente fundamental da identidade cultural, e seu ensino contribui diretamente para a manutenção das tradições, das narrativas e dos saberes ancestrais.

Por outro lado, alguns pais e jovens consideram prioritária a aprendizagem do português, por acreditarem que ela amplia o acesso a oportunidades educacionais e profissionais fora da comunidade. Para esses grupos, o bilinguismo surge como uma alternativa equilibrada, permitindo que os estudantes desenvolvam competências tanto em Ticuna quanto em português, sem comprometer seu desempenho acadêmico e sua integração social.

## Desafios e Benefícios

O ensino da língua Ticuna enfrenta diversos desafios, entre eles a falta de materiais didáticos adequados, a escassez de professores bilíngues qualificados e a necessidade de adaptar os currículos escolares às realidades culturais locais. Apesar disso, os benefícios do ensino da língua nativa são amplamente reconhecidos. Além de fortalecer a identidade cultural, pesquisas apontam que o bilinguismo pode contribuir positivamente para o desenvolvimento cognitivo, a criatividade e a autoestima dos estudantes.

A percepção da comunidade Ticuna sobre o ensino de sua língua nas escolas é diversa, refletindo diferentes prioridades e contextos. No entanto, há um entendimento comum quanto à importância de preservar a língua e a cultura. Para isso, é essencial promover o diálogo entre professores, famílias e lideranças indígenas, bem como garantir o apoio de políticas públicas que assegurem uma educação bilíngue de qualidade, sintonizada com os desejos e necessidades locais.

Na comunidade Feijoal, onde convivem indígenas e não indígenas — incluindo migrantes de origem colombiana, peruana e afrodescendentes —, a escola reflete essa diversidade, apresentando-se como um espaço multicultural. Durante muitos anos, estudantes de diferentes aldeias, línguas e tradições frequentaram a mesma escola, o que gerou críticas quanto à dificuldade de valorização da língua Ticuna nesse ambiente heterogêneo. O currículo, voltado quase exclusivamente ao ensino em língua portuguesa, dificultava o aprendizado do Ticuna, especialmente para os alunos que não o tinham como língua materna.

Nos últimos anos, no entanto, houve mudanças metodológicas significativas. A escola passou a valorizar mais ativamente a identidade *i cua* (aprender o conhecimento), promovendo atividades que reforçam o uso e o reconhecimento da língua Ticuna. Diferente de outras regiões, onde a presença da língua indígena é limitada, na sociedade Ticuna ela continua sendo predominante nos lares, nas igrejas, nos comércios, nas festas tradicionais e até mesmo na comunicação via alto-falantes — os chamados "boca de ferro".

Segundo Rodrigues (1986, 2013), a língua Ticuna é classificada como uma língua isolada, ou seja, não possui relação genética conhecida com nenhuma outra língua indígena. Isso a torna ainda mais única e valiosa, reforçando a urgência de preservá-la.

Durante décadas, tentativas de registrar as histórias contadas pelos anciãos esbarraram na falta de recursos técnicos como gravadores ou rádios comunitários. Muitos relatos sobre a escravidão no período do seringal, as mitologias, os conhecimentos dos pajés e os remédios tradicionais feitos com folhas e raízes se perderam por falta de documentação. Com o avanço da tecnologia e o maior domínio da escrita entre os jovens Ticuna, surgiu um novo esforço de resgate e registro dessas memórias.

Nesse processo, a criação da escrita Ticuna e a sistematização de seu ensino na escola foram passos fundamentais. A Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngue (OGPTB), criada em 1986, teve um papel central nesse movimento. Seu principal objetivo foi formar professores indígenas que atendessem às demandas específicas das comunidades Ticuna. O Projeto de Formação de Professores Indígenas da OGPTB foi um marco na construção de uma educação mais autônoma, que valoriza os saberes tradicionais e reconhece a língua Ticuna como instrumento central no processo educativo.

O Curso de Formação de Professores Ticuna, aqui apresentado, tem por finalidade habilitar professores índios que já exercem o magistério na condição de professores leigos. Uma iniciativa dessa ordem trará, sem dúvida, contribuições significativas aos esforços nacionais de melhoria da qualidade do ensino, visto que beneficiará uma população de mais de 7 mil alunos, distribuídos em escolas de cinco municípios do Alto Solimões (Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá). (OGPTB, 2015, p.16, apud BENDAZOLLE, 2011)

A produção de materiais didáticos para uso em sala de aula foi essencial na implementação do projeto de educação escolar Ticuna. Como resultado dessa formação, foram elaborados livros em língua Ticuna, livros em língua portuguesa e obras bilíngues (Ticuna/Português). Entre eles, destacam-se títulos como *Werigü arü ae* e *Cururugü tchiga*, escritos integralmente em Ticuna, e *O livro das árvores*, publicado em português.

Retomando o foco deste item, remeto-me a uma experiência vivida durante uma caminhada pelas ruas principais da aldeia Feijoal, onde foi possível observar a convivência das três línguas no cotidiano da comunidade. Apesar do vasto repertório musical tradicional em Ticuna, o que mais se ouve atualmente são músicas em português e espanhol. O mesmo ocorre com a escrita: embora já existam escritores e professores Ticuna alfabetizados em sua língua, a maior parte dos registros escritos

na aldeia — inclusive na Escola Marechal Rondon — é feita em língua portuguesa. Para alguém de fora, esse cenário pode ser interpretado como fragilidade cultural, contradição ou até um sinal de aculturação.

Entretanto, esta análise busca oferecer subsídios para a reflexão sobre outros contextos de ensino bilíngue em comunidades indígenas, propondo a língua portuguesa como segunda língua (L2) e a língua indígena como primeira (L1). A proposta deve considerar as relações de poder existentes entre as línguas envolvidas e os interesses — muitas vezes implícitos — por trás das políticas públicas voltadas ao ensino da língua indígena em confronto com o predomínio da língua portuguesa.

## **5 DESAFIOS CULTURAIS E EDUCACIONAIS NA PRÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA MARECHAL RONDON**

A alfabetização de crianças indígenas apresenta desafios específicos que resultam do encontro entre o conhecimento tradicional e os métodos formais de ensino. A Escola Municipal Indígena Marechal Rondon, situada na comunidade Feijoal, município de Benjamin Constant, estado de Amazonas, é um exemplo representativo dessa complexa realidade. A instituição enfrenta obstáculos que vão desde a adaptação do currículo escolar às especificidades culturais da etnia Ticuna até a valorização efetiva da língua materna no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, questões como o uso da língua portuguesa como língua dominante na escrita, mesmo em um ambiente majoritariamente Ticuna, revelam tensões entre a preservação cultural e as exigências da escolarização formal. A escola, portanto, torna-se um espaço de negociação constante entre saberes ancestrais e conteúdos escolares, demandando estratégias pedagógicas bilíngues e interculturais que respeitem e integrem os valores e práticas locais.

### **Desafios Culturais**

A cultura indígena possui formas específicas de transmissão do conhecimento, geralmente baseadas na oralidade e na vivência comunitária. No entanto, o sistema educacional convencional está fundamentado na escrita e em metodologias padronizadas, o que pode gerar conflitos no processo de aprendizagem dos estudantes indígenas. Além disso, a imposição de uma língua dominante pode comprometer a preservação da identidade cultural desses alunos.

Um desafio adicional e igualmente significativo é a valorização da cultura indígena no ambiente escolar. Frequentemente, os materiais didáticos utilizados não refletem a realidade sociocultural dos estudantes, o que pode provocar distanciamento e desmotivação. Diante disso, torna-se essencial desenvolver estratégias pedagógicas que integrem elementos culturais locais ao processo educativo, promovendo maior identificação e engajamento dos alunos.

### **Desafios Educacionais**

Entre os principais desafios educacionais destaca-se a formação docente. Muitos professores que atuam em escolas indígenas não possuem formação

específica para lidar com a interculturalidade e o bilinguismo, o que torna o ensino mais complexo e, por vezes, ineficaz. Soma-se a isso a carência de materiais pedagógicos contextualizados e adaptados às realidades locais.

Outro aspecto relevante é a infraestrutura das escolas indígenas, que frequentemente apresenta deficiências. A ausência de recursos tecnológicos, a escassez de livros didáticos bilíngues e as condições físicas inadequadas de ensino impactam diretamente a qualidade da alfabetização e do processo de ensino-aprendizagem.

#### Estratégias e Possibilidades

Para enfrentar esses desafios, é fundamental investir na formação de professores indígenas e na produção de materiais didáticos bilíngues, contextualizados com a realidade cultural da comunidade. A participação ativa da comunidade na construção do currículo escolar também se mostra essencial, assegurando que a alfabetização respeite e valorize os saberes locais.

Além disso, metodologias de ensino que articulem oralidade e escrita podem tornar o aprendizado mais significativo para os estudantes. Projetos que incentivem a produção de narrativas orais e escritas, bem como a integração entre conhecimentos tradicionais e científicos, contribuem para um processo educativo mais respeitoso, eficaz e culturalmente relevante.

A alfabetização na Escola Municipal Indígena Marechal Rondon enfrenta tanto desafios culturais quanto estruturais. Contudo, com investimentos adequados na formação docente, na valorização das línguas e culturas indígenas e na produção de recursos pedagógicos apropriados, é possível construir uma proposta de ensino que fortaleça a identidade dos alunos. O diálogo entre o conhecimento tradicional e a escolarização formal é, portanto, essencial para garantir uma educação de qualidade para as crianças indígenas.

Por fim, este trabalho abordará a pesquisa realizada na comunidade escolar, com foco nos desafios culturais e educacionais enfrentados na prática da alfabetização indígena.

Para compreender melhor esse cenário, é fundamental analisar como os desafios culturais e educacionais emergem no cotidiano da alfabetização indígena. Nesse contexto, a pesquisa realizada na comunidade escolar permite evidenciar as tensões, mas também as possibilidades de articulação entre diferentes saberes e línguas no ambiente educativo.

Nesse sentido, manter a língua no processo educacional significa compreendê-la, conforme destaca a autora, não apenas como um meio de comunicação, mas como um instrumento fundamental de autovalorização da identidade. Para isso, é imprescindível que a escola e todos os seus atores estejam preparados para incluir essa língua em suas práticas pedagógicas, pois essa autovalorização faz parte de uma organização cultural ampla e profunda. Ou seja, é por meio do uso da língua que construímos nossa conexão com a natureza, conosco mesmos, com o outro, com nossa religiosidade, com nossas danças e mitos, e, a partir daí, podemos também avançar no conhecimento da cultura não indígena, representada pelo “branco”, cuja língua — o português — é necessária para a comunicação com o mundo externo, o tchoügü. Assim, o ensino da língua portuguesa torna-se essencial, pois sem ela a comunicação com o tchoügü seria inviável, mas isso não deve ocorrer em detrimento da valorização e preservação da língua materna.

Trataremos a seguir a pesquisa realizada na comunidade escolar, com foco nos desafios culturais e educacionais enfrentados na prática da alfabetização indígena. Para aprofundar a compreensão dessas questões no contexto da Escola Municipal Indígena Marechal Rondon, localizada na aldeia Feijoal, foram realizadas entrevistas estruturadas com educadores da comunidade.

As entrevistas buscaram captar percepções, vivências e desafios enfrentados por professores indígenas no processo de alfabetização em língua Ticuna. Essa escuta qualificada permite dar voz aos sujeitos que estão diretamente envolvidos com a prática pedagógica cotidiana, contribuindo para a construção de uma análise fundamentada na realidade local.

A seguir, apresenta-se o relato do professor Aldeney, de etnia Ticuna, com 42 anos, formado em Normal Superior – Pedagogia, e atuante na Escola Indígena Marechal Rondon. A entrevista foi realizada em sua residência, no dia 01 de fevereiro de 2025.

Informações Pessoais

Data: 01 – 02 – 2025

Local da entrevista: na casa do entrevistado

Idade: 42 anos

Profissão: Professor

Local de Trabalho: Escola Indígena Marechal Rondon

Formação: Normal Superior pedagogia

Etnia: Ticuna

Onde Mora: Aldeia Feijoal

Delmar – Você fala mais de uma língua?

Aldeney – sim

Delmar – Qual a língua que você fala com seu filho? Por quê?

Aldeney – Língua Ticuna, porque possibilita a autovalorização e a identidade como indígena.

Percepção sobre a alfabetização em língua ticuna

Delmar- Você acredita que a alfabetização na língua ticuna é importante?

Aldeney – Sim muito importante. Por que acredito que a alfabetização na língua ticuna que ajuda a preservar a língua e a cultura, permitindo que as futuras gerações aprendam e valorizam sua herança cultural.

Delmar – Em sua opinião a alfabetização em língua ticuna contribui para a preservação da cultura e dos costumes da sua comunidade?

Aldeney – Sim, a língua é um elemento fundamental para a preservação da cultura e dos costumes da comunidade.

Delmar – como você se sente quando ouve e usa a língua ticuna na escola e no processo de alfabetização?

Aldeney – me sinto muito orgulhoso.

Desafios e Obstáculos na alfabetização

Delmar – Quais desafios você acredita serem os maiores para a alfabetização em língua Ticuna nas escolas da sua comunidade?

Aldeney – falta de material didático e falta de professor capacitado.

Delmar – você percebe alguma resistência ou dificuldade por parte das crianças em aprender a língua Ticuna na escola?

Se sim, o que você acha que causa essa resistência?

Aldeney – sim, é comum que as crianças ticuna enfrentam desafios ao aprender a língua na escola .

Delmar – Existe algum fator relacionado a língua portuguesa que atrapalha o processo de alfabetização em língua ticuna?

Aldeney – sim, a troca entre as línguas dificulta o aprendizado.

Delmar – De que forma você acha que falta ou a escassez de recursos pedagógicos para o ensino da língua Ticuna afeta o aprendizado das crianças?

Aldeney – Atraso no aprendizado.

#### Significados culturais da alfabetização na língua ticuna

Delmar – O que significa para você, o processo de alfabetização em sua língua materna?

Aldeney – Preservação da identidade cultural.

Delmar – Você acredita que aprender a língua Ticuna pode fortalecer a identidade cultural das novas gerações?

Aldeney- Sim eu acredito.

Delmar – Como você acha que o ensino da língua Ticuna na escola pode influenciar as futuras gerações em relações a sua cultura?

Aldeney – acho que vai manter e reforçar as tradições e costumes.

Delmar – Na sua comunidade, como os mais velhos (líderes comunitários, parentes) veem a alfabetização em língua Ticuna?

Aldeney – Eles apoiam completamente.

#### Impacto da alfabetização nas Relações Comunitárias

Delmar – A alfabetização em língua Ticuna ajuda a fortalecer os laços dentro da comunidade?

Aldeney – sim

Delmar – Como o Ensino da língua Ticuna nas escolas afeta as relações entre diferentes gerações (crianças, jovens, adultos e idosos)?

Aldeney – Cria distancia, pois as gerações mais velhas não estão familiarizadas com a escola.

## Considerações Finais

Delmar – Que melhorias você acredita que poderiam ser feitas para melhorar o ensino da língua Ticuna na sua comunidade?

Aldeneý – Criar materiais didáticos específicos para a língua ticuna como livros, cartilhas, jogos e recursos didáticos que sejam relevantes, interessantes para crianças.

Delmar – Existe algo mais que você gostaria de adicionar sobre sua percepção da alfabetização em língua Ticuna e seus impactos?

Aldeneý – sim, a alfabetização em língua ticuna pode melhorar a qualidade de educação para as crianças ticuna permitindo que elas aprendem a forma mais eficaz e significativas.

A autovalorização da língua desde a alfabetização, como fortalecimento de identidade colocado pelo professor Aldeneý a qual enfatiza a necessidade da formação do professor indígena para alfabetizar na língua indígena, trago para reafirmar sua fala o que o autor Klaus Zimmermann(1997) citado por Fleuri (2003, p. 42) ao comentar sobre o programa de educação intercultural bilíngue na Guatemala coloca:

O autor chama a atenção para o fato de que é preciso formar professores capazes de atuar com êxito no ensino das línguas indígenas, bem como investir na pesquisa acadêmica sobre os costumes, a cultura, a cosmovisão etc. dos povos indígenas, servindo como aportes para a continuidade do processo de implementação de projetos de educação intercultural.

Dando continuidade à escuta de educadores da comunidade, apresenta-se agora o relato da professora Josiane Basto Gabino, também pertencente à etnia Ticuna. Com 31 anos, formação em Licenciatura em Pedagogia Intercultural e atuação como professora de alfabetização na Escola Municipal Indígena Marechal Rondon, Josiane compartilha suas percepções sobre o processo de alfabetização em língua Ticuna, bem como os desafios enfrentados no contexto escolar. A entrevista foi realizada na aldeia Feijoal, no dia 01 de fevereiro de 2025, e contribui para a

compreensão das dinâmicas linguísticas e culturais vivenciadas pelas educadoras indígenas em seu cotidiano pedagógico.

## Entrevista 2

Data: 01 de fevereiro de 2025

Local: Aldeia Feijoal

Nome: Josiane Basto Gabino

Idade: 31 anos

Profissão: Professora de Alfabetização

Formação: Licenciatura em Pedagogia

Etnia: Ticuna

Onde mora: Feijoal

Delmar – Você fala mais de uma língua?

Josiane – Sim.

Delmar- Gênero?

Josiane – Feminina.

Delmar- Etnia?

Josiane – Ticuna.

Delmar – Qual é a sua situação Educacional?

Josiane – Graduada em Pedagogia Intercultural

Delmar – Você fala mais de uma língua?

Se sim, quais língua você fala?

Josiane – Língua Ticuna,

Sim, porque possibilita a autovalorização e a identidade como indígena.

Percepção sobre a alfabetização em língua ticuna

Delmar – Você acredita que a alfabetização na língua ticuna é importante?

Por quê ?

Josiane – Sim, Por que é a questão cultural, ou seja, local ou regional, sim, mais para aperfeiçoamento pessoal e comunicação com o restante da sociedade.

Delmar – Em sua opinião a alfabetização em língua ticuna contribui para a preservação da cultura e dos costumes da sua comunidade?

Josiane – Sim.

Delmar – Como você se sente quando ouve e usa a língua ticuna na escola e no processo de alfabetização?

Aldeney – Me sinto muito orgulhosa.

#### Desafios e Obstáculos na alfabetização

Delmar – Quais desafios você acredita serem os maiores para a alfabetização em língua Ticuna nas escolas da sua comunidade?

Josiane – falta de material didático e falta de professores capacitados.

Delmar – você percebe alguma resistência ou dificuldade por parte das crianças em aprender a língua Ticuna na escola?

Se sim, o que você acha que causa essa resistência?

Josiane – sim, Resistência não, dificuldade sim nunca vi criança que não quer estudar ou aprender sua língua.

Delmar – Existe algum fator relacionado a língua portuguesa que atrapalha o processo de alfabetização em língua ticuna?

Josiane – não, as crianças conseguem separar bem as línguas.

Delmar – De que forma você acha que falta ou a escassez de recursos pedagógicos para o ensino da língua Ticuna afeta o aprendizado das crianças?

Josiane – Atraso no aprendizado, dificuldades em manter o interesse das crianças.

Significados culturais da alfabetização na língua ticuna.

Delmar – O que significa para você, o processo de alfabetização em sua língua materna?

Josiane – Preservação da identidade cultural. Meio de comunicação e aprendizado mais eficaz.

Delmar – Você acredita que aprender a língua Ticuna pode fortalecer a identidade cultural das novas gerações?

Josiane - Sim eu acredito.

Delmar – Como você acha que o ensino da língua Ticuna na escola pode influenciar as futuras gerações em relações a sua cultura?

Josiane – Acho que vai manter e reforçar as tradições e costumes.

Delmar – Na sua comunidade, como os mais velhos (líderes comunitários, parentes) veem a alfabetização em língua Ticuna?

Josiane – Eles apoiam completamente.

#### Impacto da alfabetização nas Relações Comunitárias

Delmar – A alfabetização em língua Ticuna ajuda a fortalecer os laços dentro da comunidade?

Josiane – Sim.

Delmar – Como o Ensino da língua Ticuna nas escolas afeta as relações entre diferentes gerações (crianças, jovens, adultos e idosos)?

Josiane – Cria distancia, pois as gerações mais velhas não estão familiarizadas com a escola.

#### Considerações Finais

Delmar – Que melhorias você acredita que poderiam ser feitas para melhorar o ensino da língua Ticuna na sua comunidade?

Josiane – Sim acredito sobre Melhoria no ensino, abordar diversos aspectos, com foco na valorização da língua e no respeito a especificidade nessa cultura.

Delmar – Existe algo mais que você gostaria de adicional sobre sua percepção da alfabetização em língua Ticuna e seus impactos?

Josiane – A visão da comunidade sobre o ensino da língua, mas também os efeitos práticos dessa alfabetização no fortalecimento da identidade cultural, sociais, e políticas investir na educação bilíngue e em práticas que respeitem a língua e as tradições da comunidade ao brincar a convivência com outras línguas, com o português.

Dando seguimento à escuta das vozes docentes da Escola Municipal Indígena Marechal Rondon, apresenta-se agora o relato da professora **Jocilene Liberato Aiambu**, mulher Ticuna, de 37 anos, formada em Licenciatura em Artes Visuais. Além de atuar como professora, Jocilene também se identifica como mãe e responsável ativa no contexto escolar da aldeia Feijoal, onde reside e trabalha. A entrevista foi realizada em sua residência, no dia 02 de fevereiro de 2025, e trouxe importantes reflexões sobre os significados culturais da alfabetização em língua Ticuna, os desafios enfrentados no processo de ensino e a necessidade de valorização da formação docente local. Sua fala contribui para compreender as relações entre educação, identidade e transmissão cultural na prática cotidiana da escola indígena.

## Entrevista 3

Data: 02 de fevereiro de 2025

Local: em casa.

Nome: Jocilene Liberato Aiambu

Idade: 37 anos

Profissão: professora e mãe responsável

Onde Trabalha- Marechal Rondon

Formação: Licenciatura em Arte Visual

Etnia: Ticuna

Onde Mora: Em Aldeia Feijoal

Delmar – Nome?

Jocilene – Jocilene Liberato Aiambo

Delmar – Gênero?

Josiane – Feminino.

Delmar – Etnia?

Josiane – Ticuna.

Delmar – Qual é a sua situação Educacional?

Josiane – Graduada em Licenciatura Arte Visual

Delmar – Você fala mais de uma língua?

Se sim, quais língua você fala?

Jocilene – Língua Ticuna. Sim, Língua Portuguesa e Língua ticuna.

Percepção sobre a alfabetização em língua ticuna

Delmar – Você acredita que a alfabetização na língua ticuna é importante?

Por quê?

Jocilene – A alfabetização na língua ticuna é fundamental por diversas razões por isso ela precisa ser valorizada.

Delmar – Em sua opinião a alfabetização em língua ticuna contribui para a preservação da cultura e dos costumes da sua comunidade?

Jocilene – Sim.

Delmar – como você se sente quando ouve e usa a língua ticuna na escola e no processo de alfabetização?

Jocilene – Me sinto muito orgulhosa.

#### Desafios e Obstáculos na alfabetização

Delmar – Quais desafios você acredita serem os maiores para a alfabetização em língua Ticuna nas escolas da sua comunidade?

Jocilene – Falta de material didático e falta de professores capacitados.

Delmar – Você percebe alguma resistência ou dificuldade por parte das crianças em aprender a língua Ticuna na escola?

Se sim, o que você acha que causa essa resistência?

Jocilene – Não.

Delmar – Existe algum fator relacionado à língua portuguesa que atrapalha o processo de alfabetização em língua ticuna?

Jocilene – Sim, a troca entre as línguas dificulta o aprendizado.

Delmar – De que forma você acha que falta ou a escassez de recursos pedagógicos para o ensino da língua Ticuna afeta o aprendizado das crianças?

Jocilene – Atraso no aprendizado, dificuldades em manter o interesse das crianças.

#### Significados culturais da alfabetização na língua ticuna

Delmar – O que significa para você, o processo de alfabetização em sua língua materna?

Jocilene – Preservação da identidade cultural.

Delmar – Você acredita que aprender a língua Ticuna pode fortalecer a identidade cultural das novas gerações?

Jocilene – Sim eu acredito.

Delmar – Como você acha que o ensino da língua Ticuna na escola pode influenciar as futuras gerações em relação a sua cultura?

Josiane – Acho que vai manter e reforçar as tradições e costumes.

Delmar – Na sua comunidade, como os mais velhos (líderes comunitários, parentes) veem a alfabetização em língua Ticuna?

Josiane – Eles apoiam completamente,

#### Impacto da alfabetização nas Relações Comunitárias

Delmar – A alfabetização em língua Ticuna ajuda a fortalecer os laços dentro da comunidade?

Jocilene – Sim.

Delmar – Como o Ensino da língua Ticuna nas escolas afeta as relações entre diferentes gerações (crianças, jovens, adultos e idosos)?

Jocilene – Cria distancia, pois as gerações mais velhas não estão familiarizadas com a escola.

#### Considerações Finais

Delmar – Que melhorias você acredita que poderiam ser feitas para melhorar o ensino da língua Ticuna na sua comunidade?

Jocilene – Incentivar os alunos o uso da língua ticuna em atividade diárias como leitura do texto em língua ticuna para garantir que seja valorizada no dia a dia.

Delmar – Existe algo mais que você gostaria de adicional sobre sua percepção da alfabetização em língua Ticuna e seus impactos?

Jocilene – Investi na formação de professores da própria comunidade que estudam a cultura e as necessidades locais eficazes e relevantes.

Dando sequência aos depoimentos de professores indígenas da Escola Municipal Indígena Marechal Rondon, apresenta-se agora a fala do professor Zacarias Zermano Bibiano, da etnia Ticuna, com 45 anos, licenciado em Letras com habilitação em Língua Ticuna, Língua Portuguesa e Língua Espanhola. Zacarias reside na Rua São Raimundo, na aldeia Feijoal, onde também exerce sua atividade docente. A entrevista foi realizada em sua residência no dia 02 de fevereiro de 2025. Sua contribuição destaca a importância da alfabetização em língua materna como forma de manter viva a memória linguística e cultural, ao mesmo tempo em que aponta os desafios enfrentados pelas escolas indígenas, como a escassez de professores capacitados e de materiais pedagógicos adequados. O relato de Zacarias traz à tona a necessidade de fortalecer o ensino bilíngue e de promover a formação contínua de educadores indígenas, visando a valorização das práticas tradicionais em diálogo com o ambiente escolar.

#### Entrevista 4

Data: 02 de fevereiro de 2025

Local: em casa.

Nome: Zacarias Zermano Bibiano

Idade: 45 anos

Profissão: professor

Onde Trabalha – Marechal Rondon

Formação: Licenciatura em Letra( Língua Ticuna, Língua Portuguesa, e Língua Espanhola)

Etnia: Ticuna

Onde Mora: Rua São Raimundo – Feijoal

Delmar – Nome?

Zacarias – Zacarias Zermano Bibiano

Delmar – Gênero?

Zacarias – Masculino

Delmar – Etnia?

Zacarias – Ticuna

Delmar – Qual é a sua situação Educacional?

Zacarias – Licenciatura em Letra(Língua Ticuna, Língua Portuguesa, Língua Espanhola

Delmar – Você fala mais de uma língua?

Se sim, quais língua você fala?

Zacarias – Língua Ticuna,

Sim, Língua Portuguesa e Língua ticuna

Percepção sobre a alfabetização em língua ticuna

Delmar – Você acredita que a alfabetização na língua ticuna é importante?

Por quê?

Zacarias – sim, muito é importante.

Porque a nossa crianças não esqueça a nossa língua e levando para frente.

Delmar – Em sua opinião a alfabetização em língua ticuna contribui para a preservação da cultura e dos costumes da sua comunidade?

Zacarias- sim,

Delmar – como você se sente quando ouve e usa a língua ticuna na escola e no processo de alfabetização?

Zacarias – me sinto muito orgulhoso.

Desafios e Obstáculos na alfabetização

Delmar – Quais desafios você acredita serem os maiores para a alfabetização em língua Ticuna nas escolas da sua comunidade?

Zacarias – falta de professores capacitados.

Delmar – Você percebe alguma resistência ou dificuldade por parte das crianças em aprender a língua Ticuna na escola?

Se sim, o que você acha que causa essa resistência?

Zacarias – sim.

Por que temos dificuldade para o nossa criança sobre a tradução na língua portuguesa para língua ticuna.

Delmar – Existe algum fator relacionado à língua portuguesa que atrapalha o processo de alfabetização em língua ticuna?

Zacarias – Sim, a troca entre as línguas dificulta o aprendizado

Delmar – De que forma você acha que falta ou a escassez de recursos pedagógicos para o ensino da língua Ticuna afeta o aprendizado das crianças?

Zacarias – Dificuldades em manter o interesse das crianças

Significados culturais da alfabetização na língua ticuna

Delmar – O que significa para você, o processo de alfabetização em sua língua materna?

Zacarias – Conexão com os mais velhos e com a sabedoria tradicional

Delmar – Você acredita que aprender a língua Ticuna pode fortalecer a identidade cultural das novas gerações?

Zacarias – sim eu acredito

Delmar – Como você acha que o ensino da língua Ticuna na escola pode influenciar as futuras gerações em relações a sua cultura?

Zacarias – Pode gerar mais interesse pelas práticas culturais.

Delmar – Na sua comunidade, como os mais velhos(líderes comunitários, parentes) veem a alfabetização em língua Ticuna?

Zacarias – não sei dizer

Impacto da alfabetização nas Relações Comunitárias

Delmar – A alfabetização em língua Ticuna ajuda a fortalecer os laços dentro da comunidade?

Zacarias – sim

Delmar- Como o Ensino da língua Ticuna nas escolas afeta as relações entre diferentes gerações (crianças, jovens, adultos e idosos)?

Zacarias – Aproxima as gerações.

### Considerações Finais

Delmar – Que melhorias você acredita que poderiam ser feitas para melhorar o ensino da língua Ticuna na sua comunidade?

Zacarias – O ensino da língua ticuna tem que ter uns profissionais formando na área e capacitado bem na língua ticuna.

Delmar – Existe algo mais que você gostaria de adicional sobre sua percepção da alfabetização em língua Ticuna e seus impactos?

Zacarias – o que mais gostaria de adicionar sobre a alfabetização na língua ticuna o ensino fundamental I é mais aplicado essa disciplina.

## 5.1 Barreiras Culturais e Linguísticas no Ensino

Na Escola Marechal Rondon, situada na comunidade indígena Feijoal, em Benjamin Constant, o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes Ticuna é profundamente marcado pelas especificidades culturais e linguísticas desse povo. As diferenças entre a língua materna Ticuna e a língua portuguesa, utilizada como principal meio de instrução, podem se tornar barreiras significativas, dificultando a compreensão dos conteúdos, a participação ativa nas aulas e, conseqüentemente, o desempenho escolar. Além disso, práticas pedagógicas que não consideram os saberes e valores culturais Ticuna podem gerar desinteresse e sensação de desvalorização, impactando também a integração social e o sentimento de pertencimento dos alunos na escola. Reconhecer e respeitar essas diferenças é essencial para construir um ensino mais inclusivo, bilíngue e intercultural, que fortaleça a identidade Ticuna e promova uma aprendizagem significativa para as crianças e jovens da comunidade.

### Barreiras Linguísticas

### Barreiras Culturais

As barreiras linguísticas se apresentam como um dos desafios mais evidentes na Escola Indígena Marechal Rondon, onde a maioria dos estudantes pertence ao povo Ticuna e tem a língua Ticuna como materna. Muitos alunos ainda não dominam completamente a língua portuguesa, utilizada como principal língua de instrução, o que pode dificultar a compreensão das aulas, a realização de atividades e a comunicação com professores e colegas. Essa dificuldade pode gerar desmotivação, sentimentos de isolamento e, em alguns casos, baixo rendimento escolar.

Para enfrentar esses obstáculos, é fundamental que os educadores adotem práticas pedagógicas bilíngues, que valorizem tanto a língua Ticuna quanto o português. O uso de recursos visuais, atividades contextualizadas na realidade cultural Ticuna, incentivo à interação entre os alunos, além da utilização de materiais didáticos bilíngues e tecnologias de apoio, são estratégias importantes para promover a aprendizagem. Criar um ambiente acolhedor, onde o erro seja compreendido como parte natural do processo de aquisição da segunda língua, também é essencial para fortalecer a confiança dos estudantes e garantir uma educação verdadeiramente intercultural.

## O Papel do Educador

Na Escola Indígena Marechal Rondon, localizada na comunidade Feijoal, em Benjamin Constant, o professor desempenha um papel central na superação das barreiras culturais e linguísticas enfrentadas pelos estudantes Ticuna. Muitos alunos chegam à escola tendo a língua Ticuna como língua materna e trazendo consigo saberes tradicionais, mas encontram uma realidade escolar ainda estruturada principalmente em língua portuguesa, com carência de materiais didáticos bilíngues, infraestrutura precária e apoio governamental limitado.

Os professores Ticuna entrevistados — Zacarias, Josiane, Jocilene e Aldeney — enfatizam que a valorização da língua Ticuna é essencial para preservar a identidade, a memória e os saberes de seu povo. Zacarias destaca o papel da língua como elo intergeracional entre os mais velhos e as crianças, enquanto Josiane ressalta a importância de articular o ensino do Ticuna com o português, para ampliar as possibilidades de comunicação dos alunos dentro e fora da comunidade.

Quanto aos desafios educacionais, todos relatam a falta de materiais adequados, a escassez de professores capacitados e as dificuldades impostas pela predominância do português na escola. Josiane acredita no potencial das crianças em lidar com o bilinguismo desde cedo, mas Zacarias e Aldeney apontam que, sem formação adequada e materiais específicos, essas dificuldades se tornam ainda maiores.

As relações intergeracionais também são impactadas. Para Zacarias, o uso do Ticuna aproxima as gerações, fortalecendo o vínculo cultural, enquanto Josiane, Aldeney e Jocilene percebem que, sem uma prática constante da língua e da cultura na escola, ocorre um distanciamento dos jovens em relação aos mais velhos.

Todos os professores concordam que alfabetizar em Ticuna é um ato político e cultural, fundamental para a preservação da tradição e da identidade. Entre as propostas, defendem a formação continuada de professores locais, a produção de materiais didáticos bilíngues, o uso cotidiano da língua Ticuna em todas as atividades escolares e o reconhecimento da cultura como parte do currículo. Jocilene reforça a necessidade de usar o Ticuna diariamente na escola; Josiane destaca o equilíbrio entre respeito à cultura e articulação com o português; Zacarias aponta para a

urgência de formação técnica específica; e Aldeney enfatiza a criação de materiais contextualizados para a realidade da comunidade.

Ao reconhecer e incorporar diferentes pontos de vista, os educadores da Escola Marechal Rondon têm a possibilidade de transformar barreiras linguísticas e culturais em oportunidades de aprendizagem significativa. A adoção de práticas pedagógicas bilíngues, a construção de currículos inclusivos, o investimento em formação continuada e o uso de estratégias que valorizem a identidade Ticuna são caminhos importantes para promover um ambiente de respeito, pertencimento e valorização da diversidade, fortalecendo os vínculos entre escola, comunidade e tradição.

Quando a escola deixa de priorizar esse tipo de prática, corre-se o risco de formar cidadãos que não compreendem sua própria língua, que não conseguem refletir sobre os fatos linguísticos e que acabam reproduzindo discriminações baseadas em variações linguísticas, as quais são, na verdade, expressões legítimas da identidade de cada falante.

A língua é rica e dinâmica, e as aulas de língua materna devem ser o ponto de partida para trabalhar a variação linguística e enfrentar o preconceito que ainda existe em torno dela.

Na Escola Indígena Marechal Rondon, da comunidade Feijoal, os professores Ticuna enfrentam desafios significativos para garantir o ensino da língua Ticuna de forma efetiva. Muitos alunos chegam às séries iniciais sem ter passado por um processo de alfabetização consistente em sua própria língua, o que dificulta o acompanhamento das aulas e compromete o desenvolvimento das habilidades linguísticas. Além disso, como apontaram os professores Zacarias, Josiane, Jocilene e Aldeney, há um conjunto de fatores — culturais, econômicos e familiares — que influenciam o interesse das crianças pelo aprendizado da língua materna.

Para algumas crianças, a prática da cultura Ticuna acontece de forma tão viva no dia a dia — acompanhando os pais na pesca, na roça, na produção de artesanato — que, quando chegam à sala de aula, muitas vezes não percebem sentido em estudar aquilo que já vivenciam na comunidade. Esse descompasso entre o saber tradicional e o formato escolar pode gerar desinteresse e dificuldade de adaptação ao ensino formal da língua e da cultura.

Zacarias destaca que a conexão intergeracional é essencial para manter viva a motivação das crianças, enquanto Josiane defende que o uso do português, articulado com o Ticuna, pode abrir novas possibilidades de aprendizagem e comunicação. Jocilene reforça a importância do uso diário da língua na escola, para que não se perca o vínculo com as tradições, e Aldeney ressalta a necessidade de materiais específicos, que dialoguem com a realidade vivida pelas famílias.

Assim, superar essas dificuldades exige um trabalho conjunto entre escola, família e comunidade. É preciso que o ensino do Ticuna vá além da sala de aula, articulando-se com as práticas culturais cotidianas e criando sentido para os estudantes. Fortalecer a formação de professores locais, produzir materiais bilíngues contextualizados e garantir que a escola seja um espaço que valorize e respeite os conhecimentos tradicionais são caminhos apontados pelos próprios professores Ticuna para tornar o ensino mais significativo e fortalecer o orgulho da identidade Ticuna entre as novas gerações.

## **5.2 O Papel dos Educadores e da Comunidade na Construção do Conhecimento**

A construção do conhecimento na Escola Indígena Marechal Rondon, na comunidade Feijoal, é um processo contínuo, coletivo e profundamente enraizado nos valores culturais Ticuna, envolvendo diversos agentes sociais que colaboram para uma aprendizagem significativa. Nesse contexto, educadores indígenas e a comunidade desempenham papéis indispensáveis, oferecendo experiências que respeitam a ancestralidade e os saberes tradicionais, mas também dialogam com conhecimentos da sociedade envolvente.

### **O Papel dos Educadores Indígenas**

Na Escola Marechal Rondon, os professores — muitos deles Ticuna — atuam como mediadores culturais, responsáveis por orientar os estudantes não apenas na aquisição de conteúdos formais, mas também na preservação da língua materna, na valorização da identidade e na transmissão dos conhecimentos ancestrais. Mais do que transmissores de informações, são facilitadores do pensamento crítico,

incentivam a autonomia intelectual e promovem a interação entre os alunos, respeitando o tempo e o contexto de cada um. Para isso, buscam articular metodologias ativas e práticas que integrem o cotidiano da comunidade — como o trabalho na pesca, na roça, na produção de artesanato — ao currículo escolar, tornando o aprendizado mais significativo e conectado à vida real.

Como ressaltam os professores Ticuna entrevistados, Zacarias, Josiane, Jocilene e Aldeney, o professor indígena é peça fundamental na construção de conquistas, como o direito à educação diferenciada e bilíngue, articulando saberes tradicionais com o ensino de disciplinas formais como Geografia, Ciências e História. Assim, aquilo que antes era mantido apenas na oralidade — histórias, rezas, conhecimentos dos pajés, parteiras, raizeiros e outros especialistas tradicionais — hoje é também registrado, organizado e preservado em materiais escritos, arquivos digitais e gravações, garantindo a memória cultural para as futuras gerações.

Essa postura valoriza o estudante como sujeito ativo do processo de aprendizagem, como defende Souza Neves (2017) ao dialogar com Piaget:

Para Piaget, a aprendizagem do estudante será significativa quando esse for um sujeito ativo. Isso se dará quando a criança receber informações relativas ao objeto de estudo para organizar suas atividades e agir sobre elas.” Assim, o professor deve observar, compreender o contexto de cada aluno e propor situações desafiadoras, que respeitem o ritmo e as experiências trazidas de casa e da comunidade.

### A Importância da Comunidade na Educação

Na Escola Marechal Rondon, a comunidade desempenha um papel essencial, pois é a primeira fonte de aprendizagem. As famílias ensinam as crianças a se comportarem em comunidade, a respeitarem os mais velhos e a praticarem os valores e costumes Ticuna. O conhecimento tradicional, aprendido junto aos pais e avós, na pescaria, na roça ou nos rituais, faz parte do cotidiano dos estudantes e precisa ser reconhecido e integrado ao currículo escolar.

Por isso, fortalecer a relação entre escola e comunidade é fundamental. Projetos que envolvem pais, lideranças tradicionais e outros especialistas locais possibilitam que saberes ancestrais sejam valorizados na escola, criando uma educação verdadeiramente intercultural. A construção coletiva do conhecimento

ocorre quando há colaboração, diálogo e respeito, transformando a diversidade cultural em fonte de enriquecimento para todos.

Assim, educadores e comunidade, juntos, podem garantir que o conhecimento transmitido na Escola Indígena Marechal Rondon seja um instrumento de afirmação da identidade Ticuna, de fortalecimento dos laços intergeracionais e de preparação dos alunos para os desafios do mundo contemporâneo, sem que percam o orgulho de sua língua, cultura e história.

Reforça-se, assim, a importância do papel do professor na construção de um ensino de qualidade, reconhecendo que o aprendizado acontece de forma coletiva e que é necessário articular diferentes saberes para alcançar melhores resultados educacionais. A Escola Indígena Marechal Rondon, localizada na comunidade Feijoa, tem enfrentado desafios específicos relacionados às barreiras culturais, uma vez que os alunos chegam à escola com conhecimentos diversos adquiridos no ambiente familiar e comunitário. Muitos não estão familiarizados com as dinâmicas escolares, tanto pelas limitações da infraestrutura quanto pelas diferenças entre a vida cotidiana da comunidade e o contexto formal da sala de aula.

Em diversos casos, os estudantes já possuem algum grau de letramento em sua língua materna, o Ticuna, além de trazerem consigo conhecimentos tradicionais transmitidos pelas famílias. Nesse cenário, é essencial considerar os saberes prévios dos alunos, compreendendo seus significados e oferecendo espaço para que sejam valorizados e ouvidos. Essa perspectiva é fundamental para a realidade Ticuna, pois permite construir pontes entre os conhecimentos da comunidade e as práticas escolares, promovendo uma educação mais significativa e respeitosa com a identidade de cada criança.

O papel dos educadores e da comunidade na construção do conhecimento é, portanto, o de facilitar o aprendizado e a formação de cidadãos conscientes de sua identidade. O professor precisa ter um olhar atento e aberto para novas significações, compreendendo que essas novas formas de ver o mundo podem não apenas ajudar na aprendizagem dos alunos, mas também despertar neles o desejo de aprender continuamente. Assim, surgem novas possibilidades que fortalecem a autonomia intelectual e o desenvolvimento integral.

Seguindo essa perspectiva, um dos aspectos mais relevantes da aprendizagem escolar é a criação de zonas de desenvolvimento proximal, nas quais o professor atua como mediador entre os conhecimentos que o aluno já possui e aquilo que ainda pode aprender. Nessa atuação, o educador vai além da função profissional, assumindo um compromisso com a formação integral dos estudantes. Isso implica enfrentar desafios e buscar constantemente estratégias que promovam oportunidades reais de crescimento e desenvolvimento para os alunos.

Na Escola Marechal Rondon, os professores indígenas são mais do que transmissores de conhecimento acadêmico: são mediadores, facilitadores e articuladores de saberes que transitam entre o que aprendem na formação acadêmica e o que resgatam da tradição Ticuna. Têm a responsabilidade de ensinar os alunos a conhecerem e valorizarem sua própria verdade cultural, mantendo viva a memória coletiva.

Nesse processo, a comunidade indígena de Feijoal tem um papel indispensável. Seja de forma voluntária ou por meio de parcerias com a escola, pais, anciãos, pajés, artesãos e outros membros da comunidade contribuem com seu tempo, histórias e conhecimentos. A presença da comunidade na escola possibilita rodas de conversa, oficinas, palestras, entrevistas com profissionais de diversas áreas, visitas a espaços comunitários de trabalho e o diálogo constante com as famílias, criando uma rede de apoio que fortalece a aprendizagem. Essas experiências aproximam o que é aprendido na sala de aula do cotidiano dos alunos, tornando a educação mais significativa e respeitando o princípio de que conhecer e vivenciar são dimensões inseparáveis.

Dentro da comunidade, há diversos exemplos positivos que servem de inspiração para as crianças, incentivando-as a sonhar e desenvolver suas habilidades. O compartilhamento de experiências de vida e saberes tradicionais evidencia que o conhecimento é vivo, dinâmico e continuamente renovado por cada geração. Esse intercâmbio constante favorece a interação social, a construção de valores e a transformação de hábitos por meio do exemplo.

A participação das famílias e de outros membros da comunidade na escola, por meio de acordos e cooperação entre os diferentes agentes educativos, é reconhecida como essencial para o processo de ensino e aprendizagem. Na Escola Indígena

Marechal Rondon, essa colaboração torna-se ainda mais importante, pois a valorização da cultura Ticuna, da língua materna e dos saberes ancestrais é fundamental para assegurar uma educação diferenciada, inclusiva e verdadeiramente transformadora.

Reforça-se, assim, a importância do professor na construção de um ensino de qualidade, considerando que o aprendizado ocorre de forma coletiva e exige articulação com os conhecimentos do mundo para alcançar resultados significativos. No percurso da educação escolar, a escola enfrenta diversas barreiras culturais, especialmente porque os alunos chegam com saberes distintos adquiridos no contexto familiar. Muitos não estão familiarizados com o ambiente escolar, seja por causa das condições precárias de infraestrutura, seja pelas diferenças entre o cotidiano da comunidade e o espaço da sala de aula.

Em diversos casos, os estudantes já chegam à escola com certo grau de letramento em sua língua materna, além de conhecimentos tradicionais transmitidos por suas famílias. Esses saberes prévios devem ser considerados como ponto de partida para o processo de ensino-aprendizagem, pois valorizá-los é essencial para dar significado ao conhecimento escolar e permitir que os alunos se reconheçam nesse processo.

Nesse contexto, o papel do educador vai além do ato de ensinar conteúdos: ele se torna mediador, facilitador e articulador de saberes, promovendo oportunidades para que os alunos avancem em seu desenvolvimento. A atuação docente deve partir do princípio de que o conhecimento se constrói em interação, e que a criação de zonas de desenvolvimento — espaços em que o aluno, com apoio, consegue superar desafios — é central para promover uma aprendizagem efetiva.

A função do professor envolve, ainda, superar obstáculos e buscar estratégias que estimulem os alunos, despertando o desejo de aprender e possibilitando a construção de novas formas de compreender e transformar a realidade. Nesse processo, é fundamental que os estudantes sejam orientados a reconhecer e valorizar sua identidade linguística e cultural, compreendendo-se como sujeitos do próprio saber.

A comunidade indígena de Feijoal tem participação ativa nesse processo educativo. Seja por meio de contribuições voluntárias ou por convite da escola, pais,

responsáveis e outros membros da comunidade compartilham seu tempo e seus conhecimentos, contribuindo para a formação dos estudantes, a discussão de temas relevantes e a busca por soluções para problemas sociais. Essa parceria se concretiza por meio de palestras, entrevistas com profissionais, visitas a locais de trabalho, diálogos com as famílias e atividades práticas que dialogam com o currículo escolar.

Essas experiências tornam a aprendizagem mais significativa, pois permitem que os alunos conheçam e vivenciem os conteúdos escolares em sua realidade cotidiana, estabelecendo conexões entre teoria e prática. Além disso, a própria comunidade oferece modelos positivos que inspiram as crianças, por meio do exemplo e da transmissão de saberes. A participação ativa das famílias e dos diversos agentes educativos contribui para fortalecer os vínculos entre escola e comunidade, enriquecendo o processo de formação e promovendo uma educação mais inclusiva, contextualizada e transformadora.

### **5.3. A Integração da Língua Ticuna com o Ensino de Línguas Nacionais**

A integração da língua Ticuna com o ensino de línguas nacionais é um tema relevante para a valorização da diversidade linguística e cultural no Brasil. O Ticuna é uma língua indígena falada principalmente na região amazônica, especialmente no Amazonas, e possui grande importância para a identidade do povo Ticuna.

No contexto educacional, a inclusão da língua Ticuna no ensino pode ocorrer por meio de políticas de educação bilíngue e intercultural. Isso significa que estudantes Ticuna podem aprender tanto sua língua materna quanto o português de forma complementar, promovendo a valorização da cultura indígena enquanto garantem o acesso ao idioma oficial do país.

Algumas estratégias para essa integração incluem:

- **Material Didático Bilíngue:** Desenvolvimento de livros e recursos pedagógicos que apresentem conteúdos tanto em Ticuna quanto em português.
- **Formação de Professores:** Capacitação de educadores indígenas e não indígenas para trabalharem com ensino bilíngue.

- Projetos Culturais e Linguísticos: Incentivo a práticas pedagógicas que valorizem histórias, mitos e conhecimentos tradicionais Ticuna.
- Políticas Públicas de Educação Indígena: Apoio governamental para garantir escolas indígenas com currículos adaptados às realidades locais.

A valorização da língua Ticuna no ensino contribui para a preservação da identidade indígena e fortalece a diversidade linguística do Brasil.

Na região do Alto Solimões, os Ticuna são encontrados em todos os seis municípios: Tabatinga, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins, essas pessoas 90% são falante de língua ticuna em especial a comunidade de Feijóal 99% todos falam a língua ticuna e a língua nacional fica como L2.

A preservação das línguas indígenas desempenha um papel fundamental para a identidade e o fortalecimento cultural das comunidades. Na Escola Marechal Rondon, por exemplo, adota-se o ensino da língua materna como L1 e da língua portuguesa como L2. Essa prática garante que os alunos desenvolvam suas habilidades de comunicação tanto em ticuna quanto em português, sem abrir mão da língua nacional, essencial para o diálogo e a intermediação com o mundo não indígena. Assim, o uso articulado das duas línguas na escola vai além da mera função comunicativa, constituindo-se como instrumento de valorização cultural e de integração social.

### **Marcos legais da população e da educação escolar indígena**

A busca por uma educação escolar diferenciada está assegurada na Constituição Federal de 1988, que dedica atenção especial à educação, cultura e desporto. No Capítulo III, Seção I, “Da Educação”, o artigo 210 estabelece que os conteúdos mínimos para o ensino fundamental devem garantir uma formação básica comum, respeitando os valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Nesse mesmo artigo, prevê-se que o ensino fundamental seja ministrado em língua portuguesa, assegurando, às comunidades indígenas, o direito de utilizar suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, reafirma os princípios da Constituição e avança ao mencionar, pela primeira vez, o direito dos povos indígenas a uma “educação escolar bilíngue e intercultural”. O artigo 78

determina que o sistema de ensino da União, em colaboração com agências federais de fomento à cultura e de assistência aos povos indígenas, deve desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa voltados à oferta dessa modalidade educativa, que respeita e valoriza as especificidades culturais e linguísticas das comunidades indígenas.

Destaca-se a universalização da oferta de programas educacionais aos povos indígenas para todas as séries do ensino fundamental, assegurando autonomia para as escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso dos recursos financeiros, e garantindo a participação das comunidades indígenas nas decisões relativas ao funcionamento dessas escolas. Para que isso se realize, o Plano estabelece a necessidade de criação da categoria escola indígena para assegurar a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngue e sua regularização junto aos sistemas de ensino.

O Plano Nacional de Educação prevê, ainda, a criação de programas específicos para atender às escolas indígenas, bem como a criação de linhas de financiamento para a implementação dos programas de educação em áreas indígenas. Estabelece-se que a União em colaboração com os Estados devem equipar as escolas indígenas com equipamento didáticopedagógico básico, incluindo bibliotecas, videotecas e outros materiais de apoio, bem como serão adaptados os programas já existentes hoje no Ministério da Educação em termos de auxílio ao desenvolvimento da educação.

De acordo com o Referencial Curricular Amazonense (RCA) dentro da área da educação indígena diz que o processo da criança indígena é diferenciado, pois é inserido entre as práticas socioculturais de seu povo.

## **6 SIGNIFICADOS CULTURAIS DA ALFABETIZAÇÃO EM LÍNGUA MATERNA PARA OS TICUNA**

Os Ticuna são um povo indígena da Amazônia, principalmente do Brasil, Colômbia e Peru, com uma rica cultura e uma língua própria, a língua Ticuna. A alfabetização em língua materna tem significados culturais profundos para os Ticuna, pois está diretamente ligada à preservação de sua identidade, tradição e autonomia. Aqui estão alguns dos principais significados culturais dessa alfabetização:

### **1. Preservação da Identidade Cultural**

A alfabetização na língua Ticuna ajuda a manter viva a identidade desse povo. O ensino na língua materna permite que as crianças aprendam os conhecimentos tradicionais, histórias e mitologias sem perderem o vínculo com sua cultura.

### **2. Fortalecimento da Tradição Oral e Escrita**

Os Ticuna têm uma forte tradição oral, com narrativas sobre a origem do mundo, dos animais e dos seres humanos. A alfabetização em língua materna possibilita a transcrição e registro desses conhecimentos, garantindo que sejam preservados para as futuras gerações.

### **3. Autonomia e Resistência Cultural**

O domínio da escrita em Ticuna fortalece a comunidade contra a imposição de culturas externas e contra processos de assimilação forçada. Isso permite que os Ticuna expressem suas perspectivas, negociem direitos e participem de discussões políticas sem depender exclusivamente do português.

### **4. Educação Contextualizada**

O ensino na língua materna facilita o aprendizado, pois parte do contexto e da realidade dos próprios Ticuna. Isso melhora a compreensão dos conteúdos escolares e valoriza os saberes indígenas.

## 5. Revitalização da Língua Ticuna

Com o avanço da globalização e da influência do português e do espanhol, a língua Ticuna corre o risco de perder falantes. A alfabetização na língua materna incentiva as novas gerações a usá-la no dia a dia, garantindo sua continuidade.

## 6. Fortalecimento da Comunidade

Quando a língua materna é valorizada no ensino, a comunidade se fortalece socialmente. Isso gera um senso de pertencimento e orgulho, reduzindo os impactos da marginalização e da discriminação cultural.

A alfabetização em língua materna para os Ticuna, portanto, não é apenas uma questão educacional, mas um ato de resistência e valorização cultural. É uma maneira de assegurar que sua língua, conhecimentos e visão de mundo continuem vivos e relevantes para as próximas gerações.

Os ticuna desde criança já aprendem algo que é transmitida de seus pais de como se alimentar falar a língua materna não mexer com coisas erradas organizar as atividades que envolva a higienização da casa cuidar de animais em enfim cuidar da sua vida e ter a responsabilidade. Desde então já aprendem tudo o que a família lhe transmite de como fazer artesanato, trabalhar e ajudar a família, para melhorar a situação financeira, e educação fica como segundo plano, então a criança a partir de 5 ou 6 anos começa a estudar quando entra numa sala de aula já tem este conhecimento básicos tradicionais.

De acordo com o Referencial Curricular Amazonense (RCA), afirma que:

A política educacional tem se pautado pela suposição que a escola é o principal ambiente para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, mais igualitária e democrática com o intuito de promover a equidade e a inclusão social das populações menos favorecida e discriminadas, como o povo indígena, que por muitos séculos não foram vistos como seres humanos históricos, culturais como qualquer um de nós. RCA, (Silva, Souza, ISSN: 2358-8829

De acordo com RCA até hoje nos indígenas somos explorados fisicamente e psicologicamente muitas vezes ainda estamos invisíveis diante da tecnologia da história oral relatada pelos próprios ticuna.

## 6.1 A Alfabetização como Ferramenta de Resistência Cultural

A alfabetização desempenha um papel fundamental na preservação e fortalecimento das culturas, especialmente em contextos de opressão, marginalização e colonização. Ao longo da história, diversos povos utilizaram a leitura e a escrita como instrumentos de resistência cultural, garantindo a manutenção de suas tradições, línguas e identidades.

### Alfabetização e Identidade Cultural

A língua escrita é um dos principais pilares da cultura de um povo. Através dela, conhecimentos, histórias, mitologias e saberes tradicionais são transmitidos entre gerações. Quando grupos sociais são privados do acesso à alfabetização, sua cultura fica vulnerável ao apagamento e à imposição de outras narrativas. Assim, ensinar e aprender a ler e escrever na língua materna torna-se um ato de afirmação e resistência.

### História da Alfabetização como Resistência

Diversos movimentos sociais e históricos demonstram como a alfabetização foi utilizada como ferramenta de resistência. No Brasil, por exemplo, durante a escravidão, os negros eram impedidos de aprender a ler e escrever para evitar que se organizassem e questionassem a opressão. Ainda assim, muitos conseguiram se alfabetizar secretamente, utilizando a leitura como um meio de lutar por sua liberdade.

No período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), a educação popular, inspirada em Paulo Freire, teve um papel fundamental na conscientização política da população, ajudando na formação de cidadãos críticos capazes de resistir à repressão.

### A Importância da Alfabetização na Atualidade

Nos dias de hoje, a alfabetização continua sendo uma ferramenta essencial de resistência cultural. Povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos minoritários lutam para garantir que suas crianças aprendam a ler e escrever em suas línguas nativas, preservando seus saberes ancestrais. Além disso, a alfabetização

digital tornou-se um novo desafio, exigindo que essas comunidades se apropriem das novas tecnologias sem perder suas identidades culturais.

A alfabetização vai muito além do simples aprendizado da leitura e da escrita; ela é um ato de empoderamento e resistência. Quando um povo se alfabetiza, ele se torna capaz de registrar sua história, reivindicar direitos e manter sua cultura viva. Investir em educação de qualidade e acessível a todos é essencial para garantir que diferentes culturas continuem existindo e se fortalecendo diante dos desafios contemporâneos.

No princípio falávamos 100% a nossa língua materna, mas quando tivemos encontro com o mundo não indígena fomos obrigados a deixar tudo o que tínhamos começando de território, cultura e mataram a nossa língua, obrigaram aos nossos ancestrais esquecer todo e aceitar a imposição de nova cultura como aceitar a língua nacional e imposição de mercadorias que não conhecíamos até que conseguiram dizimar milhares de pessoas e principalmente dizimar milhares de língua inclusive a cultura e até que conseguiram entrar na nossa mente burlando a psicologia de aceitar qualquer coisa.

Passaram séculos dizimando a língua e a cultura até chegar a nossa língua materna ticuna, mas a comunidade nunca deixou de não valorizar a língua, resistente pressão dos não indígenas, mas não resistiram a religião que impôs a cultura religiosa.

Nos anos 50 a 60 a comunidade lutou pela resistência de conseguir direito ao território a educação e saúde, iniciou-se com a conquista de educação básica nos anos 70 e 80, iniciando direito a educação e conseguir professor indígena que se tornou na prática somente nos anos de 1980 e 1990 com o fortalecimento de movimento indígena. Durante o movimento indígena pela educação em comunidade Feijoal se iniciou uma nova era pela melhoria de educação pelos líderes da época, iniciaram pela luta de conseguir professor indígena que trabalha se língua ticuna e resgatar ou documentar a memória dos ancestrais.

Com a conquista de direito a educação básica em Feijoal iniciou a procura de profissional para trabalhar na aldeia como professora de alfabetização e letramento em língua ticuna. Por intermédio do movimento indígena dos caciques surgiu a OGPTB (Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingue), o movimento foi um marco importante que mudou a educação indígena ticuna no Brasil, conquistou vários direitos a educação básica Fundamental I e II e até Ensino Médio.

Em Feijoal iniciou a base da alfabetização em língua materna que tem currículo conforme a própria cultura, resgatando arte, e principalmente a escrita em língua ticuna com gramática até verbos para produção de textos.

De um modo mais abrangente, a alfabetização é definida como um processo no qual o indivíduo constrói a gramática e em suas variações. Essa ação não se limita somente na obtenção dessas capacidades práticas de codificação e decodificação de leitura, mas na habilidade de interpretação, crítica e produção de conhecimento. A alfabetização cinge, também, a adição de maneiras mais modernas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral.

Portanto, a alfabetização é um processo de natureza não só psicológica e psicolinguística, como também de natureza sociolinguística, Segundo o autor:

Apesar do avanço legal e dos esforços para sua efetivação, ainda há muitos desafios para que se alcance uma prática educativa intercultural de qualidade, que contemple as demandas das diversas populações existentes no Brasil para manterem suas identidades diferenciadas.(RODRIGUES, TEMBÉ, 2022, p.7)

Nesse sentido, o entendimento de que todos os povos indígenas são iguais deve ser repensado e questionado, pois a forma como isso é compreendido assume um caráter depreciativo.

A alfabetização cultural é uma ferramenta de resistência cultural, pois permite que as pessoas compreendam a sua origem e o seu patrimônio cultural. A resistência cultural é uma forma de oposição a poderes constituídos, e pode ser exercida por artistas, professores, intelectuais e produtores culturais. a comunidade e a escola sempre entram em parceria para melhorar a qualidade de ensino sobre a cultura a e língua valorizando a pintura a música é onde os alunos e artista apresenta expressões manifestações através da pintura e na música tradicional uma forma de valorizar a identidade.

Mesmo na aldeia tendo invasão de tecnologia e as drogas artificiais adentrando sem limite na aldeia e na escola assim mesmo os adolescentes se interagem junto com os professores e a comunidade lutando diante da febre de droga que invadiu a cultura sem barreira.

## 6.2 A Preservação e Valorização da Língua Ticuna

A língua Ticuna é falada pelo povo indígena Ticuna, uma das maiores etnias do Brasil, concentrada principalmente na região do Alto Solimões, no estado do Amazonas. Com uma cultura rica e distinta, os Ticuna enfrentam desafios na preservação de sua língua diante da crescente influência do português e da globalização.

### Importância da Língua Ticuna

A língua é um dos principais elementos da identidade de um povo. No caso dos Ticuna, sua língua não pertence à família linguística tupi-guarani, carib ou aruak, sendo considerada um idioma isolado, ou seja, sem relação direta com outras línguas conhecidas. Isso a torna ainda mais valiosa para estudos linguísticos e históricos.

Além disso, a língua Ticuna é o meio pelo qual os conhecimentos tradicionais, histórias, mitos e saberes ancestrais são transmitidos entre gerações. Sua preservação garante a continuidade da cultura e da cosmovisão dos Ticuna, fortalecendo sua identidade e resistência cultural.

### Desafios e Ameaças à Preservação

Embora a língua Ticuna ainda seja amplamente falada, existem desafios que colocam sua continuidade em risco:

- **Influência do português:** Com o contato crescente com a sociedade não indígena, muitas crianças Ticuna aprendem português desde cedo, o que pode levar à diminuição do uso da língua nativa.
- **Educação escolar:** Em algumas comunidades, o ensino é ministrado predominantemente em português, o que pode enfraquecer o uso cotidiano da língua Ticuna.
- **Urbanização e migração:** O deslocamento de indígenas para cidades pode resultar na perda gradual do idioma, especialmente entre os mais jovens.

### Medidas para a Valorização e Preservação

Felizmente, diversas iniciativas têm sido adotadas para fortalecer e valorizar a língua Ticuna:

- Educação bilíngue: Escolas indígenas vêm implementando o ensino na língua Ticuna, permitindo que as crianças aprendam a ler e escrever em seu idioma antes de serem alfabetizadas em português.
- Materiais didáticos e literatura: A criação de livros, dicionários e materiais educativos em Ticuna ajuda a fortalecer o uso da língua na escrita e na leitura.
- Registro e documentação: Projetos acadêmicos e comunitários têm registrado e estudado a língua Ticuna, contribuindo para sua preservação.
- Cultura e mídia: A produção de músicas, vídeos e programas de rádio na língua Ticuna reforça seu uso cotidiano e amplia sua presença nos meios de comunicação.

A preservação da língua Ticuna é essencial para manter viva a identidade e a cultura deste povo. O incentivo ao ensino bilíngue, o desenvolvimento de materiais em Ticuna e a valorização das tradições orais são passos fundamentais para garantir que essa língua continue sendo falada pelas próximas gerações. Com esforços contínuos, é possível fortalecer o patrimônio linguístico dos Ticuna e garantir que sua voz continue ecoando na Amazônia e no mundo.

Com o mundo globalizado com as tecnologias se modificando a língua ticuna foi também se evoluído conforme as mudanças que presenciamos hoje em dia usamos em redes sociais se comunicando em língua materna, em correios eletrônicos, em chats, música, nos rituais, ligação entre redes sociais como em whatsapps, kway e até nas produções de aplicativos tecnológicos, jogos online entre outros. Pois a língua ticuna é a identidade dos ticuna em aldeia de Feijoal desempenham um papel crucial na preservação do conhecimento tradicional

Imagem 1 -.Conversa rede social em língua materna



Fonte: <https://www.bing.com/images/search>

### 6.3 Impactos da Alfabetização nas Relações Intergeracionais

A alfabetização é um fator fundamental para o desenvolvimento social e cultural de indivíduos e comunidades. No contexto das relações intergeracionais, ou seja, as interações entre diferentes gerações dentro de uma sociedade, a alfabetização desempenha um papel crucial na promoção da comunicação, na transmissão de conhecimentos e na inclusão social.

Segundo o estudo de Lacerda e colaboradores (2016) analisou o impacto de atividades dialógicas intergeracionais na percepção que crianças e adolescentes têm sobre pessoas idosas e vice-versa. Após oito meses de atividades conjuntas semanais, os resultados indicaram uma visão menos preconceituosa entre as gerações, com os idosos ressignificando o presente e fortalecendo vínculos intergeracionais, enquanto crianças e adolescentes reconheceram a necessidade de ultrapassar estereótipos negativos sobre a velhice e valorizaram as oportunidades de aprendizagem proporcionadas pela convivência com os idosos.

Segundo o relatório de Mafalda Maria da Silva Ferreira Meireles intitulado "Qual o contributo das relações intergeracionais para a aprendizagem de valores e atitudes em crianças dos 3 aos 10 anos: um estudo de caso" explora como as interações entre crianças e idosos podem ser benéficas na transmissão de valores e atitudes.

Este estudo ressalta a importância das relações intergeracionais como práticas que devem ser incentivadas sempre que possível. Essas interações trazem benefícios sociais e culturais significativos e contribuem para a construção de uma cidadania ativa. Ao promover o convívio entre diferentes gerações, a escola pode favorecer a troca de saberes, a valorização mútua e a desconstrução de estereótipos e preconceitos.

Os resultados indicam que essas atividades contribuem para uma convivência mais respeitosa e para a formação de uma visão menos preconceituosa entre as gerações envolvidas.

#### Facilitação da Comunicação

A alfabetização possibilita uma comunicação mais eficaz entre diferentes gerações. Indivíduos alfabetizados conseguem interagir com maior clareza, seja por meio da leitura, escrita ou do uso de tecnologia digital. Isso reduz barreiras na

transmissão de informações, favorecendo o diálogo entre avós, pais e netos, por exemplo.

#### Transmissão de Conhecimentos e Cultura

A troca de experiências entre gerações é enriquecida pela alfabetização. Os mais velhos, ao dominarem a leitura e a escrita, conseguem registrar e compartilhar suas histórias, saberes tradicionais e valores culturais. Por outro lado, as gerações mais jovens podem apresentar novas formas de aprendizado e tecnologia, criando um ciclo de aprendizado mútuo.

#### Inclusão Digital e Participação Social

Em um mundo cada vez mais digital, a alfabetização é essencial para que todas as gerações possam participar ativamente da sociedade. Os idosos que aprendem a ler e escrever têm mais autonomia para utilizar dispositivos eletrônicos, acessar redes sociais e manter contato com familiares distantes. Isso também fortalece os laços afetivos entre as gerações.

#### Melhoria da Autoestima e Qualidade de Vida

A alfabetização, especialmente na idade adulta e na terceira idade, tem impactos positivos na autoestima e na qualidade de vida. O aprendizado da leitura e da escrita proporciona maior independência, reduzindo a dependência de terceiros para tarefas cotidianas, como ler uma receita ou preencher formulários. Isso contribui para uma maior sensação de pertencimento social.

Os impactos da alfabetização nas relações intergeracionais são profundos e variados. Ela fortalece laços familiares, facilita a transmissão de conhecimento, promove a inclusão social e digital e melhora a qualidade de vida. Investir na alfabetização em todas as faixas etárias é, portanto, uma estratégia essencial para a construção de uma sociedade mais conectada e equitativa.

Refletir sobre o processo da leitura e da escrita na alfabetização como foco nas concepções e desafios das professoras alfabetizadoras, requer uma retomada histórica e conceitual sobre a alfabetização no Brasil para que possamos melhor compreender a sua materialidade ao longo dos anos e assim situar o lugar ocupado nos dias atuais.

Na aldeia os mais jovens tem conhecimento atualizado nas tecnologias e esquecem os ensinamentos dos ancestrais, o ensino repassado por intermédio da cultura não está bem muito valorizada a interferência de novas culturas não indígenas

e com isso a língua ticuna sofreu drástica alteração em se comunicar entre adolescentes e os mais vividos como os anciãos artesãos e especialista como pajé, rezador, raizeiros etc. essa nova cultura não agrada quase a comunidade e os anciões estão muito preocupados por que cada dia que passa muito pais adolescentes não sabem mais ensinar seu filhos a cultura como a língua a arte dança ritual musica por que as mestres já estão bastante poluída com informação da tecnologia.

Essa interação proporciona socialização, convívio e aprendizagem, além de ser um espaço de alegria, afeto e espontaneidade, contribuindo para a saúde mental dos idosos, reduzindo o isolamento e permitindo que as crianças compreendam o envelhecimento como um processo natural

A convivência entre diferentes gerações desempenha um papel importante no fortalecimento dos vínculos familiares e no cuidado com as pessoas idosas. Ao promover a interação entre jovens e idosos, criam-se espaços de respeito, afeto e aprendizado mútuo, que favorecem o bem-estar físico e emocional de todos os envolvidos.

As atividades intergeracionais contribuem para o desenvolvimento da sociabilidade das pessoas idosas, fortalecem a relação com as famílias e possibilitam a troca de experiências, o reconhecimento de direitos e o compartilhamento de novas perspectivas de vida.

## 7 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, faremos uma sistematização acompanhada de uma análise síntese das entrevistas realizadas com professores indígenas da étnica ticuna. As entrevistas realizadas com os(as) professores(as) Aldeney, Josiane, Jocilene e Zacarias, todos atuantes na Escola Indígena Marechal Rondon, localizada na aldeia Feijoal, oferecem um panorama rico sobre a alfabetização em língua Ticuna e sua relação com a identidade cultural, os desafios educacionais, as relações comunitárias e as perspectivas de fortalecimento dessa prática.

No que diz respeito à valorização da língua Ticuna e identidade cultural, os quatro docentes são unânimes ao afirmar que a língua materna é fundamental para a preservação da identidade indígena. Para eles, alfabetizar em Ticuna vai além do ato de ensinar a ler e escrever; trata-se de garantir a continuidade dos saberes ancestrais, da memória coletiva e do orgulho cultural. Aldeney e Jocilene destacam o orgulho de utilizar a língua dentro da escola, enquanto Josiane ressalta que a alfabetização em Ticuna facilita uma comunicação mais efetiva entre cultura e indivíduo. Zacarias, por sua vez, aponta a importância da alfabetização como elo entre as gerações mais novas e mais velhas, enfatizando o aspecto intergeracional do processo. Nota-se uma convergência geral sobre a importância da língua, embora Zacarias dê ênfase maior à conexão entre gerações e Josiane destaque a necessidade de articular o uso do português no diálogo com a sociedade externa.

Ao tratar dos desafios educacionais, os professores compartilham percepções similares: todos mencionam a falta de materiais didáticos adequados, a escassez de professores capacitados, a interferência do português no processo de aprendizagem e o baixo apoio governamental. Aldeney e Jocilene apontam que a troca de códigos linguísticos entre Ticuna e português pode atrasar o aprendizado. Zacarias alerta para as dificuldades de tradução entre línguas, que afetam a compreensão das crianças. Já Josiane observa que, apesar desses obstáculos, as crianças conseguem lidar bem com o bilinguismo, mas reconhece a carência de recursos pedagógicos. Assim, embora todos reconheçam os mesmos problemas estruturais, as visões sobre o impacto do bilinguismo se diferenciam: para uns, é um fator de confusão; para outros, uma habilidade possível de ser fortalecida.

As entrevistas também exploram as relações intergeracionais e comunitárias. O ensino da língua Ticuna na escola exerce influência direta nessas relações, podendo aproximar ou distanciar gerações. Josiane e Jocilene apontam que os mais velhos, por não terem frequentado a escola, podem sentir-se afastados desse processo de alfabetização, criando um possível distanciamento geracional. Por outro lado, Zacarias defende que o ensino da língua é, na verdade, um fator de aproximação, pois fortalece os laços comunitários e favorece a troca de saberes entre as gerações. Aldeney também observa certa distância, mas reconhece o potencial integrador da escola quando bem conduzida.

No eixo significados culturais da alfabetização em língua Ticuna, há consenso de que alfabetizar em Ticuna significa mais do que cumprir uma meta escolar: é um ato cultural e político que fortalece a tradição. Jocilene defende que a alfabetização na língua materna é um meio de aprendizagem mais eficaz, enquanto Zacarias vincula o ensino ao interesse pelas práticas culturais e Josiane aponta que tal prática contribui para manter vivas as tradições comunitárias. Nesse aspecto, todos os professores demonstram forte alinhamento: alfabetizar na língua Ticuna é resguardar a cosmovisão do povo, garantindo a continuidade de valores tradicionais.

Por fim, quanto às propostas e perspectivas para o fortalecimento da alfabetização, os professores oferecem sugestões concretas que apontam para uma educação bilíngue contextualizada, significativa e construída de forma autônoma. Entre as propostas estão a formação de professores oriundos da própria comunidade, a produção de materiais didáticos bilíngues contextualizados, o uso cotidiano da língua Ticuna em atividades escolares e o reconhecimento institucional da cultura indígena. Jocilene destaca a importância de incorporar a língua em atividades diárias, como leitura e produção de textos; Josiane defende práticas que conciliem o respeito à cultura com a convivência necessária com o português; Zacarias enfatiza a necessidade de formação técnica mais aprofundada em Ticuna para os docentes; e Aldeney reforça a importância de criar materiais específicos, como livros e jogos educativos. Em síntese, suas falas indicam uma crítica ao modelo escolar hegemônico e revelam um desejo coletivo de reexistência cultural por meio de uma escola que se fortaleça pelos próprios saberes e necessidades locais.

Assim, a análise das entrevistas evidencia que, para os professores Ticuna da Escola Marechal Rondon, a alfabetização na língua materna é um pilar essencial para a preservação cultural, mas seu fortalecimento depende de investimentos estruturais,

apoio institucional e políticas públicas sensíveis às especificidades dos povos indígenas. Mais do que uma política de inclusão, a educação bilíngue é entendida como uma estratégia de resistência e reexistência epistêmica, capaz de garantir a autonomia cultural frente a modelos educacionais coloniais.

Quadro 2 – Análise síntese comparativa das entrevistas

Eixo Temático	Pontos em Comum	Divergências/Ênfases Específicas
Valorização da Língua e Identidade	Todos consideram a língua Ticuna essencial para identidade, memória e saberes.	Zacarias destaca a conexão intergeracional; Josiane enfatiza articular também o português.
Desafios Educacionais	Falta de materiais, professores capacitados, interferência do português e pouco apoio governamental.	Josiane acredita na capacidade das crianças de lidar com bilinguismo; Zacarias e Aldeney apontam dificuldades.
Relações Intergeracionais	Reconhecem impacto direto nas relações entre gerações.	Zacarias vê aproximação; Josiane, Aldeney e Jocilene percebem distanciamento de gerações mais velhas.
Significados Culturais	Alfabetização em Ticuna como ato político, cultural e preservação de tradições.	Forte convergência entre todos.
Propostas/Perspectivas	Formação de professores locais, materiais bilíngues, uso cotidiano da língua, reconhecimento cultural.	Jocilene: uso diário na escola; Josiane: respeito à cultura com articulação ao português; Zacarias: formação técnica; Aldeney: criação de materiais específicos.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou compreender as percepções dos indígenas Ticuna da comunidade de Feijoal, localizada no município de Benjamin Constant/AM, acerca da alfabetização em sua língua materna, investigando os desafios enfrentados e os significados culturais atribuídos a esse processo.

Ao longo do estudo, foi possível constatar que a alfabetização em língua Ticuna é compreendida pela comunidade não apenas como um processo pedagógico, mas como um instrumento de fortalecimento da identidade étnica, de resistência cultural e de valorização da história e dos saberes tradicionais do povo Ticuna. A língua, neste contexto, transcende seu aspecto comunicativo e assume papel central na construção de vínculos intergeracionais, na manutenção das tradições e na afirmação da existência indígena frente às pressões da sociedade envolvente.

No entanto, os desafios enfrentados são inúmeros. As barreiras vão desde a ausência de materiais didáticos adequados e contextualizados, passando pela formação insuficiente de professores indígenas alfabetizados na própria língua, até a predominância do português como língua de instrução oficial nas escolas, o que contribui para o enfraquecimento do uso da língua materna no espaço escolar. A análise das percepções da comunidade revelou também um desejo coletivo de ver a língua Ticuna reconhecida e efetivamente utilizada nas práticas escolares, não apenas como um conteúdo complementar, mas como língua principal de alfabetização, em conformidade com os direitos assegurados pelas políticas públicas de educação indígena. A escola, quando sensível às especificidades culturais e linguísticas do povo que atende, pode ser um poderoso espaço de diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos acadêmicos, promovendo uma educação de fato intercultural e bilíngue.

Outro aspecto relevante evidenciado foi a importância do envolvimento da comunidade no processo educativo. A participação ativa de pais, líderes e anciãos no ambiente escolar fortalece a construção de um currículo que respeite a cultura local e assegura que a escola cumpra seu papel como agente de preservação cultural.

Assim, conclui-se que a alfabetização em língua materna entre os Ticuna da comunidade de Feijoal é permeada por tensões, mas também por possibilidades. Superar os desafios existentes exige um esforço conjunto entre Estado, escolas,

professores e a própria comunidade, para que sejam garantidas condições adequadas de ensino e aprendizagem na língua Ticuna, respeitando as identidades e os projetos de futuro das populações indígenas.

Por fim, esta pesquisa reafirma a importância de estudos voltados à educação escolar indígena que partam da escuta dos próprios sujeitos envolvidos, valorizando seus saberes, suas vivências e suas demandas. A alfabetização em língua materna, longe de ser apenas uma técnica pedagógica, é um ato político e cultural de afirmação de um povo e de sua continuidade histórica.

### **8.1 Contribuições do Estudo para a Educação Indígena**

O estudo contribui para a valorização dos saberes e tradições dos povos indígenas e para o fortalecimento das bases da educação escolar indígena como direito fundamental e estratégico na construção de uma sociedade mais inclusiva e plural. Os resultados desta pesquisa dialogam diretamente com os objetivos da educação escolar indígena, entre os quais se destacam:

- A recuperação da memória histórica dos povos indígenas;
- A valorização das línguas, ciências e costumes indígenas;
- A garantia de acesso a conhecimentos universais e tecnologias;
- A promoção da participação cidadã e da autonomia dos povos indígenas.

Além disso, o estudo reforça a importância de princípios que norteiam a educação escolar indígena, como a igualdade social, o respeito às diferenças, a especificidade étnica, o bilinguismo e a interculturalidade. Nesse sentido, a pesquisa contribui não apenas para ampliar o conhecimento sobre os Ticuna e outros povos indígenas, mas também para fomentar a reflexão crítica sobre os direitos educacionais e linguísticos, ajudando a construir caminhos para uma educação que respeite e celebre a diversidade cultural brasileira.

## 8.2 Sugestões para Futuras Pesquisas

A presente pesquisa abre espaço para novas investigações que possam ampliar, aprofundar ou diversificar as reflexões aqui desenvolvidas. Algumas sugestões para futuras pesquisas incluem:

- Investigar experiências de alfabetização em língua materna em outras comunidades Ticuna ou em outros povos indígenas, permitindo comparações interétnicas;
- Analisar o impacto de políticas públicas recentes sobre a formação de professores indígenas bilíngues;
- Estudar o papel da oralidade nas práticas pedagógicas indígenas e suas articulações com a alfabetização escrita;
- Avaliar materiais didáticos utilizados no ensino em línguas indígenas, propondo critérios de adequação cultural e linguística;
- Reaplicar a presente investigação em outros contextos geográficos ou culturais, observando semelhanças e especificidades;
- Investigar a percepção de estudantes e pais sobre o processo de alfabetização em língua materna, complementando a perspectiva dos professores;
- Realizar estudos comparativos com experiências internacionais de educação indígena bilíngue;
- Explorar o uso de tecnologias digitais como apoio à preservação e ao ensino de línguas indígenas em contextos escolares.

Essas possibilidades demonstram que a pesquisa em educação escolar indígena é um campo fértil, cuja complexidade exige abordagens interdisciplinares, comprometidas com a justiça social, o respeito às identidades coletivas e a promoção de direitos linguísticos e educacionais historicamente negados aos povos originários do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristóbal de. *Novo descobrimento do rio Amazonas*. Montevideu: Oltaver, 1994.

Alves Loiola Pacheco Rachel Rachelley Matos Monteiro 1 Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro 2 Mayara

ALVIANO. 1945 Índios ticunas : Gramática, dicionário, verbos e frases e vocabulário prático da língua dos índios Ticunas

BARCELLOS, Ana Paula de. Normatividade dos princípios e o princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988. *Revista de Direito Administrativo*, v. 221, p. 159-158, jul.

BENDAZZOLI, S. . Primeiro Relatório sobre Povos Indígenas do Alto Solimões: oferta e demanda de ensino médio. 2004.

BENDAZZOLI, Sirlene. Políticas públicas de educação escolar indígena e a formação de professores ticunas no Alto Solimões/AM. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 12 ago. 2011. p.16. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-17102011-152350/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BODANZKY, Jorge; GAUER, Wolf. *Terceiro Milênio* [filme]. São Paulo: Jorge Bodanzky Produções, 1981. 1 filme (85 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qi2F3yeB3RQ>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Escolar Indígena**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 04 jul. 2025.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, 25.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Regulamenta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no que se refere à educação escolar indígena**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 abr. 2004.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI)**. Brasília: MEC/SEED, 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja/educacao-indigena.pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CP9/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 19 de agosto de 1999. Dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Volume 1**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas (RCNEI)/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 4 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. São Paulo: Saraiva, 1996.

\_\_\_\_\_. **Decreto de 5 de janeiro de 1996. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Tikuna de Feijoa, localizada no Município de São Paulo de Olivença, Estado do Amazonas**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jan. 1996. p. 5.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-raciais. Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena. **Territórios etnoeducacionais**. Brasília: MEC/SECADI, [s.d.].

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. 4. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). *Educação intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FLORENTINO, Adelino André. Entrevista concedida ao projeto *História e Memória dos Tikuna do Alto Solimões*. Museu Magüta, Benjamin Constant (AM), 2019. Projeto de extensão coordenado por Benedito Pena Maciel. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/category/etnias/tikuna/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. *Funai recebe lideranças do povo Ticuna e reforça compromisso com a gestão sustentável das terras indígenas*. Brasília: Ministério dos Povos Indígenas, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/funai-recebe-liderancas-do-povo-ticuna-e-reforca-compromisso-com-a-gestao-sustentavel-das-terras-indigenas>. Acesso em: 3 jul. 2025.]

GARDNER, Howard. *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 1993.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: Alfabetização sobe entre indígenas, mas segue menor que a média nacional*. Brasília, 04 out. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41481-censo-2022-alfabetizacao-sobe-entre-indigenas-mas-segue-menor-que-a-media-nacional>. Acesso em: 3 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Povos Indígenas Do Brasil. [s.d.]. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Brasil: Terras Indígenas**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>. Acesso em: 22 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Terra Indígena Tikuna Feijoal*. 2024. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3875>. Acesso em: 22 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Ticuna*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MAPSOFWORLD. *Mapa político da América do Sul*. Disponível em: <https://espanol.mapsofworld.com/south-america/south-america-political-map.html>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979.

MELIÀ, Bartomeu. *O Guarani: a linguagem, a alma e o espírito*. São Paulo: Loyola, 2007.

OLIVEIRA, FR. História do ensino da literatura infantil na formação de professores no estado de São Paulo (1947-2003) [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015

OLIVEIRA, João Pacheco de Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Oliveira, João Pacheco de contemporâneo/Alfredo Wagner Berno de Almeida...[et al.]; João Pacheco de Oliveira, (organizador).— Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

PACHECO DE OLIVEIRA, **João**. *O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*. 2. ed. São Paulo: UBU; Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2016. (Coleção Povos Indígenas do Brasil).

PIRES, Maria das Graças Porto. FERREIRA, Lúcia Gracia. LIMA, Daniel Fernandes. Alfabetização, professor alfabetizador e prática pedagógica. *Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, Ano 6, n.13, 2010. Disponível em: <Alfabetizacao-professor-alfabetizador-epratica-pedagogica.html> Acesso em: 03 março. 2025.

POVO MAGÜTA. *Demarcação*. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.pvomaguta.com/demarcação>. Acesso em: 22 jul. 2025.

REDDIT. *Denúncias contra missionários da New Tribes Mission Brasil*. Reddit, 23 jan. 2023. Disponível em:

[https://www.reddit.com/r/brasil/comments/10i9ya3/den%C3%BAncias\\_contra\\_mission%C3%A1rios\\_da\\_new\\_tribes/](https://www.reddit.com/r/brasil/comments/10i9ya3/den%C3%BAncias_contra_mission%C3%A1rios_da_new_tribes/). Acesso em: 22 jul. 2025.

REDE ARTESOL. *Instituto Magüta Umatuna*. 2022. Disponível em: <https://redeartesol.org.br/rede/instituto-maguta-umatuna>. Acesso em: 3 jul. 2025.

REIS E SILVA, Hiram. *A Terceira Margem – Parte CLXI – Foz do Breu, AC/ Manaus, AM – Parte XXXVII*. 26 fev. 2021. Disponível em: <https://www.hiramreiscampos.com.br/2021/02/a-terceira-margem-parte-clxi-foz-do-breu-ac-manaus-am-parte-xxxvii.html> Acesso em: 22 jul. 2025.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986. (Fragmentum, n. 46), p. 311–314.

RODRIGUES, CC., LUCA, TR., and GUIMARÃES, V., orgs. Referências bibliográficas. In: *Identidades brasileiras: composições e recomposições* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica,

SILVA, Karoline Guerreiro; SOUZA, Rosana Ramos de. Um relato da educação do povo indígena Ticuna na região do Alto Solimões. In: **Anais do X Congresso Nacional de Educação – CONEDU**, GT 06 – Educação e relações étnico-raciais. Campina Grande: Realize Editora, 08 nov. 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/113023> . Acesso em: 22 jul. 2025.

SKILTON, Amalia. Tone, stress, and their interactions in Cushillococha Ticuna. *Laboratory Phonology*, Ithaca: Cornell University, v. 11, n. 1, p. 1–43, 2020. Disponível em: <https://www.journal-labphon.org/article/id/6227/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SOARES, Magda. Integração e continuidade da aprendizagem no ciclo de alfabetização e letramento. Live (2h20min01seg). QQB UFRGS, 2021g. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p29vy-6Uakw>. Acesso em: 09 mai. 2023.

SOARES, Marília Facó. **O supra segmental em Tikuna e a teoria fonológica. Volume I – Investigação de aspectos da sintaxe Tikuna**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2001. (Tese de doutorado—Universidade Estadual de Campinas, 1992).

SOARES. 1982. Dos aspectos da morfofonêmica tapirapé. In: **Vii encontro nacional de linguística**. Brasil.

SOUZA NEVES, Regiane. **Desenvolvimento educacional: um olhar psicopedagógico para os problemas de aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Souza & Neves Edições, 2017. Disponível em: <https://www.abrapeenacional.org/2019/08/o-papel-do-educador-do-educando-e-da.html>. Acesso em: 6 jul. 2025.

STEVANOVICH, Max; STAVROS, Areti; VALE, Julian. *Differential place marking beyond place names: Evidence from two Amazonian languages*. 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/359637562\\_Differential\\_place\\_marking\\_beyond\\_place\\_names\\_Evidence\\_from\\_two\\_Amazonian\\_languages](https://www.researchgate.net/publication/359637562_Differential_place_marking_beyond_place_names_Evidence_from_two_Amazonian_languages). Acesso em: 3 jul. 2025.

TA CONTRATADO. Linguagem e cultura: relação entre a linguagem e a cultura. *Tá Contratado*, [s. d.]. Disponível em: [https://tacontratado.com.br/glossario/linguagem-e-cultura-relacao-entre-a-linguagem-e-a-cultura/?utm\\_source=chatgpt.com](https://tacontratado.com.br/glossario/linguagem-e-cultura-relacao-entre-a-linguagem-e-a-cultura/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 22 jul. 2025.

TEENSOURA. A importância da língua materna na formação da identidade cultural. *Blog Teensoura*, 15 fev. 2023. Disponível em: <https://www.teensoura.com.br/category/blog-teensoura/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

TRIBO INDÍGENA TICUNA. *Arte Ticuna – cultura material*. 2015. Disponível em: <https://triboindigenaticuna.blogspot.com/2015/06/arte-ticuna-cultura-material.html>. Acesso em: 3 jul. 2025.

UNESCO. A importância da língua materna. Por Minnie Degawan. *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*, 2019. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/importance-mother-language>. Acesso em: 22 jul. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WIKIPEDIA. *Ticuna*. In: **Wikipedia: The Free Encyclopedia**. [S.l.], 24 jan. 2024. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Ticuna>. Acesso em: 22 jul. 2025.